



Cefet/RJ Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

**Plano de Desenvolvimento Institucional
(PDI)
2015-2019**

**Rio de Janeiro
2015**

Cefet/RJ

DIRETOR-GERAL – Carlos Henrique Figueiredo Alves

VICE-DIRETOR – Maurício Saldanha Motta

DIRETORA DE ENSINO – Gisele Maria Ribeiro Vieira

DIRETOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – Pedro Manuel Calas Lopes Pacheco

DIRETORA DE EXTENSÃO – Maria Alice Caggiano de Lima

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO – Fernando Ramos Corrêa/Inessa Laura Salomão*[DOU 04/05/2016]

DIRETOR DE GESTÃO ESTRATÉGICA – Marcelo Sampaio Dias Maciel/Úrsula Gomes Rosa Maruyama*[DOU 15/09/2016]

DIRETOR DO *CAMPUS* NOVA IGUAÇU – Luciano Santos Constantin Raptopoulos/Luane da Costa Pinto Lins Fragoso [DOU 31/08/2015]

DIRETOR DO *CAMPUS* MARIA DA GRAÇA – Luiz Claudio Ribeiro Rodrigues

DIRETOR DO *CAMPUS* PETRÓPOLIS – Frederico Ferreira de Oliveira

DIRETOR DO *CAMPUS* NOVA FRIBURGO – Bianca de França Tempone Felga de Moraes* [DOU 27/04/2016]

DIRETOR DO *CAMPUS* ITAGUAÍ – Luiz Diniz Corrêa

DIRETOR DO *CAMPUS* ANGRA DOS REIS – Tiago Siman Machado

DIRETOR DO *CAMPUS* VALENÇA – Fabiano Alves de Oliveira

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PDI

Portaria nº 1.081, de 01 de outubro de 2014

Marcelo Sampaio Dias Maciel – Presidente

Colaboraram:

Marcelo de Sousa Nogueira

Simone Corrêa Welte

Marina Pereira Dancour de Pinho

Sumário

1	PERFIL INSTITUCIONAL	10
1.1	<i>Histórico e áreas de atuação</i>	10
1.2	<i>Perfil do Sistema Cefet/RJ</i>	14
1.2.1	Campus Maracanã (sede)	15
1.2.2	Campus Angra dos Reis.....	15
1.2.3	Campus Itaguaí	16
1.2.4	Campus Maria da Graça.....	16
1.2.5	Campus Nova Friburgo	17
1.2.6	Campus Nova Iguaçu	17
1.2.7	Campus Petrópolis.....	18
1.2.8	Campus Valença.....	18
1.3	<i>Missão</i>	18
1.4	<i>Visão.....</i>	19
1.5	<i>Valores</i>	19
1.6	<i>Finalidades institucionais</i>	19
1.7	<i>Objetivos e metas.....</i>	20
1.7.1	Objetivo geral	20
1.7.2	Objetivos específicos	20
1.7.3	Metas	22
1.8	<i>Política de gestão.....</i>	26
1.9	<i>Política de qualidade.....</i>	27
1.10	<i>Gestão das atividades de comunicação social</i>	28
2	PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL	29
2.1	<i>Desenvolvimento da região e do país</i>	29
2.2	<i>Princípios filosóficos e teórico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas</i>	32
2.3	<i>Políticas de ensino.....</i>	34
2.3.1	Política de ensino – Técnico.....	35
2.3.2	Política de ensino – Graduação	36
2.3.3	Política de ensino – Pós-graduação	37
2.4	<i>Políticas de pesquisa</i>	39
2.5	<i>Políticas de extensão.....</i>	40
2.6	<i>Oportunidades diferenciadas de integralização curricular</i>	41
2.6.1	A internacionalização do Cefet /RJ	42
2.7	<i>Inovações significativas.....</i>	44
2.8	<i>Responsabilidade socioambiental</i>	45
2.9	<i>Atividades culturais.....</i>	47
3	IMPLEMENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA	48

3.1	<i>Educação profissional técnica de nível médio</i>	48
3.2	<i>Atividades de graduação</i>	54
3.3	<i>Atividades de pós-graduação</i>	60
3.4	<i>Atividades de pesquisa</i>	63
3.5	<i>Atividades de extensão</i>	66
3.6	<i>Atividades de educação a distância</i>	68
4	CORPO DOCENTE	71
4.1	<i>Composição e evolução do corpo docente</i>	71
4.2	<i>Critérios de seleção e contratação</i>	73
4.2.1	<i>Levantamento das necessidades</i>	73
4.2.2	<i>Elaboração do edital</i>	74
4.2.3	<i>Realização do concurso</i>	74
4.3	<i>Procedimentos para substituição de professores do quadro</i>	74
4.4	<i>Política de Capacitação do Pessoal Docente</i>	75
5	CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	75
5.1	<i>Composição e evolução do corpo técnico-administrativo</i>	75
5.2	<i>Critérios de seleção e contratação</i>	77
5.3	<i>Políticas de capacitação de Técnico-Administrativo</i>	77
6	CORPO DISCENTE	78
6.1	<i>Formas de acesso</i>	78
6.1.1	<i>Educação profissional técnica de nível médio</i>	78
6.1.2	<i>Educação profissional técnica de nível médio subsequente ao ensino médio</i>	79
6.1.3	<i>Cursos de graduação</i>	80
6.1.4	<i>Cursos de pós-graduação</i>	81
6.1.5	<i>Educação a distância</i>	82
6.2	<i>Estímulos à permanência</i>	82
6.3	<i>Programas de apoio pedagógico e financeiro</i>	83
6.3.1	<i>Programa de Assistência Estudantil do Cefet/RJ</i>	83
6.3.2	<i>Programa de Bolsas de Extensão (PBEXT)</i>	84
6.3.3	<i>Programa de Monitoria</i>	84
6.3.4	<i>Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)</i>	85
6.3.5	<i>Programa Jovens Talentos para a Ciência</i>	85
6.3.6	<i>Programa Ciência sem Fronteiras</i>	85
6.4	<i>Organizações estudantis</i>	85
6.4.1	<i>Grêmios</i>	85
6.4.2	<i>Diretório Central dos Estudantes</i>	86
6.5	<i>Acompanhamento dos egressos</i>	86
7	ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	86
7.1	<i>Estrutura organizacional e instâncias de decisão</i>	86
7.2	<i>Órgãos colegiados: competência e composição</i>	90
7.3	<i>Órgãos de apoio às atividades acadêmicas</i>	92
8	INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS	92

8.1	<i>Infraestrutura física</i>	92
8.2	<i>Biblioteca</i>	98
8.2.1	Sistema de Bibliotecas do Cefet/RJ.....	98
8.2.2	Atualização e ampliação do acervo	99
8.2.3	Infraestrutura física	99
8.2.4	Horário de funcionamento	100
8.2.5	Pessoal técnico-administrativo.....	100
8.2.6	Serviços oferecidos	100
8.2.7	Metas para vigência do PDI 2015-2019	101
8.3	<i>Laboratórios</i>	101
8.3.1	Campus Maracanã	101
8.3.2	Campus Angra dos Reis.....	111
8.3.3	Campus Itaguaí	112
8.3.4	Campus Maria da Graça.....	113
8.3.5	Campus Nova Friburgo	114
8.3.6	Campus Nova Iguaçu	115
8.3.7	Campus Petrópolis.....	120
8.3.8	Campus Valença.....	121
8.4	<i>Recursos tecnológicos e audiovisuais</i>	121
8.4.1	Data center	123
8.4.2	Recursos audiovisuais.....	123
8.4.3	Plano de Desenvolvimento de Tecnologia da informação (PDTI).....	124
8.5	<i>Programas de saúde</i>	124
9	AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	125
9.1	<i>O processo de autoavaliação</i>	125
9.1.1	Planejamento.....	127
9.1.2	Metodologia e instrumentos	128
9.1.3	População	129
9.1.4	Composição da Comissão Própria de Avaliação (CPA)	130
10	ATENDIMENTO A PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS.....	130
11	ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS.....	132
11.1	<i>Demonstração da sustentabilidade financeira</i>	132
11.2	<i>Estratégia de gestão econômico-financeira</i>	132

APRESENTAÇÃO

Este Plano de Desenvolvimento Institucional do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – Cefet/RJ para o período 2015-2019, aprovado pelo Conselho Diretor na Sessão Extraordinária de 16 de dezembro de 2010, ao expressar avanço em relação às diretrizes estabelecidas no PDI 2010-2015 apresentado ao Ministério da Educação com base no novo estatuto do Centro e na organização acadêmica atinentes aos Decretos 5.224 e 5.225, de 1 de outubro de 2004, reflete o posicionamento da comunidade interna no sentido de assumir a continuidade de uma trajetória de formação que congrega o desenvolvimento da educação tecnológica nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão.

Todo PDI traz desafios àqueles que se constituem como agentes e beneficiários do projeto nele presente. No caso de uma instituição de educação tecnológica, sua comunidade acadêmica – docentes, técnicos-administrativos e alunos – e a sociedade – aí compreendidos diferentes grupos sociais, o mundo produtivo e o poder público constituído.

Neste PDI, especificamente, em um momento que o país vivencia desafios relativos ao seu crescimento econômico especificamente no que tange com desenvolvimento social e o Ministério de Educação investe tanto na expansão do ensino técnico e profissionalizante quanto na interiorização da educação superior, o desafio que se apresenta concretamente ao Cefet/RJ é a garantia de consecução dos objetivos institucionais em sua plenitude, mediante a sustentabilidade da atuação de excelência na educação tecnológica formadora de quadros profissionais técnicos e de nível superior no conjunto ampliado das Unidades de Ensino que ora integram sua estrutura sistêmica.

Nesse sentido, haverá que se contar com o aporte do Governo Federal em relação aos compromissos de política pública dirigidos às autarquias vinculadas ao MEC, quer com recursos orçamentário-financeiros, quer com provimento de pessoal docente e técnico-administrativo e também com as parcerias público-privado.

E, no âmbito interno à Instituição, com o empenho de todos que a constroem, participando da execução, acompanhamento e avaliação das diretrizes e ações do Plano, no cumprimento efetivo e competente da função social de educação.

Carlos Henrique Figueiredo Alves
Diretor Geral

METODOLOGIA DE CONSTRUÇÃO DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)

O PDI é um instrumento de planejamento e gestão elaborado para um período de cinco anos, construído com ampla participação de servidores e estudantes, que considera a identidade da instituição, no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, bem como à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou pretende desenvolver (MEC/SESu, 2004).

Por fornecer um extenso panorama da situação institucional, além de elencar previsões e projetos futuros, o documento viabiliza o aprimoramento do conhecimento interno e externo da instituição, constituindo-se um instrumento valioso de apoio ao processo decisório de seus dirigentes e de transparência e avaliação social.

A elaboração do PDI tem como pressuposto o atendimento ao conjunto de normas vigentes. Dentre os dispositivos legais que orientam os procedimentos para a elaboração do PDI, podemos citar:

- **Lei nº 10.861/2006**, que estabelece o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e tem por finalidade a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento da eficácia institucional e a efetividade acadêmica e social;
- **Art. 16 do Decreto nº 5.773/2006**, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino, o qual exige adequação dos procedimentos de elaboração e análise do PDI;
- Desenvolvidas a partir do artigo supracitado, as **Instruções para elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional** constituem um roteiro estabelecido pela Secretaria da Educação Superior do MEC (SESu) com o propósito de dar apoio às instituições e subsidiar a confecção de seu Plano de Desenvolvimento Institucional.

Tais diretrizes orientam a construção do documento, requerendo a explicitação da missão e as estratégias para atingir as metas e os objetivos propostos, observando a factibilidade, a coerência e a articulação entre as ações planejadas. Destaca-se que o cumprimento e o acompanhamento do PDI devem estar em consonância com os diversos documentos institucionais.

No Cefet/RJ, a coordenação do PDI 2015-2019, bem como a formatação e a divulgação da metodologia inerente, ficou a cargo da Diretoria de Gestão Estratégica (DIGES). Com esse intuito, foi adotada a estratégia descrita abaixo, subdividida nas seguintes etapas:

- **Planejamento**

O processo de diagnóstico estratégico, levantamento de informações, leitura e análise dos PDIs anteriores, sistematização da metodologia de elaboração do PDI e o

desenvolvimento de uma estrutura base do documento foram iniciados pela DIGES em março de 2013.

No cumprimento de suas atribuições e deveres, em fevereiro de 2014, os gestores do Cefet/RJ definiram as diretrizes para os próximos anos de administração. Os diretores sistêmicos foram consultados em setembro de 2014 e aprovaram o cronograma para discussão do plano.

Em outubro de 2014, foi nomeada, através da Portaria nº 1.081/14, uma Comissão composta pelas Diretorias Sistêmicas (DIGES, DIREN, DIPPG, DIREX, DIRAP, DIREG) e diretores de cada *campus* encarregada de elaborar o PDI 2015-2019. Essa Portaria designou a Diretoria de Gestão Estratégica como órgão responsável pela condução da confecção do PDI 2015-2019 e o desenvolvimento das atividades pertinentes à metodologia participativa aspirada.

O diagnóstico estratégico é o primeiro passo do processo de planejamento e através dele a organização obtém informações que norteiam o seu direcionamento estratégico. O diagnóstico capta e mantém atualizado o conhecimento da empresa em relação ao ambiente e a si própria, visando identificar e monitorar as variáveis competitivas que lhes afetam. É com base no diagnóstico estratégico que a empresa irá se antecipar às mudanças e se preparar para agir em seus ambientes externos e internos.

Durante as visitas aos *campi* e em reuniões com os diretores sistêmicos foi estabelecido um processo formal estruturado para avaliar a organização. Foi fundamental essa ação antes do início do processo de intervenção estratégica porque permitiu a verificação de alguns elementos, como: flexibilidade, vulnerabilidade, capacitação, disponibilidade de recursos estratégicos, sistema de vigilância estratégica, tudo isso para projetar e construir o futuro da instituição.

Dentro dessa preocupação foi feito um levantamento das expectativas de pessoas impactadas e suas representatividades, análise externa e análise interna.

Vale ressaltar que a composição do documento foi fundamentada nas diretrizes e eixos temáticos afixados pelo MEC para elaboração do PDI, adaptados às especificidades da instituição. Isso se deve ao fato de que se pretendia que o PDI 2015-2019 gerasse, como um de seus produtos, um *template* que servisse como referência na confecção dos PDIs futuros deste Centro Federal.

- **Execução**

Os servidores técnico-administrativos, docentes e discentes foram convidados, em todo tempo, a participarem do processo de construção do PDI e, mais efetivamente, desde 1º de outubro de 2014, momento em que se deu a abertura para contribuição da comunidade.

Objetivando o envolvimento dos diversos integrantes institucionais – gestores, docentes, técnicos e discentes –, estimulou-se intensamente, que fossem produzidas e encaminhadas à DIGES propostas formadas no âmbito de cada *campus*, Conselho, Colegiado e outras formas de representações de modo a assegurar que o documento final congregasse, na medida do possível, os anseios dos vários representantes dos segmentos

internos e das diversas áreas de atuação e atendessem aos macro-objetivos estratégicos do Cefet/RJ e às demandas que as respectivas comunidades dos *campi* julgassem pertinentes.

Dentre as ações promovidas, pode-se citar a visita da DIGES a todos os *campi* com o intuito de sensibilizar e conscientizar a comunidade sobre a importância de sua contribuição, promover o conhecimento acerca do PDI, divulgar e debater sobre a importância do documento e seu processo de confecção para definição dos novos rumos do Cefet/RJ nos próximos anos, além de esclarecer dúvidas.

Além disso, foi criado, no *site* institucional, uma área destinada a prover informações sobre o PDI, na qual estão dispostas sua agenda, uma apresentação explicativa, a legislação e as diretrizes referentes à sua elaboração e outras.

O principal meio utilizado pela DIGES para contato e coleta de dados das Diretorias, dos *campi* e das comunidades de forma geral foi o amplamente divulgado *e-mail* pdi2015-2019@cefet-rj.br, desenvolvido especificamente como um canal para recebimento de propostas concretas que colaborassem para a construção do PDI 2015-2019. Outra sistemática utilizada pela DIGES para assegurar o atendimento na prestação das informações e o cumprimento das instruções recomendadas pelo MEC foi o envio de documentos e diretrizes para Diretorias, Departamentos, Divisões e outros segmentos solicitando sua contribuição conforme a respectiva competência.

Embora, a princípio, o prazo de previsão para aprovação do CODIR fosse entre os dias 1º e 08 de dezembro de 2014, tendo em vista o caráter estratégico e democrático atribuído ao PDI pela instituição, a Comissão de elaboração do PDI julgou que o interstício para participação da comunidade havia sido muito curto. Assim, em 13 de novembro de 2014, foi feita uma consulta oficial ao MEC (com previsão de resposta em 20 dias corridos a partir dessa data) requisitando a prorrogação do prazo para encerramento do plano.

Consolidadas as informações, a DIGES finalizou a versão preliminar do PDI 2015-2019.

- **Controle**

Dentre as atribuições referentes à Diretoria de Gestão Estratégica, na condição de coordenadora do processo de elaboração do PDI, estão o estímulo, a assessoria e a facilitação da participação como um todo por parte da comunidade. Ademais, cabe à DIGES a consolidação das propostas recebidas para a composição desse instrumento de gestão. Isto posto, ressalta-se que a referida Diretoria constitui-se uma articuladora no processo de construção do documento, não sendo de sua competência o julgamento, em última instância, do mérito das contribuições para inserção no conteúdo final.

Dessa forma, merecem destaque as ações empreendidas na etapa de controle:

- Revisão da versão preliminar pela Divisão de Comunicação Social (DICOM): realizou-se a uniformização da formatação do documento e adequação do texto às novas regras ortográficas e aos padrões da norma culta;
- Apreciação da versão preliminar pelos Conselhos competentes e Diretorias dos *campi*: de modo que os colegiados pudessem, mediante consenso, analisar, revisar e complementar o documento no que lhes coubesse;

○ Divulgação do PDI para a comunidade interna: a validação das propostas por parte dos integrantes da instituição é condição *sine qua non* para garantia da transparência e participação almejada.

- **Ação**

Recebidas as contribuições finais, nesta etapa foi dado o devido tratamento às proposições, sendo revisada e elaborada a versão do documento a ser submetida à avaliação e à aprovação pelo CODIR. Por fim, aprovado o documento, este foi homologado e publicado no *site* da instituição.

FASES DA ELABORAÇÃO DO PDI 2015-2019

ETAPA	ATIVIDADE	INÍCIO	FIM
PLANEJAMENTO	Diagnóstico estratégico	mar/2013	dez/2013
	Etapa de estudo (análise dos PDIs anteriores e levantamento dos marcos legais e instruções que norteiam a construção desse documento)		out/2014
	Sistematização da metodologia e atividades de elaboração do PDI		mar/2015
	Desenvolvimento da estrutura base do documento		abr/2015
	Constituição da Comissão de Elaboração do PDI 2015-2019	out/2014	dez/2014
EXECUÇÃO	Sensibilização e abertura para contribuição da comunidade	out/2014	mar/2015
	Criação de área no <i>site</i> com <i>e-mail</i> exclusivo e informações do PDI	out/2014	nov/2014
	Coleta de dados Diretorias/ <i>campi</i>	nov/2014	nov/2015
	Consolidação de informações e construção da versão preliminar do PDI	mar/2015	ago/2015
CONTROLE	Apreciação da versão preliminar pelos Conselhos competentes e Diretorias dos <i>campi</i>	ago/2015	nov/2015
	Divulgação do PDI para a comunidade interna	nov/2015	dez/2015
AJUSTE	Tratamento de proposições e revisão final do documento	dez/2015	dez/2015
	Envio do PDI para aprovação do CODIR	julho/16	julho/2016
	Revisão da versão final pela Divisão de Comunicação Social (DICOM)	julho/2016	julho/2016
	Publicação e divulgação do PDI	julho/2016	
PLANEJAMENTO	Elaboração de <i>template</i> (documento norteador) para desenvolvimento/confecção de PDIs futuros	ago/2016	dez/2016

1 PERFIL INSTITUCIONAL

1.1 Histórico e áreas de atuação

Do final do século XIX até o início do século XX, o Brasil passa por importantes

transformações, considerando-se que o crescimento da indústria, até então patrocinado por capital estrangeiro, nesse momento, a exemplo da Abolição da Escravatura e da Proclamação da República, do crescimento urbano, da imigração e principalmente da expansão econômica cafeeira, cria condições para a formação do desenvolvimento industrial no país. No âmbito desse processo industrial, o governo, por meio do Decreto nº 1.880, de 11 de agosto de 1917, cria a Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz, com o objetivo de formar professores, mestres e contramestres para os institutos e escolas profissionais do então Distrito Federal e, ainda, professores de trabalhos manuais para as escolas primárias municipais.

Depois de quase vinte anos de atividades, a Escola Normal de Artes e Ofícios é fechada para ceder lugar a um Liceu de Artes e Ofícios que teria então a denominação de Escola Técnica Nacional – ETN. Desde então, com sua inauguração datada de 1944, a ETN visa oferecer à sociedade um ensino técnico de qualidade, gratuito, voltado ao setor industrial, que se coroa pela existência de vários projetos de construção da nacionalidade, preparando a formação em dois níveis: cursos industriais básicos, equivalentes ao chamado curso ginásial (atual fundamental do 6º ao 9º ano) e cursos industriais técnicos. Ainda traz como incumbência preparar professores e pessoal administrativo para atuar no ensino industrial, além de formar artífices, mestres e técnicos para a indústria.

Com a autonomia administrativa trazida pelo Decreto nº 47.038, de 16 de outubro de 1959, a Escola Técnica Nacional passou, gradativamente, a extinguir os cursos de primeiro ciclo e atuar na formação exclusiva de técnicos.

Outras reformas se seguiram, juntamente com políticas públicas e educacionais no país, principalmente no que tange às disciplinas, até que, na década de 60, após a segunda fase do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), que alavancou recursos para os segmentos da indústria nacional, a ETN vai se constituindo, no cenário brasileiro educacional, uma das principais instituições de ensino industrial do Brasil, em função de sua qualidade de ensino, uma vez que conta com um corpo docente proveniente da Escola Normal Wenceslau Braz e ainda com técnicos norte-americanos e suíços especializados.

Em 1966, foram implantados os cursos de Engenharia de Operação, introduzindo-se, assim, a formação de profissionais para a indústria em cursos de nível superior de curta duração. Os cursos eram realizados em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, para efeito de colaboração do corpo docente e expedição de diplomas. A necessidade de preparação de professores para as disciplinas específicas dos cursos técnicos e dos cursos de Engenharia de Operação levou, em 1971, à criação do Centro de Treinamento de Professores, funcionando em convênio com o Centro de Treinamento do Estado da Guanabara (Ceteg) e o Centro Nacional de Formação Profissional (Cenafor).

Com a necessidade cada vez maior de técnicos/trabalhadores qualificados, o ensino técnico ganha destaque para alguns segmentos da população brasileira. Surge a profissionalização e a ETN se transforma ao oferecer o segundo grau, por meio da Lei nº 5.692/71, objetivando formar técnicos de nível médio no país.

Outro fator preponderante foi o regime militar no Brasil, entre 1964 e 1985, que submetia a sociedade brasileira a um conjunto de novas políticas públicas, sendo também o processo de industrialização fortemente influenciado pelo modelo econômico vigente no

período. Se, por um lado, o modelo de governo JK (o tripé Estado, indústria nacional e estrangeira) associa-se a arrochos salariais, sobretudo contra trabalhadores de baixa renda, por outro lado, o setor industrial acaba se favorecendo com as políticas públicas, pois começa a existir uma diversificação do parque industrial instalado no país. E, dessa forma, mesmo com suas contradições, o processo de industrialização se consolida e adquire destaque no cenário internacional.

Com a denominação, em 1965, de Escola Técnica Federal, pertencente então ao governo federal, e, mais tarde, em 1978, de Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, a instituição passa por mudanças sucessivas e significativas em seu panorama educacional. Desde essa data, o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ) passou a ter objetivos conferidos a instituições de educação superior, devendo atuar como autarquia de regime especial, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática e disciplinar. O Cefet/RJ, como passa a ser conhecido à época, passa a oferecer, além dos cursos de nível médio e nível técnico, cursos de graduação, voltados para a Engenharia. Ainda incumbido da formação de professores para as disciplinas de cultura técnica, a instituição torna-se um centro educacional de respeito conquistado pela sociedade e, principalmente, pelo caráter profissional de formação de técnicos de qualidade para a sociedade, permitindo não mais a visão de outrora, estereotipada e preconceituosa em relação à antiga Escola Técnica. Estudar no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca passa a significar, então, prestígio social e possibilidade de ascensão profissional.

Durante os governos de Fernando Collor de Mello e de Fernando Henrique Cardoso, o Cefet/RJ passa a ofertar, além dos cursos para a área industrial, cursos para área de serviços, o que amplia sua oferta de 7 (sete) para 14 (quatorze) cursos.

Atualmente, seguindo com seu padrão de qualidade e com a sua missão de desenvolver atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, o Cefet/RJ possui as seguintes diretorias de sua área fim:

- Diretoria de Ensino: responsável pelas atividades de ensino da graduação e da educação profissional técnica de nível médio;
- Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação: responsável pelas atividades de pesquisa e pelas atividades de ensino de pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu*;
- Diretoria de Extensão: desenvolve projetos de cunho educativo, social, cultural e científico os quais, articulados ao ensino e à pesquisa, ampliam a relação da instituição com a sociedade.

Como um de seus paradigmas, o Cefet/RJ traz, hoje, em sua história, a trajetória de reconhecimento social da antiga Escola Técnica no que diz respeito não somente a uma expansão acadêmica de qualidade, mas também à ampliação de sua estrutura física. Atualmente, conta com oito *campi*, a saber: Maracanã, Maria da Graça, Nova Iguaçu, Nova Friburgo, Petrópolis, Angra dos Reis, Itaguaí e Valença.

No sistema *multicampi*, são oferecidos cursos regulares de educação profissional técnica de nível médio e de graduação, atendendo a mais de 13.000 alunos por ano, além de cursos de pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu* e de extensão. Junto a

estes, oferecidos sob a forma de atividades presenciais, coexistem programas e projetos na modalidade de educação à distância.

São oito os programas de pós-graduação *stricto sensu* – em Engenharia de Produção e Sistemas; Ensino de Ciências e Matemática; Engenharia Mecânica e Tecnologia de Materiais; Engenharia Elétrica; Ciência, Tecnologia e Educação, Relações Étnico-Raciais, Instrumentação e Óptica Aplicada e Filosofia e Ensino, totalizando sete cursos de mestrado, e quatro cursos de doutorado.

A instituição insere-se no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq e, no âmbito interno da Diretoria de Pesquisa e Pós-graduação, mantém um Banco de Projetos de Pesquisa, com projetos oficialmente cadastrados, que abrangem atividades desenvolvidas nos grupos de pesquisa e nos programas de pós-graduação, alguns deles com financiamento do CNPq, da Finep, da Capes, da FAPERJ, entre outras agências de fomento. Programas institucionais de iniciação científica beneficiam, respectivamente, os cursos de graduação e os de nível de educação básica, aí compreendidos o ensino médio e os cursos técnicos.

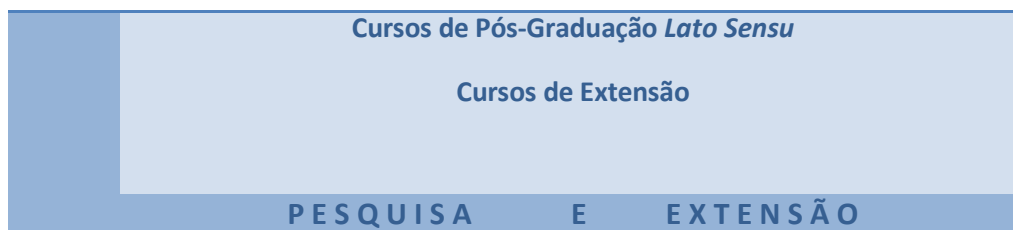
Como instituição de educação superior, o Cefet/RJ desafiou-se a estabelecer convênios de intercâmbio técnico-científico, passando a interagir com universidades e instituições de pesquisa nacionais e, também, com instituições estrangeiras. Há anos, acordos bilaterais vêm contribuindo para a formação de discentes e aperfeiçoamento de docentes, mediante projetos integrados de ensino e de atividades de pesquisa e desenvolvimento, com apoio financeiro da Capes, CNPq, DAAD, FIPSE e outras agências.

A evolução institucional correspondeu a progressiva e significativa elevação dos níveis de qualificação e aperfeiçoamento dos recursos humanos. Constituído o quadro docente por professores das duas carreiras – do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e do Magistério Superior –, o perfil de titulação acadêmica e regime de trabalho alcança e supera os patamares exigidos das universidades.

O Cefet/RJ, junto com os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais e escolas técnicas vinculadas às universidades federais, constitui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, instituída pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Dessa forma, continua a reconhecer-se como instituição dedicada à formação de profissionais capazes de, em diferentes níveis de intervenção, aplicar conhecimentos técnicos e científicos às atividades de produção e serviços, sem perder de vista a dinâmica social do desenvolvimento.

EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA NO Cefet/RJ

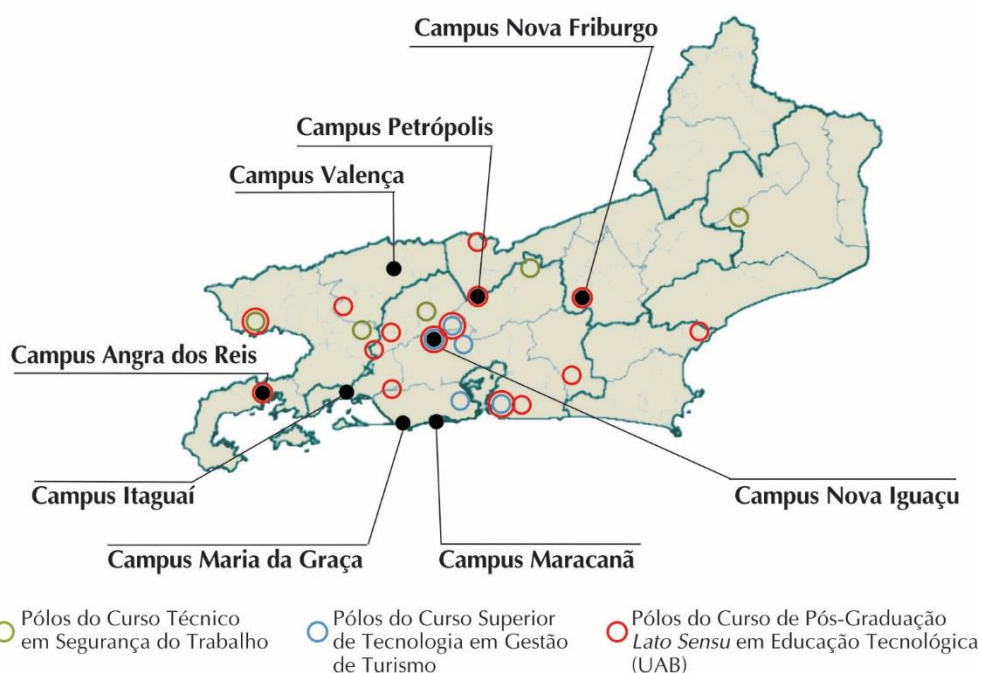
E N S I N O	Educação Profissional Técnica
	Cursos de Graduação (Cursos Superiores de Tecnologia, Bacharelado e Licenciatura)
	Cursos de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> (Mestrado e Doutorado)



1.2 Perfil do Sistema Cefet/RJ

Com a expansão acadêmica do Cefet/RJ, outros *campi* surgiram em diversos municípios, passando a estruturar-se o sistema *multicampi*.

Constituído até 2003 por apenas uma Unidade de Ensino – composta pelo *campus* Maracanã e pelo o *campus* General Canabarro –, começou, a partir de então, a implantar Unidades de Ensino Descentralizadas, em um processo de expansão induzido pelo governo federal, chegando a oito *campi* em 2010.



A implementação do sistema *multicampi*, no período 2005-2009, implicou ações de organização administrativa orientadas pelo estatuto aprovado pela Portaria Ministerial nº 3.796, de 1º de novembro de 2005. Além disso, permitiu o permanente diálogo do Cefet/RJ com o MEC, com representantes dos governos estadual e municipal e com empresas públicas e privadas, visando à concretização de *campi* orientados pelo conceito de cidade-polo, que, tendo como referência o conjunto de municípios de mesorregiões, devem aproveitar o potencial de desenvolvimento, a proximidade com Arranjos Produtivos Locais, a possibilidade de parcerias e de infraestrutura existente.

O desafio da expansão e consolidação da atuação institucional em sistema *multicampi* proporcionou forte mobilização interna e gerou demanda de novos atendimentos, em projetos e negociações, e de infraestrutura de serviços, obras e contratação de pessoal, implicando articulações de gestão administrativa de grande porte. Todo esse processo foi realizado, obviamente, como sustentáculo ao atendimento educacional proposto.

A garantia da identidade de atuação do Cefet/RJ, centrada no padrão de um ensino de qualidade e excelência, em harmonia com a diversidade de seus *campi*, exigiu discussões em torno da criação de condições de sustentabilidade no atendimento projetado, além de mecanismos próprios desenvolvidos em cada um deles. Serão descritas a seguir algumas particularidades de cada *campus*.

1.2.1 Campus Maracanã (sede)

End.: Av. Maracanã, 229 – Maracanã – Rio de Janeiro/RJ

A relevância social do *campus* Maracanã para o desenvolvimento local se confunde com a própria história do Cefet/RJ, quando dá início às suas atividades letivas no antigo Palacete Leopoldina, à Rua General Canabarro, nº 338, na primeira década do século passado, ainda como uma Escola Normal voltada para “artes e ofícios”. A formação de professores para o ensino profissional teve uma importância estratégica para a consolidação do processo industrial e econômico que se desenvolvia no país naquele momento. As denominações posteriores – ao acrescentar o termo “federal”, tanto enquanto Escola Técnica no passado, quanto como Centro de Educação Tecnológica na atualidade – reforçam a missão fundamental da instituição: produzir conhecimento para o desenvolvimento nacional e realizar uma educação pública, gratuita e de qualidade para a sociedade brasileira.

O *campus* Maracanã é o único que agrega, atualmente, em um mesmo espaço físico, uma atuação educacional que inclui a oferta regular de cursos de educação profissional técnica de nível médio, cursos de graduação (superiores de tecnologia e de bacharelado), cursos de pós-graduação *lato sensu*, cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), além de atividades de pesquisa e de extensão. Sendo assim, o *campus* Maracanã, por se localizar em um bairro de fácil acesso, se constitui também como um polo de atração de inúmeras atividades econômicas e sociais.

Neste *campus*, encontra-se a administração superior do Centro Federal, que tem como órgão executivo a Direção-Geral e como órgão deliberativo o Conselho Diretor

1.2.2 Campus Angra dos Reis

End.: Rua do Areal, 522 – Bairro Parque Mambucaba – Angra dos Reis/RJ

Conforme Portaria nº 1.367, o Cefet/RJ teve autorização para promover o funcionamento do *campus* Angra dos Reis no dia 8 de dezembro de 2010.

Esse *campus* proporcionou um aumento na oferta de educação de qualidade para o entorno, no município de Angra dos Reis, como medida do plano de interiorização do ensino superior e profissional, incrementando a comunidade também na participação de atividades e projetos extensionistas.

Estabelece, com a prefeitura, uma parceria que tem auxiliado o *campus* em atividades de infraestrutura. Também está sendo firmado um convênio de parceria com a Eletronuclear.

1.2.3 Campus Itaguaí

End.: Rodovia Mário Covas, lote 22, quadra J – Distrito Industrial de Itaguaí – Rio de Janeiro

O *campus* Itaguaí foi inaugurado em 17 de setembro de 2008. O atual quadro de crescimento da cidade e da região, atrelado à perspectiva de desenvolvimento futuro, fez com que surgissem preocupações novas quanto ao panorama profissional, social e ambiental que envolve o município. Uma vez que o crescimento traz novas necessidades de geração de renda e emprego, o governo federal, em uma parceria histórica com a Prefeitura de Itaguaí e com a empresa Vale, abriu as portas do mercado de trabalho para os jovens da região, através da criação de um *campus* de ensino pertencente ao Sistema Cefet/RJ com cursos voltados para a demanda de postos de trabalho da região da Costa Verde e demais regiões.

Dessa forma, o *campus* Itaguaí tem uma importância estratégica na formação de talentos humanos especializados na área portuária e industrial, através dos cursos técnicos em Portos e em Mecânica e de suas graduações em Engenharia Mecânica e Engenharia de Produção.

1.2.4 Campus Maria da Graça

End.: Rua Miguel Ângelo, 96 – Bairro Maria da Graça – Rio de Janeiro/RJ

O *campus* Maria da Graça foi inaugurado em 9 de junho de 2006.

Dentre as várias atuações do *campus* na comunidade que o cerca, as que mais se destacam são o Projeto AdolescenTI e a Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários Sustentáveis (ITESS).

O Projeto AdolescenTI, que foi implementado desde a criação do *campus*, junto com o setor de Tecnologia da Informação da Petrobras, visa fornecer aos jovens alunos do entorno, matriculados na rede pública municipal, o primeiro contato com essa importante área do setor produtivo.

Já a Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários Sustentáveis (ITESS), implementada no *campus*, em 2014, como núcleo de expansão da ação extensionista de articulação e transferência/intercâmbio de conhecimento para a promoção de empreendimentos, possibilitou a geração de emprego e renda, no âmbito da economia solidária. Teve como objetivos discutir e elaborar normas, regulamentos e editais norteadores ao funcionamento da ITESS no Cefet/RJ, reestruturar e adequar os ambientes físicos, nos diferentes *campi*, para atuação de núcleos gestores da ITESS, elaborar material de apoio e divulgação nas diversas mídias e junto às comunidades-alvo e promover atividades de pesquisa que possam contribuir para a melhoria das atividades dos projetos incubados. Além disso, a articulação da ITESS com os atores sociais, nas esferas de interesse das atividades envolvidas, ampliam os empreendimentos econômicos solidários, nos âmbitos local, regional e nacional.

1.2.5 Campus Nova Friburgo

End.: Governador Roberto Silveira, 190 – Bairro Prado – Nova Friburgo/RJ

As atividades acadêmicas no *campus* Nova Friburgo tiveram início em 18 de agosto de 2008; porém, a inauguração oficial é datada de 4 de dezembro de 2008.

O município de Nova Friburgo conta com algumas instituições de ensino como Uerj, UFF, Estácio e Candido Mendes. Entretanto, a comunidade precisa lidar com alguns fatores limitadores ao acesso à educação superior, como a pouca diversidade de cursos oferecidos nas instituições públicas e o valor incompatível das mensalidades das particulares em relação à renda familiar. Sendo assim, a vinda do Cefet/RJ pode proporcionar ensino de qualidade e excelência à região nos diversos segmentos em que atua, além de ter a disponibilidade de ofertar, aos alunos, atividades complementares às quais muitos não teriam acesso, como visitas técnicas, participação em eventos em outros municípios/estados, cooperação internacional. São desenvolvidas, ainda, atividades/projetos de extensão e são oferecidos auxílios estudantis, como a bolsa alimentação e bolsas de monitoria.

No relacionamento com o entorno, a instituição vem realizando a construção de diversas parcerias. Pode-se citar, como caso exemplar, uma empresa parceira do Cefet/RJ que realizou, como investimento de contrapartida, a construção da biblioteca, que possui 600m² de área. Há ainda outros convênios firmados com empresas/instituições de ensino para a realização de estágios supervisionados nas áreas dos cursos regulares.

1.2.6 Campus Nova Iguaçu

End.: Estrada de Adrianópolis, 1.317 – Bairro Santa Rita – Nova Iguaçu/ RJ

Inaugurado em 22 de agosto de 2003, o *campus* Nova Iguaçu deu início à atuação da Rede Federal de Educação Tecnológica nesse município da Baixada Fluminense. A Baixada Fluminense é uma das regiões mais densamente povoadas do estado do Rio de Janeiro, nela se concentrando, proporcionalmente, o maior número de pessoas em condições de pobreza.

As relações econômicas e sociais com municípios adjacentes vêm ampliando a influência da região na área metropolitana do estado. Seu maior desenvolvimento, porém, articula-se ao potencial de crescimento de todo o Rio de Janeiro, que conta, entre seus diferentes setores dinâmicos, com os de exploração e produção de petróleo e gás. Devido às atividades relacionadas a esse setor, a Baixada Fluminense deverá movimentar altos investimentos nos próximos anos, em decorrência, basicamente, da indústria petroquímica, da Refinaria de Duque de Caxias, do Polo Gás-Químico e da usina TermoRio.

É grande a expectativa de criação de empregos diretos e indiretos, e de oportunidade de qualificação. Ao lado de projetos de grandes dimensões, a política econômica na Baixada Fluminense tem-se voltado, também, para o apoio de pequenas e médias empresas locais e, ainda, para a implantação de infraestruturas necessárias ao desenvolvimento produtivo, social, cultural e ambiental.

A presença de um *campus* do Cefet/RJ em Nova Iguaçu representa uma parcela do incentivo do governo federal ao desenvolvimento da região, participando no processo de educação profissional e tecnológica da população. Contando com um Conselho Comunitário, as atividades no local tiveram início com projetos de extensão voltados à comunidade em geral. O ano letivo de 2004 trouxe o funcionamento dos cursos regulares

de ensino médio, de educação profissional técnica e de graduação.

1.2.7 Campus Petrópolis

End.: Rua do Imperador, 971 – Centro – Petrópolis/RJ

Petrópolis localiza-se no topo da Serra da Estrela, pertencente ao conjunto montanhoso da Serra dos Órgãos, a 845 metros de altitude média. Localizada a apenas uma hora (65km) do Rio de Janeiro e a quarenta minutos do Aeroporto Internacional do Galeão, a cidade se encontra numa localização estratégica para aproveitar todo o crescimento tanto do estado quanto da capital do Rio de Janeiro, assim como do Brasil como um todo, uma vez que num raio de 500 km da cidade se encontram 43% do PIB nacional e 70% da movimentação de carga de todo o país.

A economia de Petrópolis é baseada no turismo (histórico e cultural) e no setor de serviços. Também merece destaque o comércio de roupas, fabricação de chocolate e cerveja, sobretudo nos polos da Rua Teresa e Itaipava, que atraem compradores (atacadistas e varejistas) de todo o país. Destaca-se também o polo moveleiro do Bingen, polo têxtil e a consolidação do polo tecnológico Petrópolis – Tecnópolis.

Diante desse cenário, o *campus* Petrópolis tem sua história inserida no contexto do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do governo federal, que prevê a expansão da rede federal de ensino com a criação de uma escola técnica em cada cidade-polo do país. O *campus* é a 200ª unidade da rede e teve sua autorização de funcionamento dada pela Portaria nº 704, de 9 de junho de 2008, a qual levou em consideração a existência de crescente carência de mão de obra especializada nas diversas áreas do saber, a necessidade de promover a educação profissional de qualidade nos diferentes níveis e, ainda, a necessidade de proporcionar maior desenvolvimento à região. Suas atividades se iniciaram em 18 de agosto de 2008.

1.2.8 Campus Valença

End.: Rua Voluntários da Pátria, 30 – Bairro Belo Horizonte – Valença/RJ

O Cefet/RJ *campus* Valença, inaugurado em agosto de 2010, oferece um ensino público federal gratuito e de qualidade para toda a cidade e mesorregião, desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa e extensão. A sua implantação significou, para o entorno, a possibilidade de melhorar o perfil socioeconômico através de formação de mão de obra capacitada para atuar no mercado de trabalho local, de forma a permitir a permanência do profissional na região.

A relação entre o *campus* Valença e a comunidade se pauta, sobretudo, nas atividades de extensão, como a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, quando todos podem participar ativamente, oferecendo minicursos, palestras e eventos culturais.

1.3 Missão

Promover a educação mediante atividades de ensino, pesquisa e extensão que propiciem, de modo reflexivo e crítico, a formação integral (humanística, científica e

tecnológica, ética, política e social) de profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento científico, cultural, tecnológico e econômico da sociedade.

1.4 Visão

Tornar-se Universidade Federal de Ciências Aplicadas do Rio de Janeiro.

1.5 Valores

- Integração;
- Responsabilidade;
- Comprometimento (ambiental, social, sustentável, com desenvolvimento do país);
- Busca pela excelência;
- Autonomia;
- Ética e transparência;
- Respeito (humano e à diversidade);
- Compartilhamento de ações e decisões;
- Meritocracia.

1.6 Finalidades institucionais

O Cefet/RJ, autarquia de regime especial vinculada ao Ministério da Educação, no espírito da Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978, tem por finalidade o oferecimento de educação tecnológica. Configura-se, nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, como instituição de ensino superior pluricurricular, especializada na oferta de educação tecnológica nos diferentes níveis e modalidades de ensino, caracterizando-se pela atuação prioritária na área tecnológica.

Orientadas pela legislação vigente, constituem finalidades prioritárias do Cefet/RJ refletidas neste PDI:

- ministrar educação profissional técnica de nível médio, de forma articulada com o ensino médio, destinada a proporcionar habilitação profissional para diferentes setores da economia;
- ministrar ensino superior de graduação e de pós-graduação *lato sensu e stricto sensu*;
- ofertar educação continuada, por diferentes mecanismos, visando à atualização, ao aperfeiçoamento e à especialização de profissionais prioritariamente na área tecnológica;
- realizar pesquisa nas diversas áreas do conhecimento, estimulando o desenvolvimento de soluções e estendendo seus benefícios à sociedade;
- promover a extensão mediante integração com a comunidade, contribuindo para o seu desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida, desenvolvendo ações interativas que concorram para a transferência e o aprimoramento dos benefícios e conquistas auferidos na atividade acadêmica e na pesquisa aplicada;
- estimular a produção cultural, o empreendedorismo, o desenvolvimento

científico e tecnológico e o pensamento reflexivo, com responsabilidade social.

1.7 Objetivos e metas

Considerada a avaliação do PDI 2010-2014 e as políticas institucionais trazidas pelo Projeto Pedagógico Institucional (PPI), apresentam-se, a seguir, as diretrizes que estruturam o Plano de Desenvolvimento do Cefet/RJ para o período 2015-2019, com definição de objetivos, estratégias, ações e metas estruturados a partir das demandas anunciadas pela comunidade acadêmica nas discussões, virtuais e presenciais, realizadas.

Metodologicamente, o planejamento organiza-se em “objetivos” e “metas” que serão traduzidas em indicadores, compreendidas como:

- **Objetivos:** expressam a intencionalidade do que deve ser feito;
- **Metas:** resultados sucessivos a obter na programação de um trabalho;
- **Indicadores:** indicam medidas quanti-qualitativas que buscam aferir o grau de concretude das iniciativas.

1.7.1 Objetivo geral

Promover o desenvolvimento institucional do Cefet/RJ, visando à sua inserção nos cenários local, nacional e internacional, na perspectiva da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, mantendo o caráter de um centro de excelência e futura universidade pública, gratuita, de qualidade, inserida na realidade social, participando da formulação das políticas públicas e contribuindo para o desenvolvimento científico, integrador, inclusivo e tecnológico do país.

1.7.2 Objetivos específicos

Os objetivos a seguir devem orientar a política de ação do Cefet/RJ, no período compreendido entre 2015 e 2019:

Eixo	Objetivos
Compromisso Social	Consolidar e ampliar a inserção do Cefet/RJ no desenvolvimento socioeconômico, cultural, político e científico em níveis local, regional e nacional.
	Criar mecanismos de ampliação dos espaços de interlocução do Cefet/RJ com a sociedade, dirigindo suas funções acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão para o atendimento das demandas sociais e do desenvolvimento do país.
	Participar, em nível local, regional e nacional, de fóruns de discussão e definição de políticas públicas no âmbito da inclusão social.
	Consolidar e ampliar parcerias com órgãos governamentais, empresas e organizações da sociedade civil, para o desenvolvimento de programas de interesse mútuo e de impacto social.
	Promover a representação do Cefet/RJ nos diversos conselhos, comitês e organizações de fomento a projetos acadêmico-institucionais.
	Democratizar as condições de acesso aos cursos do Cefet/RJ.

	Estabelecer políticas facilitadoras da integração da comunidade acadêmica <i>intracampus</i> , <i>intercampi</i> e com os grupos organizados da sociedade, especialmente na área de atuação do Cefet/RJ.
Aperfeiçoamento Institucional & Planejamento e Gestão	Otimizar e manter os recursos infraestruturais, materiais e financeiros, implementando estratégias para a utilização plena da capacidade do Cefet/RJ.
	Consolidar e ampliar a expansão do Cefet/RJ, fundamentada em ensino, pesquisa e extensão, de modo articulado com as políticas públicas da área.
	Consolidar as ações de capacitação dos docentes e dos servidores técnico-administrativos através da implementação de um programa de desenvolvimento, avaliação, desempenho e alocação, que respeite as habilidades de caráter pessoal e profissional, com reflexos na melhoria dos serviços essenciais às atividades de ensino, pesquisa e extensão.
	Criar programas de valorização, reconhecimento e motivação das pessoas – servidores públicos – a fim de se perceberem como sujeitos da missão da universidade.
	Priorizar a contratação e fixação de doutores na instituição.
	Implementar oficinas de línguas estrangeiras e portuguesa para estudantes e servidores.
	Ampliação, manutenção e reestruturação das bibliotecas.
	Disponibilizar sistemas de informação para permitir o acompanhamento de uma forma integrada das informações institucionais de modo a dar suporte à gestão e ao planejamento estratégico.
	Proporcionar transparência e publicidade nas prestações de contas, tanto no que diz respeito às atividades acadêmicas (ensino, pesquisa e extensão), quanto no que tange ao uso dos recursos de que dispõe.
	Adequar os espaços e sistemas institucionais, levando em conta o acesso das pessoas com deficiência.
	Fortalecer a comunicação como estratégia institucional.
	Criar, consolidar e/ou aperfeiçoar instrumentos, ações e meios de comunicação institucional com as comunidades interna e externa.
	Dar continuidade à atuação, junto aos órgãos competentes, com vistas a buscar o aumento do número de vagas de pessoal técnico-administrativo e docente, assim como do aumento/redimensionamento dos Cargos de Direção e Funções Gratificadas (CD e FG), no intuito de adotar o modelo proposto para a transformação do Cefet/RJ em universidade.
Excelência Acadêmica	Ampliar e fortalecer a atuação dos órgãos colegiados do Cefet/RJ nos projetos político-institucionais.
	Participar, em nível local, regional e nacional, de fóruns de discussão e definição de políticas públicas no âmbito do ensino, pesquisa e extensão.
	Promover revisão e atualização dos documentos legais do Cefet/RJ.
	Otimizar a capacidade de gestão institucional.
	Implementar sistemas de avaliação e monitoramento de indicadores, visando à melhoria da qualidade institucional do Cefet/RJ.
	Incentivar o desenvolvimento de programas inovadores, bem como o intercâmbio com instituições nacionais e internacionais, visando à crescente qualificação de pesquisadores e grupos de pesquisa, estimulando a divulgação do conhecimento produzido.
	Consolidar-se como produtor de conhecimento científico, tecnológico, artístico e cultural, de modo a contribuir para o desenvolvimento do país.
	Implementar uma política de democratização da informação, por meio do fortalecimento

do sistema de bibliotecas e do acesso à internet e repositórios de dados.
Promover a inserção qualificada da instituição no panorama acadêmico nacional e internacional, pela difusão da sua produção científica e tecnológica.
Fomentar a realização de atividades culturais, artísticas, esportivas e de lazer.
Promover ações capazes de trazer ao cotidiano da vida acadêmica a discussão de estratégias e de atividades voltadas à questão socioambiental, no marco de uma formação profissional e cidadã.
Melhorar a qualidade do ensino em todos os níveis, buscando envolver docentes e estudantes em processos e práticas pedagógicas nas quais ambos se reconheçam como produtores de conhecimento no âmbito da experiência de ensinar-aprender-pesquisar.
Estimular a realização de projetos de pesquisa, que aperfeiçoem a produção científica e tecnológica, integrando os diversos níveis de ensino.
Implementar políticas acadêmicas de integração do ensino, pesquisa, extensão e internacionalização, através de programas que envolvam de forma indissociável a produção e difusão do conhecimento, contribuindo para a formação dos alunos.
Consolidar a extensão universitária como interface da universidade com diferentes segmentos da sociedade e como espaço pedagógico de formação, estimulando o protagonismo estudantil.
Reduzir a evasão dos estudantes nos cursos do Cefet/RJ.
Consolidar as atividades baseadas em novas tecnologias de ensino presenciais, semipresenciais e a distância.
Promover o estudo para a ocupação das vagas ociosas, através de mecanismos diferenciados que contemplem a superação das causas da evasão estudantil.

1.7.3 Metas

1.7.3.1 Ensino

1.7.3.1.1 Ações acadêmico-administrativas

- Aprimoramento do modelo de gestão da informação por meio da implementação de novos módulos do sistema SIE (Sistema de Informações desenvolvido pela Universidade Federal de Santa Maria, SIE) a fim de permitir, além do controle, a gestão de toda a estrutura administrativa e acadêmica do Cefet/RJ, com a implantação total do sistema até 2017.
- Implantação das novas diretrizes curriculares, reestruturação dos Projetos Pedagógicos Curriculares (PPC) dos cursos técnicos de nível médio e de graduação, com dinamização e melhor planejamento das mudanças curriculares até 2017.
- Adequação de espaços físicos e aquisição de equipamentos para o uso das tecnologias da informação e comunicação (TIC) para fins didático-pedagógicos nos cursos presenciais até 2017.
- Capacitação de servidores docentes e técnico-administrativos para o desenvolvimento de materiais didático-pedagógicos, utilizando TIC para o desenvolvimento de cursos a distância (EAD) e disciplinas a distância para os cursos presenciais, até 2018.
- Implantação de programas de apoio à melhoria da qualidade do ensino, com garantia de recursos para material permanente e de consumo, por meio de editais internos, até 2017.

- Desenvolvimento de políticas de divulgação e inserção dos cursos no meio acadêmico nacional, internacional e na sociedade até 2018.
- Implantar e aperfeiçoar os projetos de acessibilidade no Cefet/RJ até 2017.
- Implementação de mecanismos de acompanhamento de egressos dos cursos do Cefet/RJ até 2017.

1.7.3.1.2 Incentivo à participação dos estudantes em ensino, pesquisa e extensão

- Ampliação do número de bolsas de monitoria remuneradas até 2018.
- Ampliar as parcerias com instituições internacionais até 2019.
- Incrementar as parcerias com instituições de fomento particulares para bolsas de estudos até 2019.
- Incentivo a projetos e disciplinas de graduação de caráter interdisciplinar até 2018.
- Apoio institucional permanente à organização e participação dos discentes em Semanas Acadêmicas até 2017.

1.7.3.1.3 Condições de ensino-aprendizagem e assistência estudantil

- Modernização das salas de aula, dos laboratórios de aulas práticas e de informática, com reformas e aquisição de equipamentos, até 2018.
- Compartilhamento dos laboratórios, em todos os níveis de ensino, até 2018.
- Melhoria da acessibilidade do espaço da Coordenadoria de Assistência Estudantil (CAE) até 2018.
- Recuperação gradual dos espaços de convívio e lazer como forma de se dispor de um espaço em condições para a realização de eventos de interesse dos estudantes e dos servidores até 2017.
- Consolidação da rede sem fio até 2016.
- Criação de espaços e infraestrutura para os setores que atuam com assistência estudantil nos *campi* até 2018.
- Aumento do número de bolsas permanência até 2019.

1.7.3.2 Pesquisa

As metas traçadas pela Diretoria de Pesquisa e Pós-graduação no que tange às atividades de pesquisa e inovação tem como previsão de conclusão o encerramento da vigência do PDI 2015-2019. São elas:

- ampliação da produção intelectual (artigos em periódicos indexados, anais em congressos, publicação de livros e depósito de pedidos de patente ou registros de *software*);
 - revisão e/ou criação de regulamentos e normas institucionais relacionados às atividades de pesquisa e inovação;
 - implementação de novo sistema de informação para acompanhamento, avaliação e controle de indicadores de atividades de pesquisa e inovação;
 - elaboração de manual de procedimentos e fluxos de acompanhamento, avaliação e controle das atividades de pesquisa e inovação;

- criação de unidades de representação das atividades de pesquisa e inovação em, pelo menos, três *campi*;
- aumento do número total de grupos de pesquisa na instituição como um todo e incentivo à existência de pelo menos um grupo de pesquisa em cada *campus*;
- ampliação da quantidade de docentes participantes dos grupos de pesquisa da instituição;
- expansão da infraestrutura física para as atividades de pesquisa e inovação;
- aumento do investimento na aquisição e manutenção de equipamentos de pesquisa com recursos próprios provenientes de editais internos bem como através de recursos captados junto a órgãos de fomento igualmente;
- ampliação do quantitativo de recursos humanos de apoio ao desenvolvimento das atividades de pesquisa e inovação nos laboratórios de pesquisa;
- aumento do número de docentes atuando em atividades de pesquisa e inovação;
- expansão do quantitativo de discentes dos diversos níveis de ensino atuando em atividades de pesquisa e inovação;
- aumento do número de bolsas de iniciação científica com financiamento próprio e de órgãos de fomento;
- ampliar a visibilidade externa das atividades de pesquisa e inovação desenvolvidas na instituição a partir da:
 - atualização das páginas do DEPEQ, da COPET e do NIT;
 - organização de eventos anuais de caráter nacional ou internacional;
 - participação de docentes em eventos científicos/tecnológicos;
- internacionalização das atividades de pesquisa e inovação por meio do:
 - incremento anual do número de professores visitantes e pós-doutorandos estrangeiros;
 - envio de pesquisadores por ano em missões de trabalho e pós-doutoramento no exterior;
 - incentivo à participação de professores em eventos internacionais a cada ano;
- ampliação da captação de recursos externos destinados à pesquisa e inovação através de órgãos de fomento;
- aumentar o número de docentes e de projetos apoiados por recursos externos de órgãos de fomento;
- aumento do número de termos de Cooperação Científica com outras instituições de ensino e pesquisa, empresas e governo;
- elevação do número de Projetos de Pesquisa e Inovação com parcerias nacionais e internacionais e criação do Escritório de Projetos.

1.7.3.3 Pós-graduação

De igual modo, as metas estabelecidas pela DIPPG referentes às atividades de pós-graduação têm como previsão de conclusão o encerramento da vigência do PDI 2015-2019. São elas:

- aumento da qualidade e da quantidade de titulados em cursos de pós-graduação em diversas áreas do conhecimento na seguinte proporção:

- aumento do número de vagas ofertadas em cursos de pós-graduação *stricto sensu*;
 - aumento do número de vagas ofertadas em cursos de pós-graduação *lato sensu*;
 - aumento do número de matrículas em cursos de pós-graduação *stricto sensu*;
 - aumento do número de titulados em cursos de pós-graduação *stricto sensu*;
 - aumento do número de bolsas de mestrado e doutorado com financiamento próprio e de órgãos de fomento;
- revisão e/ou criação de regulamentos e normas institucionais relacionados às atividades de pós-graduação;
 - criação de um departamento responsável pelas atividades de pós-graduação na instituição;
 - ampliação do quantitativo de cursos de pós-graduação de doutorado e de mestrado;
 - atingimento de conceito 4 dos cursos pós-graduação *stricto sensu*, com conceito 3;
 - ampliação do quantitativo de cursos de pós-graduação *lato sensu*;
 - aumento do investimento (tanto proveniente de recursos próprios da instituição quanto de órgãos de fomento) nas atividades de pós-graduação;
 - implementação de novo sistema acadêmico para acompanhamento das atividades de pós-graduação;
 - elaboração de manual de procedimentos e fluxos para as atividades de pós-graduação;
 - aumento do número de docentes atuando em atividades de pós-graduação;
 - atualização das páginas institucionais dos cursos e programas de pós-graduação no sentido de ampliar a visibilidade externa das atividades de pós-graduação desenvolvidas pelo Cefet/RJ;
 - estímulo a participações de docentes da pós-graduação em eventos nacionais e internacionais;
 - desenvolvimento de mecanismos de indução, acompanhamento, avaliação e controle da capacitação de docentes através de ações como a implementação do Plano de Capacitação Docente;
 - aumento do número de doutores da instituição;
 - implementação de um modelo de edital para contratação de docentes respeitando o perfil e a titulação adequadas para atuação nos cursos de pós-graduação.

1.7.3.4 Extensão

- Ampliação gradativa, até 2019, do Programa de Bolsas Institucionais de Extensão por Edital, que visa desenvolver projetos de extensão e apoiar estudantes envolvidos com essas ações no Cefet/RJ;
- criação, até 2019, de uma linha editorial institucional para divulgação das ações de extensão e artigos acadêmicos;

- modernização, até 2018, da gestão das informações sobre as ações de extensão, utilizando uma base de dados nacional, articulada com o sistema SIE, em fase de implantação.

1.7.3.5 Gestão administrativa e financeira

- Desenvolvimento e implementação, até 2019, do Plano Diretor de Obras;
- mapeamento, até 2019, dos processos internos do Cefet/RJ;
- estabelecimento, até 2019, de rotinas, procedimentos e mapeamento de riscos;
- criação, até 2017, de modelos de custos que permitam o acompanhamento da relação custos/resultados das diversas atividades, com base em indicadores de desempenho.

1.7.3.6 Comunicação interna e externa

- Adaptar, até 2015, o *layout* do *site* institucional para o modelo padrão do governo federal e prepará-lo para o processo de descentralização da publicação de informações acadêmicas e administrativas;
- capacitar os servidores para o desenvolvimento das ações de comunicação interna e externa no decorrer da vigência do PDI 2015-2019;
- elaborar o Plano Estratégico de Comunicação, realizando o controle periódico da implementação das ações;
- viabilizar ferramentas para monitorar e fortalecer a imagem da instituição nas diferentes mídias durante a vigência do PDI 2015-2019;
- manter a produção de materiais institucionais de divulgação e de produção acadêmica, nas diferentes mídias;
- elaborar, até 2017, um vídeo institucional;
- padronizar a identidade visual das fachadas dos *campi* até 2017;
- fazer um diagnóstico da comunicação interna e propor, até 2018, projetos de relações públicas.

1.8 Política de gestão

A política de gestão compreende a intencionalidade da instituição em alcançar os objetivos traçados, respeitando os princípios constitucionais e estatutários que regem o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca como entidade da Administração Pública. Nesse sentido, o PDI assume um papel central na consecução, coordenação e integração de projetos e programas institucionais por meio de ações que se reforcem mutuamente em prol de objetivos comuns.

O Cefet/RJ compreende o exercício de sua gestão como um processo dinâmico e sistêmico, orientado por seu compromisso social de contribuir para a formação profissional e cívica de seus alunos, bem como para o desenvolvimento científico, cultural, tecnológico e econômico de seu entorno, fortalecendo a relação de interdependência administrativa e acadêmica entre os *campi* sem perder o foco na unidade institucional, em sua missão e no seu plano de desenvolvimento.

Reconhece, também, que os servidores da instituição são cidadãos no exercício da vocação pública e que apenas através de sua colaboração o Plano de Desenvolvimento Institucional pode evoluir. Assim, a política de gestão prevê a promoção de uma cultura de excelência que valorize, retenha, apoie e desenvolva os servidores, estimulando o comprometimento.

Além disso, respeitando os princípios da economicidade e da eficiência, busca-se atingir à racionalização dos recursos institucionais, sejam eles econômicos ou materiais, de forma a garantir sua melhor aplicação, preservando, ainda, o interesse da sociedade em ter uma educação de qualidade.

Cabe ressaltar a relevância da avaliação institucional, compreendida como ferramenta que possibilita o diagnóstico da instituição em uma perspectiva de retroalimentação do planejamento institucional.

Resumidamente, configuram princípios norteadores da política de gestão:

- a democracia institucional, entendida como o respeito às decisões colegiadas e a garantia de espaços de participação e influência da comunidade nas grandes questões universitárias;
- a descentralização de decisão, percebida na concessão de autonomia aos *campi* para a tomada de decisão, obedecendo aos princípios que regem a Administração Pública e mantendo a unidade institucional;
- a integração regional, promovida por meio da realização de ações permanentes articuladas com outros atores, que problematizam o desenvolvimento local e regional, direcionando esforços na formação de estudantes e na produção de conhecimentos, comprometidos com os desenvolvimentos econômico e social sustentáveis da região e do país;
- o planejamento participativo, entendido como o processo em que a instituição, através de seus diversos atores articulados solidariamente, se vê, se reconhece e define o futuro desejado, organizando-se para alcançá-lo;
- a avaliação institucional, como processo contínuo entendido como o monitoramento sistemático da evolução em direção ao futuro desejado, com vistas à adoção dos ajustes situacionais necessários;
- a transparência no orçamento e nos atos de gestão, entendidos como a garantia do conhecimento da composição da matriz orçamentária, da distribuição e da execução orçamentária, da estrutura organizacional e da composição de seu quadro de servidores;
- o acesso à informação pública, por meio da divulgação das ações e serviços da Administração, garantindo o direito fundamental dos cidadãos ao acesso e atendimento às solicitações de informações públicas.

1.9 Política de qualidade

O comprometimento do Cefet/RJ é com a plena satisfação dos interessados na busca de inovações e excelência no que tange ao ensino, pesquisa e extensão. E também na melhoria contínua dos processos pertinentes às atividades-meio como administração, tecnologia da informação e comunicação. Respeitando, como compromisso, a preservação do meio ambiente, a qualidade de vida e a saúde dos servidores públicos que atuam a

instituição. Nesse contexto, a política de qualidade se ampara nos seguintes itens:

- oferecer continuamente resultados positivos relevantes em termos de atendimento das legislações aplicáveis e indicadores estabelecidos pelo Ministério de Educação;
- manter adequados e atualizados os meios técnicos e infraestruturais que possibilitem uma resposta eficaz e eficiente às necessidades e expectativas dos alunos, assim como, à excelência das atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- garantir um ambiente de trabalho seguro, saudável e que proporcione reconhecimento às pessoas que atuam nessa instituição;
- assegurar adequada e contínua formação dos servidores visando à manutenção e ao reforço da sua competência para a realização das atividades afins;
- promover a sensibilização de todos os colaboradores para a qualidade, de forma que, na sua atividade corrente, vão ao encontro dos requisitos do MEC e participem nos processos de melhoria contínua;
- analisar regularmente o desempenho dos seus processos e o impacto junto aos alunos e à sociedade quanto à satisfação, de modo a promover ações tendo em vista a melhoria contínua dos serviços prestados e da eficácia e eficiência do Sistema de Gestão da Qualidade;
- buscar que as ações desenvolvidas pelo Cefet/RJ sejam inovadoras, de caráter excelente e visem ao crescimento sustentável, em todos os seus aspectos, bem como ao cumprimento de sua missão institucional.

1.10 Gestão das atividades de comunicação social

As inter-relações do Cefet/RJ na sociedade envolvem grupos sociais, o mundo produtivo e o poder público constituído. Desse modo, a comunicação com a sociedade, além de exigir a participação de diferentes segmentos da comunidade acadêmica, por se tratar de uma instituição federal de ensino, ultrapassa suas próprias ações conceituais. Nesse sentido, estabelece um canal de articulação entre esses segmentos que tem a finalidade de legitimar a visibilidade da atuação do Cefet/RJ, submetida ao controle do Estado e à sociedade em geral.

No que tange às diretrizes de comunicação do Cefet/RJ, uma gestão de comunicação integrada e sistêmica se mostra adequada ao mundo contemporâneo em que vivemos e em que a instituição está inserida. Como uma instituição federal de ensino superior, o Cefet/RJ enfrenta verdadeiras transformações organizacionais no contexto da tecnologia e da informação, no contexto comportamental e da cultura organizacional e até mesmo das aspirações dos educandos e da sociedade em geral.

A articulação com os órgãos de governo (em especial com o MEC) e com as demais IFES e instituições da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, a participação em associações de interesse institucional (a exemplo da Andifes e do Conif), o estabelecimento de convênios e acordos de cooperação técnico-científica com instituições de ensino e pesquisa, órgãos de fomento e secretarias estaduais e municipais de educação, a realização de eventos e a interação com empresas públicas e privadas vêm ampliando o reconhecimento social dessa atuação. Essa expansão demanda a criação de ambientes virtuais e uma comunicação contínua que se organiza através de redes sociais e outras mídias afins.

Certamente, com a atuação estratégica dos serviços de comunicação social, a visibilidade institucional tem sido fortalecida por meio da produção jornalística para o *site*

institucional, bem como da articulação permanente com órgãos de notícias locais e nacionais e com as mídias sociais, como Facebook, Twitter, YouTube, Flickr e SoundCloud. Além disso, contribuem a produção de *releases* e do informativo eletrônico #CEFET/RJ, assim como a elaboração de materiais de divulgação das ações institucionais, em formatos de *banners*, cartazes, CDs, DVDs, *folders*, folhetos, *outdoors*, painéis etc.

Grande ferramenta de visibilidade é o *site* institucional (www.cefet-rj.br), que merece o conhecimento do público interno e externo. Nele, são publicadas notícias vinculadas ao universo da ação institucional (intra e extramuros), bem como são apresentadas informações vinculadas aos diferentes setores da estrutura acadêmica e administrativa. A média diária de acessos desde 19 de junho de 2015, quando foi reformulado de acordo com a Instrução Normativa nº 8 da Secretaria da Comunicação Social da Presidência da República (SECOM), já ultrapassa 8.500 visitas diárias.

A rede interna (intranet), implantada em fevereiro de 2015, é um canal de relacionamento com o público interno e, exatamente por isso, também se configura como uma ferramenta fundamental para as estratégias organizacionais contemporâneas. De forma estruturada e flexível, torna-se um instrumento essencial à rotina dos colaboradores e ao compartilhamento de informações com o público interno.

A Divisão de Comunicação Social e a Divisão de Programação Visual consolidam sua importância estratégica também ao atuar, de modo colaborativo, na produção da revista científica Tecnologia & Cultura, da Diretoria de Pesquisa e Pós-graduação. As divisões são responsáveis pela revisão da formatação dos artigos acadêmicos, pela produção gráfica da revista impressa e pela produção digital.

Com relação à publicidade legal, a Divisão de Comunicação Social é responsável pela inserção desse conteúdo em jornais de grande circulação, obedecendo ao contrato com a Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), de acordo com o Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008. Esse Decreto estabelece que a divulgação de publicidade legal dos órgãos e entidades da Administração Federal, em veículos da imprensa comercial (jornais de grande circulação de determinada região) deve ser feita, obrigatoriamente, por intermédio da EBC, exceto daquela veiculada nos órgãos oficiais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

2 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

2.1 Desenvolvimento da região e do país

Segundo análise do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), “o ciclo de desenvolvimento em curso no Brasil está sendo impulsionado pela consolidação da democracia e ampliação dos espaços de diálogo e participação; por políticas distributivas ancoradas numa visão de justiça social e de racionalidade econômica; pelo investimento nas pessoas por meio das políticas sociais universais e inclusivas; pelos investimentos em infraestruturas; por um sistema de financiamento público capaz de alavancar políticas de desenvolvimento; pela estabilidade macroeconômica e gradual incorporação das dimensões da sustentabilidade ambiental, econômica e social ao conjunto dos processos decisórios”.

De acordo com o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM)¹ de 2014, o estado do Rio de Janeiro registrou um desenvolvimento nas áreas de Emprego & Renda, Educação e Saúde acima da média nacional: 90% dos municípios do estado apresentaram crescimento moderado ou alto nessas áreas, contra os 60,7% observados em nível nacional.

Diante desse quadro, a cidade do Rio de Janeiro foi uma das que ultrapassaram a fronteira do alto desenvolvimento, devido, primordialmente, ao avanço na área de educação, explicado pela melhora nas notas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Também contribuiu para essa ascensão a melhora no desempenho na área de saúde, que, de forma similar, atingiu o patamar de alto desenvolvimento. Com a aferição dos indicadores, a capital galgou três posições na lista, passando a figurar na 4ª colocação do estado.

Por conta do legado das Olimpíadas 2016, importante repertório de tecnologias sociais e ambientais fortalecerá a ideia da prática esportiva no país. A região do Rio de Janeiro, por ser a sede desse evento, requererá políticas de segurança social e demandará uma educação profissional inserida no mundo do trabalho, além de políticas ativas de mercado que garantam o impacto econômico desses projetos.

Segundo a agenda brasileira do Acordo de Desenvolvimento Sustentável, fortalecer o papel do Estado como indutor do desenvolvimento, por meio de políticas integradas de sustentabilidade que envolvam educação, saúde, proteção social, habitação, previdência e marco regulatório ambiental adequado é o procedimento a ser adotado em prol da liberdade e da equidade, visando estabelecer um novo padrão de produção e consumo inclusivo e sustentável.

O Rio de Janeiro, como sede das Olimpíadas 2016, exerce papel fundamental no cumprimento da agenda brasileira elaborada pelo CDES, por exemplo, por meio da geração de empregos e da promoção do voluntariado. No tocante à inclusão social e à questão da educação, o

/RJ, instituição federal de ensino público possuidora de um perfil de jovens alunos, está amplamente envolvido, promovendo palestras sobre a importância do trabalho voluntário em eventos como esse para a aquisição de experiências e para o desenvolvimento da cidadania. Dessa forma, a instituição contribui para o envolvimento de toda a comunidade escolar nas atividades que estão acontecendo na região.

¹ O IFDM, criado em 2008, monitora o desenvolvimento socioeconômico dos municípios brasileiros sob a ótica das três áreas fundamentais ao desenvolvimento humano: Emprego & Renda, Educação e Saúde. O IFDM possui periodicidade anual, recorte municipal e abrange os 5.565 municípios brasileiros, utilizando exclusivamente estatísticas públicas oficiais. A leitura dos resultados é simples: o índice varia de 0 a 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento da localidade.

É incontestável que, na área educacional, será necessário fazer progredirem – prezando pela qualidade social e pela sustentabilidade nas políticas públicas de Estado – os esforços empreendidos pelo governo federal com o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que promoveu um grande número de ações e programas da educação infantil à pós-graduação. Nesse conjunto, incluem-se as orientações que mais de perto dizem respeito ao âmbito da atuação do Cefet/RJ: a ampliação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e a reestruturação e a expansão das universidades federais.

O crescimento do Cefet/RJ atende à diretriz “Implementação do sistema *multicampi*” do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2010-2014. A adesão ao plano de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica resultou na atual constituição do Sistema: *campus* Maracanã (sede) e outros sete *campi* – Maria da Graça, Nova Iguaçu, Petrópolis, Nova Friburgo, Angra dos Reis, Valença e Itaguaí. Desse modo, o Centro Federal vivencia a oportunidade de ampliar sua contribuição ao desenvolvimento econômico e social da região e do país.

Com relação às ações no estado do Rio de Janeiro, o Instituto Pereira Passos (IPP), órgão da Prefeitura do Rio de Janeiro, conta com um projeto intitulado Agentes da Transformação, traçando um perfil da juventude do Rio de Janeiro, com a participação de 5.400 jovens e desenvolvendo temáticas de saúde, educação, cidadania, família, lazer, acesso à internet etc.

Diante das comemorações dos 450 anos de fundação do estado do Rio de Janeiro, há um projeto da prefeitura, implantado pelo IPP para a gestão de informações, sustentabilidade e governança metropolitana, e desenvolvimento socioeconômico, organizado nesses três níveis de discussão.

Amparado por sua trajetória histórica e com visão de futuro, o Cefet/RJ reafirma a intenção de ter sua institucionalidade reconhecida como de : Universidade Federal de Ciências Aplicadas do Rio de Janeiro a fim de assim garantir condições de continuar ministrando ensino verticalizado da educação básica (profissional) à educação superior (graduação e pós-graduação), desenvolver pesquisa e promover atividades de extensão, alcançando, em sua inserção regional mediante atuação *multicampi*, mesorregiões do estado do Rio de Janeiro.

No exercício cotidiano de sua atuação, tal intenção implica prosseguir:

- no investimento permanente nas dimensões quantitativa e qualitativa dos projetos de ensino, pesquisa e extensão, considerando o contexto de desenvolvimento e as demandas apontadas no diálogo com atores sociais e debatidas com a comunidade;
- na integração dos diversos níveis e modalidades de ensino, pesquisa e extensão, priorizando projetos e programas de maior impacto acadêmico e social para a região e o país;

- na participação em ações de cooperação interinstitucional nos contextos regional, nacional e internacional, visando à realização de projetos de formação discente e aperfeiçoamento docente;
- na busca de apoio de agências de fomento e de centros de P&D para o desenvolvimento de projetos voltados ao avanço do conhecimento e comprometidos com a relevância social da produção científico-tecnológica, participando do esforço de inovação;
- no fortalecimento da integração com o setor produtivo em geral e, em especial, com as empresas públicas e privadas que atuam em projetos estratégicos ao desenvolvimento nacional, favorecendo a formação teórico-prática nas atividades curriculares dos cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação;
- na interiorização das atividades acadêmicas mediante novos recursos e modalidades, como a educação a distância, buscando desenvolver formas de atendimento educacional que, além de superar limites de espaço e tempo, promovam acesso à comunicação e à informação, superando desafios de aprendizagem na contemporaneidade;
- na integração de atividades de extensão na formação dos profissionais da área tecnológica, promovendo oportunidades de vivência cidadã em uma realidade desigual e, ao mesmo tempo, diversa, que precisa ter reconhecido seu potencial nas soluções de desenvolvimento.

Evidentemente, a educação, como eixo estruturante do desenvolvimento, torna-se um elemento viabilizador da construção cultural em prol de um novo padrão de convivência na sociedade e de interação com o meio ambiente.

2.2 Princípios filosóficos e teórico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas

Corresponde à filosofia orientadora da ação no Cefet/RJ perceber essa instituição educacional como um espaço público de formação humana, científica e tecnológica. Além disso, deve compreender, ainda, que:

- todos os servidores são responsáveis por esse espaço e nele educam e se educam permanentemente;
- os alunos são corresponsáveis por esse espaço e nele têm direito às ações educacionais qualificadas que ao Centro Federal cabe oferecer;
- a convivência, em um mesmo espaço acadêmico, de cursos de diferentes níveis de ensino e de atividades de pesquisa e extensão compõe a dimensão formadora dos profissionais preparados pelo Centro (técnicos, tecnólogos, engenheiros, administradores e outros bacharéis, docentes, mestres, doutores), ao mesmo tempo em que o desafia a avançar no campo da concepção e realização da educação tecnológica.

A filosofia institucional expressa-se, ainda, nos princípios norteadores do seu projeto político-pedagógico, documento (re)construído com a participação dos

segmentos da comunidade interna (servidores e alunos) e representantes dos segmentos produtivos e outros da sociedade. Integram tais princípios:

- defesa das condições garantidoras de qualidade social para a educação pública viabilizada pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica em sua diversidade institucional;
- reafirmação da identidade institucional vinculada à formação de profissionais de diferentes níveis no projeto de transformação de Centro Federal de Educação Tecnológica em Universidade Federal de Ciências Aplicadas do Rio de Janeiro;
- adoção de projetos de verticalização e integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão, da educação básica à pós-graduação, como característica metodológica de formação na área científica e tecnológica;
- consolidação de políticas de ensino, pesquisa e extensão que, compromissadas com o desenvolvimento nacional e regional, a disseminação e a produção de conhecimento, a formação de pessoas, e a responsabilidade social e ética, continuem a legitimar a atuação institucional junto à sociedade;
- preservação e sustentação da autonomia institucional definida em lei;
- aperfeiçoamento permanente dos processos de gestão democrática e descentralização gerencial nas instâncias acadêmicas e administrativas, mediante adoção de estruturas colegiadas, mecanismos de participação de todos os segmentos da comunidade interna, socialização de informações e transparência na utilização de recursos;
- observância de aspectos inerentes ao caráter público e de identidade formadora da instituição: valorização do ser humano e do trabalho; respeito à pluralidade e divergência de ideias sem discriminação de qualquer natureza; adesão à tecnologia a serviço da promoção humana; compromisso social; diálogo constante e parcerias com instituições/entidades representativas da sociedade; responsabilidade funcional e ética.

Dentre as ações de valorização do ser humano, observa-se a Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, do Conselho Nacional de Educação (CNE). Tal Resolução estabelece as Diretrizes Nacionais para a Implementação da Educação em Direitos Humanos, que devem ser observadas pelos sistemas de ensino e suas instituições.

Em seu artigo 6º, as Diretrizes Nacionais determinam que a Educação em Direitos Humanos (EDH) deverá ser implementada de forma transversal.

O Cefet/RJ se pauta na formação de cidadãos hábeis para a participação em uma sociedade livre, democrática e tolerante com as diferenças e as diversidades (de origem, étnico-racial, religiosa, físico-individual, geracional, de gênero, de orientação sexual, de opção política, dentre outras).

No ensino, a educação em direitos humanos pode ser incluída por meio de diferentes modalidades, tais como, disciplinas obrigatórias e optativas, linhas de pesquisa e áreas de concentração, transversalização no projeto político-pedagógico, entre outros.

Na pesquisa, as demandas de estudos na área dos direitos humanos requerem uma política de incentivo que institua esse tema como área de conhecimento de caráter interdisciplinar e transdisciplinar.

Na extensão, a inserção desse tema em programas e projetos pode envolver atividades de capacitação, assessoria e realização de eventos, entre outras, articuladas com as áreas de ensino e pesquisa, contemplando temas diversos.

Cabe a observância da Educação em Direitos Humanos a partir da promoção dos seguintes princípios:

- dignidade humana;
- igualdade de direitos;
- reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades;
- laicidade do Estado.

2.3 Políticas de ensino

Conforme consta no Projeto Pedagógico Institucional² da instituição, dada a diversidade de níveis de ensino no Cefet/RJ, é imprescindível que sejam observadas, em todos os níveis, as três dimensões que envolvem o processo educativo nesse Centro – ensino, pesquisa e extensão –, quando da construção de um projeto que vise ao desenvolvimento de competências e habilidades dos educandos. Sobre os conceitos de competência e habilidade, o primeiro conteria o segundo, já que “ser competente” estaria relacionado a ter o conhecimento, possuir a habilidade e manifestar a atitude. Isto é, não é suficiente estar de posse do conhecimento, mas saber aplicá-lo nas diversas situações e compreender de que forma fazê-lo.

É preciso também compreender a que se refere a indissociabilidade que se atribui a ensino, pesquisa e extensão. São indissociáveis na medida em que: o ensino deve estar associado à extensão, em uma formação contextualizada nas questões sociais contemporâneas; o ensino junto à pesquisa aponta para o desenvolvimento de competências que visam introduzir os alunos a formas básicas de investigação, que, objetivando a geração de conhecimento, proverão subsídios para a própria atividade de ensino; por sua vez, a relação de indissociabilidade entre pesquisa e extensão está em que a pesquisa, observando o contexto social, pode produzir ferramentas de intervenção, bem como a extensão pode atender àquelas realidades conhecidas via pesquisa. Dessa forma, a instituição deve estar comprometida com uma formação que, primando pela excelência do conhecimento, desenvolva também a formação integral, cidadã, de forma a que os alunos se constituam sujeitos coletivos, voltados à participação efetiva nos processos sociais.

A concepção de currículo mostra que, muitas vezes, este esteve relacionado a práticas de manutenção do poder, a serviço do discurso hegemônico, engessando práticas e ideologias, o que contradiz a ideia de neutralidade atribuída a esse instrumento pelas teorias pedagógicas mais tradicionais, já que este é sempre dotado de intencionalidade. De acordo com a formação desenvolvida no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, o currículo se constitui em um instrumento de produção do conhecimento, voltado ao atendimento das necessidades humanas, respeitando a

² Projeto Pedagógico Institucional – PPI. Rio de Janeiro: Cefet/RJ, 2010.

diversidade de classe, cultura, gênero, linguagem e etnia, e está manifesto não apenas nos conteúdos trabalhados nos cursos, mas também nas experiências vivenciadas no ambiente acadêmico. É nesse âmbito que se destaca a proposta de um currículo que preconiza a produção coletiva do conhecimento e a formação integral dos sujeitos. Tal proposta atua de maneira a proporcionar aos indivíduos uma qualificação intelectual ampla, que lhes possibilita a adaptação a mudanças e que seja a base para a aquisição contínua e eficiente de conhecimentos específicos.

De maneira mais palpável, a ideia de um currículo flexível está relacionada à implementação de métodos interdisciplinares e transdisciplinares, de forma a tornar os cursos mais pertinentes e atuais. Nesse sentido, medidas simples como a outorga de autonomia aos estudantes quanto à escolha de algumas disciplinas de seu interesse, em outros cursos que não aquele de origem, já contribuiriam para a flexibilização. Além disso, a possibilidade de participarem de atividades que articulem teoria e prática desde os primeiros períodos dos cursos poderia dinamizar o processo de ensino no Cefet/RJ. É necessário observar, ainda, que os novos profissionais devem ter compromisso com o desenvolvimento sustentável, pautando suas ações em responsabilidade social. Tais temas merecem ser amplamente debatidos pela comunidade acadêmica, a fim de que se incorporem à cultura institucional.

Os Projetos Pedagógicos dos cursos do Cefet/RJ contemplam o conjunto de diretrizes organizacionais e operacionais que expressam e orientam a prática pedagógica do curso, sua estrutura curricular, as ementas, a bibliografia, o perfil dos concluintes e outras informações significativas referentes ao desenvolvimento do curso, obedecidas as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Ministério da Educação. Além disso, as políticas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) sustentam o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), que por sua vez sustentam a construção dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs).

2.3.1 Política de Ensino - Técnico

A organização curricular dos cursos é balizada pelas determinações legais presentes na Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, alterada pela Lei nº 11.741/2008, nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Os cursos técnicos de nível médio, nas modalidades integrada e subsequente, possuem uma estrutura curricular fundamentada na concepção de eixos tecnológicos constantes do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), cuja terceira edição foi atualizada aprovado por meio da Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de dezembro de 2014, com base no Parecer CNE/CEB nº 8, de 9 de outubro de 2014, homologado pelo Ministro da Educação, em 28 de novembro de 2014. Através da concepção curricular que favorece o desenvolvimento de práticas pedagógicas integradoras e articula o conceito de trabalho, ciência, tecnologia e cultura, os eixos tecnológicos são compostos por fundamentos científicos comuns, de intervenções na natureza, de processos produtivos e culturais, além de aplicações científicas às atividades humanas.

Em paralelo à distribuição da carga horária dos cursos, procurou-se estabelecer práticas que integrassem as unidades curriculares entre as áreas de formação de cada matriz curricular, através da atividade pedagógica denominada Projeto Integrador. Para viabilizar essa proposta, o projeto foi inserido na matriz curricular dos cursos e na grade de horários,

de modo a propiciar o encontro dos colegiados e a discussão pedagógica, requisitos necessários para a concepção e elaboração de atividades interdisciplinares.

Nos cursos integrados, o Projeto Integrador é conduzido pelas diferentes áreas do conhecimento ao longo dos cursos, pois tem como objetivo principal a integração de saberes gerais e técnicos específicos, com a sugestão de um modelo interdisciplinar, conforme sugere a Resolução nº 2 de 30 de janeiro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

A prática proposta tem como mote de funcionamento, ainda balizado pela Resolução supracitada, a construção do conhecimento no viés da articulação de “vivências e saberes dos estudantes e contribuindo para o desenvolvimento de suas identidades e condições cognitivas e sócio-afetivas”, em um cenário que propicia a formação do ser humano mais em sintonia com a contemporaneidade (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2012, p. 2).³ Possui, também, um tratamento metodológico que evidencia “a contextualização e a interdisciplinaridade”, abrindo espaço, ainda, para “outras formas de interação e articulação entre os diferentes campos de saberes específicos” (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2012, p. 3).

A proposta é investir em atividades distintas à lógica disciplinar, com alternativas curriculares que não se preocupem em anular a disciplinaridade, mas que abram espaço para a interdisciplinaridade, tornando-se um campo fértil de possibilidades, propiciando a articulação e o diálogo entre as disciplinas. Essas atividades contribuirão com os alunos na concepção de projetos de pesquisa, de extensão ou projetos didáticos integradores que visem ao desenvolvimento de conhecimentos das diversas áreas.

Em consonância com a Resolução nº 2, o Projeto Integrador visa à formação integral do estudante, levando em consideração a indissociabilidade entre a educação e a prática social e entre a teoria e a prática no processo de ensino-aprendizagem, devendo permear a “integração entre educação e as dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura como base da proposta e do desenvolvimento curricular” (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2012, p. 2).

2.3.2 Política de ensino – Graduação

O ensino atual, num cenário em que a tecnologia dá suporte à geração e difusão de conhecimentos de forma mais rápida e eficiente, obriga o docente à constante atualização e à busca por novos métodos e práticas pedagógicas numa visão multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar.

Portanto, cabe a todos os cursos de graduação do Cefet/RJ atender a essa vertente de diversidade efetivando um trabalho que potencialize e fomente mais projetos participativos, multidisciplinares, interdisciplinares e transdisciplinares motivadores para o enriquecimento do ensino e para a criação de novos conhecimentos, produtos e serviços.

É o aprimoramento para “aprender a fazer fazendo” que, segundo Paulo Freire⁴ (2001), subjaz fixação “praxiológica” e, parafraseando Leandro Konder⁵ (1993), forma,

³ CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). Resolução nº 2 CNE/CEB, de 30 de janeiro de 2012, Disponível em: <http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/resolucao_ceb_002_30012012.pdf>.

Acesso em: 10 maio 2016.

⁴ FREIRE, Paulo. Educação e atualidade brasileira. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2001.

⁵ KONDER, Leandro. O que é Dialética. São Paulo: Brasiliense, 2008.

informa e transforma. A partir dos legados pedagógicos de Philipp Perrenoud et al.⁶ (2002), essa forma prática permite com mais facilidade o desenvolvimento das habilidades e competências requeridas nos princípios profissionais para o ensino nos diversos cursos e nas Ciências Exatas e Engenharias.

Os Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação do Cefet/RJ são desenvolvidos com base no Estatuto e no Regimento próprios da instituição e nos dispositivos legais existentes.

Com relação à constituição de comissões ou núcleos, são contempladas as exigências dos documentos a seguir:

- Lei nº 10.861, de 20 de dezembro de 2004, que em seu art. 11 estabelece que cada instituição deve constituir uma CPA (Comissão Própria de Avaliação) com as funções de coordenar e articular o seu processo interno de avaliação e disponibilizar informações;
- Resolução da CONAES nº 1, de 17 de junho de 2010, que normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências.

As propostas apresentadas nos PPCs estão em consonância com o PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) e o PPI (Projeto Pedagógico Institucional), considerando a articulação entre estes três documentos, e com as orientações estabelecidas pelo MEC na elaboração das Diretrizes Curriculares, uma vez que:

- demonstram a preocupação com a qualidade do curso de graduação de modo a permitir o atendimento das contínuas modificações do mercado de trabalho;
- ressaltam a necessidade da formação de um profissional generalista que irá buscar na educação continuada conhecimentos específicos e especializados;
- apontam a necessidade de desenvolvimento e aquisição de novas habilidades para além do ferramental técnico da profissão;
- valorizam as atividades externas;
- discutem a necessidade de adaptação do conteúdo programático às novas realidades que se apresentam ao Cefet/RJ, inclusive criando novas disciplinas ou modificando as cargas horárias já existentes.

2.3.3 Política de ensino – Pós-graduação

As atividades de pesquisa e de pós-graduação do Cefet/RJ têm sua orientação no âmbito da Diretoria de Pesquisa e Pós-graduação (DIPPG), órgão responsável pela coordenação, planejamento, avaliação e controle dessas atividades nos diferentes *campi* da instituição.

Seguindo os mesmos princípios das atividades de pesquisa, o ensino de pós-

⁶ PERRENOUD, P.; GATHER T.; M., DE MACEDO, L.; MACHADO, N.J. e ALLESSANDRINI, C.D.. As competências para ensinar no século XXI. A formação dos professores e o desafio da avaliação. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

graduação orienta-se pelo que preconizam as políticas públicas e se encontra alinhado com os objetivos estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Institucional e no Plano Nacional de Pós-graduação (PNPG 2011-2020), formando recursos humanos qualificados para atuar nos meios acadêmico, empresarial e governamental.

Coerentemente com a orientação das atividades de pesquisa e dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, a estratégia adotada em relação às oportunidades de pós-graduação *lato sensu* é desenvolver sua oferta de modo a atender a demandas presentes da sociedade, à vocação institucional em suas diversas áreas e à concepção de educação tecnológica defendida pela instituição.

As políticas de pós-graduação do Cefet/RJ devem garantir a consolidação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* existentes e a criação de novos programas em áreas com demanda por formação de recursos humanos em nível de pós-graduação, nas quais a instituição apresenta competência em pesquisa. Dessa forma, é fundamental fortalecer as ações já implementadas e desenvolver novas ações que garantam o reconhecimento institucional das atividades de pesquisa e pós-graduação. A consolidação dos programas de pós-graduação existentes se dará através do aumento do conceito dos cursos e da criação de novos cursos de doutorado. A criação de novos programas de pós-graduação *stricto sensu* requer ações de apoio à nucleação de grupos de pesquisadores com competência em áreas que apresentem demanda por formação de recursos humanos em nível de pós-graduação, em consonância com as políticas de desenvolvimento do país.

Nesse sentido, as políticas de pós-graduação do Cefet/RJ devem ser estabelecidas de modo a apoiar e fomentar:

- o aumento da qualidade e da quantidade de titulados em cursos de pós-graduação em diversas áreas do conhecimento, de modo a ampliar a contribuição para a formação de recursos humanos no país;
- a ampliação da institucionalização das atividades de pós-graduação;
- a consolidação dos programas de pós-graduação existentes, através do aumento do conceito dos cursos e da criação de novos cursos de doutorado;
- a criação de novos programas de pós-graduação *stricto sensu*, através de ações de apoio à nucleação de grupos de pesquisadores com competência em áreas que apresentem demanda por formação de recursos humanos em nível de pós-graduação, em consonância com as políticas de desenvolvimento do país;
- a criação de novos cursos de pós-graduação *lato sensu* presenciais e a distância, para atender a demandas presentes da sociedade;
- a expansão e modernização da infraestrutura para as atividades de pós-graduação: laboratórios, equipamentos, suporte administrativo;
- a expansão do quantitativo de docentes atuando em atividades de pós-graduação;
- a visibilidade externa das atividades desenvolvidas na instituição na área de

pós-graduação;

- a contratação e a capacitação de docentes com perfil e titulação para atuar nos cursos de pós-graduação.

2.4 Políticas de pesquisa

Dentre os departamentos que compõem a Diretoria de Pesquisa e Pós-graduação (DIPPG), o Departamento de Pesquisa (DEPEQ), tem como finalidades incentivar, sistematizar, cadastrar, gerir e avaliar as atividades de pesquisa realizadas, em caráter sistêmico, na instituição – ou seja, sua atuação abrange todos os *campi* e todos os níveis de ensino. Tais ações se concretizam através da Coordenadoria de Pesquisa e Estudos Tecnológicos (COPET).

O Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) está subordinado ao DEPEQ e tem como função gerir a política institucional de estímulo à inovação e outras formas de transferência de tecnologia, bem como da governança do sistema de inovação do Cefet/RJ. O NIT tem como missão estabelecer a proteção adequada das criações intelectuais geradas no âmbito da instituição, visando apoiar e assessorar a interação desta com a sociedade, promovendo a inovação e transferência do conhecimento e das tecnologias geradas.

O desenvolvimento da pesquisa leva em consideração o caráter público da instituição e a busca de articulação com o ensino e a extensão. Essa atividade, formalizada em 1986 com a criação do Núcleo de Pesquisa Tecnológica (NPT), foi sendo construída, de forma gradativa e consistente, a partir das competências institucionais, inserindo-se nas políticas de pesquisa e desenvolvimento do país. Tem como orientação a sustentabilidade global, abrangendo as dimensões sociais, culturais, econômicas, ambientais e outras. Focaliza sua atuação no desenvolvimento local e regional, sem negligenciar as demandas da nação como um todo.

A sistematização das atividades de pesquisa segue um conjunto de normas, critérios e procedimentos internos que regulamentam a estruturação de grupos de pesquisa, o desenvolvimento de projetos e a participação nos programas de Iniciação Científica.

A institucionalização das atividades de pesquisa se dá a partir de um banco de dados em que são cadastrados os projetos desenvolvidos por professores e com a participação de alunos dos diversos níveis de ensino. Esse banco de dados abrange os projetos vinculados às linhas de pesquisa dos grupos do Cefet/RJ, certificados no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, e outros projetos isolados. O cadastramento dos projetos é realizado na COPET que, ao receber e centralizar as informações, faz o acompanhamento e a avaliação destes.

É fato reconhecido o fortalecimento da política de institucionalização das atividades de pesquisa no Cefet/RJ, estendendo-se o entendimento a todos os *campi* de que o incentivo à pesquisa científica e tecnológica responde ao objetivo de contribuir para o avanço do conhecimento, para a solução de problemas do setor produtivo e de desenvolvimento regional nas áreas em que a instituição atua e, também, para o

aperfeiçoamento da formação profissional realizada nos diferentes níveis – da educação básica à pós-graduação. Corresponde à natureza do ensino de pós-graduação seu desenvolvimento a partir da pesquisa. O projeto de universidade deverá reafirmar a verticalização e a integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão como característica metodológica, potencializando o engajamento de docentes e discentes dos cursos regulares do Centro em projetos institucionais de pesquisa. Nesse sentido, as políticas de pesquisa do Cefet/RJ devem ser estabelecidas de modo a apoiar e fomentar:

- a produção e difusão do conhecimento científico, tecnológico, artístico e cultural, de modo a contribuir para o desenvolvimento do país;
- a institucionalização das atividades de pesquisa e inovação;
- a consolidação dos grupos de pesquisa existentes;
- a criação de novos grupos de pesquisa na instituição em áreas com competência institucional que possam atender às demandas da sociedade, de modo a contribuir para o desenvolvimento do país;
- a expansão e a modernização da infraestrutura para as atividades de pesquisa e inovação: laboratórios, equipamentos, suporte administrativo;
- a expansão do quantitativo de docentes e discentes dos diversos níveis de ensino atuando em atividades de pesquisa e inovação;
- a visibilidade externa das atividades desenvolvidas na instituição na área de pesquisa e inovação;
- a internacionalização das atividades de pesquisa e inovação desenvolvidas na instituição;
- a captação de recursos externos destinados à pesquisa e inovação através de órgãos de fomento;
- a interação em redes de colaboração com outras instituições de ensino e pesquisa, empresas e governo;
- a interação com a sociedade, promovendo a inovação e a transferência do conhecimento e das tecnologias geradas.

2.5 Políticas de extensão

As atividades de extensão do Cefet/RJ têm sua orientação no âmbito da Diretoria de Extensão (DIREX), órgão responsável pela coordenação, planejamento, avaliação e controle dessas atividades nos diferentes *campi* da instituição, em consonância com as diretrizes de desenvolvimento das atividades de ensino e de pesquisa.

A natureza singular do Cefet/RJ – instituição do sistema educacional capaz de contribuir para o desenvolvimento tecnológico e socioeconômico local e regional mediante interação com o setor produtivo – já denota um viés da extensão em sua finalidade.

Reconhecida como atividade acadêmica na Constituição de 1988, a extensão traduz o compromisso de disponibilização e produção de conhecimentos em resposta a

demandas da sociedade e, em se tratando de grupos da população cujas necessidades básicas ainda não foram atendidas, a responsabilidade social de utilização desse conhecimento a serviço da melhoria de condições de sua qualidade de vida.

Na trajetória de ações tipificadas como de extensão, desde a década de 1990, o Cefet/RJ vem desenvolvendo, consolidando e fortalecendo experiências exitosas, entendendo esse tipo de realização acadêmica como um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa e viabiliza a relação transformadora entre a instituição e a sociedade.

Consoante à política e as diretrizes de ação da DIREX, ao se reafirmarem, na instituição, ações de promoção e garantia dos valores democráticos, de igualdade e desenvolvimento social como *práxis* educativa, a extensão acaba por favorecer o processo dialético teoria-prática e a interdisciplinaridade, princípios político-pedagógicos da educação tecnológica, além de se constituir em forte instrumento de política de inclusão social.

Nessa perspectiva, o Cefet/RJ acompanha a concepção e os marcos para o trabalho da extensão definidos no Plano Nacional de Extensão Universitária, elaborado e aprovado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras – FORPROEX, do qual a instituição participa com direito a voz e voto.

Entendendo que os programas de extensão produzem e disseminam saberes contextualizados, tornando-os acessíveis à população, no plano de transformação em universidade, o projeto pedagógico, ao tratar dessa atividade acadêmica, certamente continuará a assinalar que:

- a instituição deve se constituir como sistema aberto à sociedade, sendo sensível a seus problemas em nível local, regional e nacional;
- a instituição deve participar de movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação das condições de desigualdade e exclusão existentes no país;
- o desenvolvimento da ciência e da tecnologia só ganha sentido na perspectiva da promoção humana;
- a superação das desigualdades sociais e a atenção às necessidades da população exigem a democratização do saber e a formação de cidadãos-profissionais capazes de colocar, individual e coletivamente, o conhecimento científico-tecnológico adquirido a serviço do desenvolvimento político, econômico e social do espaço em que vivem e atuam.

2.6 Oportunidades diferenciadas de integralização curricular

O Cefet/RJ, além das atividades obrigatórias para a integralização da matriz curricular dos cursos oferecidos, oferece oportunidades diferenciadas, tanto nas formas já tradicionalmente conhecidas, como a oferta de unidades de estágio curricular mediante parcerias com diversas empresas e o oferecimento de disciplinas optativas em alguns de seus cursos, quanto por meio de outras possibilidades.

Nesse contexto, merece destaque a mobilidade acadêmica, oferecida para os cursos de graduação e de pós-graduação. A mobilidade pode ser nacional ou internacional. Ao aluno em mobilidade é garantido o vínculo com sua instituição e curso de origem. Por meio dos programas de mobilidade acadêmica, a instituição desempenha tanto o papel de instituição receptora quanto o de emissora, proporcionando aos alunos de graduação o contato com múltiplas realidades culturais e educacionais.

O Programa Andifes de Mobilidade Acadêmica permite aos alunos regularmente matriculados em Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) o vínculo temporário, de no máximo um ano, com outra instituição federal signatária do convênio, com o objetivo de cursar componentes curriculares que contribuam para integralização e flexibilização de sua formação acadêmica. É importante salientar que esse programa não se caracteriza por transferência de vínculo entre as IFES.

O Programa de Mobilidade Acadêmica Interna de Aluno Regular permite que alunos se inscrevam em uma disciplina fora do seu *campus* de origem. Tais alunos necessitam atender aos requisitos descritos no Regimento Interno dos cursos da graduação.

A mobilidade internacional compreende o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), convênios e intercâmbios. O Programa Ciência sem Fronteiras (CsF) busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. O programa é fruto de esforço conjunto dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC), por meio de suas respectivas instituições de fomento – CNPq e Capes –, e Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico do MEC. O candidato deve cumprir as exigências previstas no edital do Programa Ciência sem Fronteiras, bem como obedecer aos critérios de participação internos do Cefet/RJ.

Os alunos podem usufruir de intercâmbios institucionais através dos acordos de cooperação internacional firmados pelo Centro Federal com diversas instituições. A gestão dos convênios internacionais é coordenada pela Assessoria de Convênios e Relações Internacionais (ASCRI).

Essa flexibilidade curricular garante oportunidades diferenciadas de integralização dos cursos, possibilitando aos alunos participar da construção dos seus próprios currículos.

2.6.1 A internacionalização do Cefet /RJ

O Cefet/RJ vem trilhando o caminho da internacionalização desde 1988, portanto poucos anos depois de sua ascensão a Centro Federal de Educação Tecnológica em 1978 e consequente conquista de autonomia administrativa, financeira e didática para gerir cursos superiores.

Com o crescente reconhecimento da importância da cooperação internacional no contexto educacional, em 2005, o setor de Cooperação Internacional teve sua subordinação transferida da Diretoria de Extensão para a Direção-Geral e, em 2011, transformou-se em Assessoria de Convênios e Relações Internacionais (ASCRI).

As atribuições da ASCRI incluem a gestão dos acordos de cooperação internacional existentes, entre eles os de dupla titulação, bem como a busca de novos acordos que atendam às especificidades do Cefet/RJ. Nessa perspectiva, são tarefas de rotina do setor a elaboração de editais, de provas e demais trâmites necessários ao envio de estudantes em

mobilidade, como a instrução dos processos de concessão de bolsas aos estudantes em intercâmbio no exterior, o acompanhamento dos alunos durante o intercâmbio acadêmico e a divulgação contínua das oportunidades oferecidas a alunos dos diversos cursos e níveis de ensino existentes na instituição. Também se aplicam à gestão dos acordos o recrutamento, a recepção e a matrícula dos estudantes internacionais em intercâmbio no Centro Federal, os quais recebem o devido apoio e acompanhamento ao longo do período, assim como a recepção de delegações, professores, pesquisadores, representantes de instituições de ensino superior parceiras ou interessadas em acordo de cooperação com o Cefet/RJ.

Compete também à ASCRI a análise e emissão de parecer sobre os processos de afastamento do país de servidores para missões e apresentações de trabalho em congressos e eventos afins e a elaboração e publicação em Diário Oficial das portarias de autorização dos afastamentos.

No esforço de estimular o processo de internacionalização do Cefet/RJ, a ASCRI promove ainda projetos, eventos, palestras e colabora com a organização de conferências de cunho internacional. Além disso, representa a instituição em eventos regionais, nacionais e internacionais no que se refere à internacionalização e participa – inclusive como membro fundador – de redes de assessorias internacionais de instituições de ensino superior, com o objetivo precípua de expandir parcerias e programas conjuntos com instituições de prestígio internacional, além de angariar popularidade, interesse dos estudantes e respeito de seus pares.

Atualmente, o Cefet/RJ tem acordos de cooperação firmados com as seguintes instituições de ensino:

- Hochschule München (HM) ou Munich University of Applied Sciences (MUAS), na Alemanha;
- Universidade do Porto, Universidade de Lisboa, Institutos Politécnicos do Porto, de Bragança, de Coimbra, de Tomar, de Viana do Castelo e de Santarém, em Portugal;
- Saint Martin's University, University of North Texas, University of Wisconsin Stout, Alamo Colleges e Voorhees College, nos Estados Unidos;
- Université de Technologie de Compiègne (UTC), EPITA e La Rochelle Université, na França;
- Universidad Nacional del Nordeste e Universidad Nacional del Quilmes, na Argentina;
- College Laflèche, Cegep Trois-Rivières, Centennial College, Confederation College e MacEwan University, no Canadá;
- Universidad de Valladolid e Universidad de Jaén, na Espanha;
- Università di Pisa, na Itália;
- Universidad Tecnológica Equinoccial, no Equador; e
- Limerick Institute of Technology, na Irlanda.

Com os Institutos Politécnicos de Bragança e do Porto, além do acordo mais abrangente e informalmente denominado “guarda-chuva”, o Cefet/RJ firmou acordo de dupla titulação, primeiramente na área das Engenharias, oferecendo os três convenientes cursos de natureza similar, estando em perspectiva possíveis parcerias em outras áreas. Para adquirir a dupla titulação, durante a mobilidade na instituição de destino, o estudante

deve realizar um conjunto de disciplinas definido no plano de dupla titulação estabelecido por comissões formadas, respectivamente, nas instituições de origem e de destino, por um ou dois semestres, além das unidades curriculares correspondentes ao Trabalho de Conclusão de Curso e/ou Dissertação de Mestrado, com orientadores de ambas as instituições, com a possibilidade de realização das defesas por teleconferência. A formação realizada na instituição parceira é creditada e assegurada através de um sistema de transferência e acumulação de créditos.

De 2005 a 2015, a ASCRI selecionou e encaminhou para intercâmbio no exterior 212 estudantes, seja com o auxílio de bolsas institucionais (atualmente em número de 40) seja com bolsas de órgãos de fomento (Capes, Santander), seja com recursos próprios do estudante. No âmbito do programa governamental Ciência sem Fronteiras, com início em 2011, cuja coordenação pertence a Diretoria de Ensino (DIREN), foram contemplados com bolsas mais de 300 estudantes da instituição, cabendo observar que a ASCRI atua, nessa esfera, apenas como facilitadora e coopera com a elaboração de material em língua inglesa requerido pelas instituições de destino.

As novas demandas de acordo e cooperação internacional levam em conta que a internacionalização bem-sucedida implica reciprocidade, valorização de especificidades e alcance de uma boa posição nos índices de classificação das instituições, além do interesse dos estudantes e do respeito entre os pares. Dessa forma, as perspectivas futuras a serem desenvolvidas pela ASCRI na vigência do PDI 2015-2019 envolvem solidificação das políticas institucionais voltadas para a internacionalização, reconhecendo os desafios a serem enfrentados, como o redesenho do currículo, da dupla titulação, da oferta de condições de alojamento para os estudantes internacionais, a adoção da língua inglesa como segunda língua em seus programas e cursos (aulas de inglês e professores proficientes no idioma, *website*, ementas, grades e anúncios de eventos em inglês), acessíveis ao estudante internacional disposto a “migrar” por um semestre para o Cefet/RJ, situação que aumenta gradativamente na instituição, notadamente por parte de intercambistas oriundos da Alemanha e de Portugal.

Outras dimensões a serem valorizadas são a oferta de serviços educacionais de curta duração, na instituição e no exterior, a aplicação, no Centro Federal, de exames de proficiência em língua inglesa TOEFL (Test of English as a Foreign Language) e IELTS (International English Language Testing System) e a colaboração em atividades direcionadas ao legado dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos a acontecerem em 2016 na cidade do Rio de Janeiro, seja através do recrutamento de entidades como a OBS, seja em projetos como o FOMAVS (Formação de Multiplicadores para Ações de Voluntariado e *Stewarding*), em que estudantes do Cefet/RJ receberam certificados por participação em programa de voluntariado e atividades ligadas aos Jogos Olímpicos em instituições parceiras de Londres.

2.7 Inovações significativas

Está em fase de implantação, no *campus* Maracanã, uma oficina denominada Fábrica de Aprendizagem (*Learning Factory*) cujo objetivo é transformar ideias e projetos em produtos. Esse conceito é comum em algumas universidades do exterior, como a Faculdade de Engenharia da Universidade Estadual da Pensilvânia, classificada como uma das melhores faculdades de Engenharia dos Estados Unidos.

Em uma oficina ou laboratório didático convencional, o estudante, via de regra, realiza uma experiência ou tarefa pré-determinada segundo um roteiro dado pelo professor. Em contraste, na Fábrica de Aprendizagem, não existe uma tarefa pré-determinada nem a atividade está relacionada a uma determinada disciplina. O estudante, de forma livre e em comum acordo com o professor, propõe um produto a ser fabricado. A Fábrica de Aprendizagem proporciona a infraestrutura de máquinas, equipamentos, instrumentos, materiais e orientação acadêmica para o estudante transformar o seu projeto em protótipo do produto. A área de montagem envolve os seguintes processos, presentes na ilustração a seguir, para a transformação do projeto em produto. Todas as ações são integradas e permitem uma atuação não somente multidisciplinar, mas sobretudo interdisciplinar e transdisciplinar para alcançar os resultados esperados.

Assim, a Fábrica de Aprendizagem vem contribuir para a formação deste profissional do terceiro milênio, exposto a problemas cada vez mais complexos, que fazem repensar o processo de ensino-aprendizagem formal.

2.8 Responsabilidade socioambiental

O Cefet/RJ, desde sua fundação, caracterizou-se como uma instituição de ensino voltada para uma formação calcada num forte eixo humanista que se traduz como aquele que prioriza a formação centrada na responsabilidade socioambiental, na aceitação das diversidades e na visão crítica da área de atuação. Nesse sentido, a dimensão responsabilidade socioambiental constitui um dos eixos norteadores e incorporadores das ações de ensino, pesquisa e extensão.

O Cefet/RJ entende que seus projetos pedagógicos e de avaliação, devem estar vinculados à responsabilidade socioambiental da instituição, enfatizando o compromisso com o desenvolvimento sustentável e com a socialização do conhecimento, resguardando sua identidade e especificidades em um sistema plural.

A responsabilidade socioambiental deve ser exercida com a adoção de práticas pautadas:

- na formação cidadã;
- em princípios éticos;
- no desenvolvimento da capacidade crítica dos alunos com relação aos processos sociais, econômicos, políticos e culturais;
- no incentivo à criatividade dos alunos para identificar problemas e propor soluções;
- na formação cultural ampla.

No contexto da responsabilidade socioambiental, o Centro Federal reafirma sua experiência de atuação junto à sociedade interagindo com a comunidade local, regional e nacional, promovendo a educação ambiental de maneira integrada em todos os seus níveis de ensino por meio da inserção das disciplinas curriculares de Gestão Ambiental em todos os cursos de graduação (tecnólogo em Gestão Ambiental, bacharelado em Administração, Engenharia Elétrica, Eletrotécnica, de Produção, Civil, Mecânica, de Automação, de Telecomunicações; bacharelado em Relações Internacionais, assim como nos cursos médio/técnico da instituição) do Cefet/RJ.

Nesse sentido, como estabelece o próprio PDI, as ações de responsabilidade

socioambiental do Cefet/RJ serão implantadas, tendo em conta:

- a organização e o desenvolvimento de projetos voltados para pessoas com necessidades especiais, com o suporte e ou supervisão do Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Especiais (Napne);
- a organização e o desenvolvimento de projetos voltados para promover a inclusão digital;
- a responsabilidade quanto à qualidade de formação dos alunos e dos serviços prestados;
- a promoção de valores éticos;
- a implementação do projeto de coleta seletiva em toda a instituição;
- o estabelecimento de parcerias com ONGs e instituições públicas;
- a defesa e a promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial.

O Programa de Responsabilidade Socioambiental do Cefet/RJ incorporará ações nas diferentes atividades de ensino, pesquisa e extensão, sendo que, como descrita no próprio PDI, essa incorporação se dará:

I. nas atividades de ensino, através:

- de componentes curriculares específicos;
- da promoção de seminários e encontros versando sobre o tema;
- do nivelamento educacional mantido pela instituição, com a participação de estudantes e supervisão docente;
- da promoção de eventos de capacitação de docentes;
- de outras ações relacionadas com o tema;

II. nas atividades de pesquisa, através de projetos de Iniciação à Pesquisa e/ou de Iniciação Científica, de seminários e encontros versando sobre o tema;

III. nas atividades de extensão, através de desenvolvimento de ações sobre temas relevantes que tenham impacto de melhoria na sociedade quanto:

- à inclusão digital;
- ao desenvolvimento econômico e social;
- ao apoio e suporte à Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários Sustentáveis – ITESS e Incubadora de Empresas Tecnológicas - IETEC;
- à defesa do meio ambiente;
- ao fortalecimento do ENACTUS Cefet/RJ;
- à prioridade para os programas de extensão, visando à promoção de responsabilidade social;
- aos benefícios resultantes de programas de voluntariado social.

Para cumprir a política que está estabelecida e os critérios que devem orientar as ações a praticar é fundamental o envolvimento e a consequente participação de toda a comunidade acadêmica. Nessa perspectiva, a liderança da Direção e dos coordenadores de áreas será de suma importância no estímulo à motivação de todos os segmentos – alunos, professores e técnico-administrativos – para o desenvolvimento de ações que conscientizem e contribuam, desde já, para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária.

2.9 Atividades culturais

A cultura é um direito universal, sendo um dever do Estado proporcionar a participação de todos na vida cultural e nos progressos científicos, beneficiando o crescimento pessoal e a cidadania dos indivíduos.

Reconhecendo a importância da cultura em todos os segmentos da escolaridade e o papel fundamental das universidades na produção, divulgação e valorização da arte, o Cefet/RJ pretende contemplar esse segmento com a devida relevância, assumindo os objetivos e atribuições que lhe competem.

Cada um dos oito *campi* do Cefet/RJ nos diferentes municípios insere-se em um contexto específico, de perfil próprio. Assim, faz-se indispensável um projeto coletivo que promova o intercâmbio, a troca, a atuação conjunta e o conseqüente engrandecimento de todos, valorizando e divulgando as produções de cada localidade.

Assim, pretende-se que o público interno dos *campi* possa atingir as seguintes competências, tendo a capacidade de:

- Appreciar a repercussão social dos avanços não só tecnológicos e científicos, mas também criativos;
- Acessar informações, bibliotecas e base de dados sobre produtos culturais;
- Identificar e valorizar formas culturais de diversas comunidades;
- Dialogar e valorizar a cultura contemporânea;
- Interpretar as obras de arte nas diferentes linguagens artísticas;
- Relacionar formas de pensamento e manifestações artísticas do entorno;
- Conhecer a vida cultural da comunidade;
- Relacionar a evolução da história e das artes inseridas em seu espaço e tempo;
- Reconhecer a memória coletiva nas referências culturais locais, regionais ou nacionais;
- Expressar-se nas diferentes linguagens artísticas e de desenvolver o talento individual e coletivo;
- Entender relações entre cultura, ciência e tecnologia;
- Ter contato e reconhecer e outras realidades culturais: mundial, identitárias, linguísticas, expressivas, valores etc.;
- Participar como público das diferentes manifestações artísticas;
- Valorizar o patrimônio público, material ou imaterial, de sua comunidade e o respeito pelo patrimônio universal.

Para tanto, são objetivos do Cefet/RJ com relação à área cultural:

- Aprofundar a formação integral dos alunos;
- Trabalhar pela criação, pela transmissão e pelo desenvolvimento do conhecimento cultural em todas as suas formas expressivas;
- Promover a preservação do patrimônio cultural;
- Valorizar as manifestações culturais locais, regionais ou mundiais.

Para que se obtenha resultado satisfatório nesse sentido, a instituição propõe-se a:

- Apoiar a criação Núcleo de Arte e Cultura (NAC), que pretende promover o intercâmbio, reflexão e valorização da cultura nos *campi*;
- Incentivar as ações culturais propostas pelo corpo docente e discente;
- Viabilizar e capacitar espaços favoráveis às manifestações artísticas;
- Incluir entre as prioridades de gestão a ocorrência de uma vida cultural profícua;
- Participar de fóruns, congressos e eventos para a inclusão do Cefet/RJ como agente atuante, produtor e divulgador das artes;
- Promover o acesso igualitário à cultura e às artes a todas as pessoas: independente de cor, raça, credo, ou incapacidades físicas ou sensoriais;
- Estabelecer o contato permanente com a produção cultural externa, como forma de desenvolver a capacidade de apreciação, interpretação e informação das artes;
- Estimular projetos de extensão que viabilizem a promoção e a produção cultural em todas as linguagens artísticas;
- Formular um projeto cultural para o a instituição.

3 IMPLEMENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

3.1 Educação profissional técnica de nível médio

Longe de uma preparação exclusivamente instrumental, sempre se valorizou, na proposta pedagógica, a integração dos conteúdos de formação geral com aqueles de caráter específico da habilitação profissional, entendendo-se a importância do embasamento técnico-científico, histórico, cultural e social para a atuação no mundo do trabalho.

A atuação em mesorregiões em que o Cefet/RJ se implanta e, também, demandas circunstanciadas pela conjuntura de desenvolvimento experimentada no país apontam a necessidade de novas formas de interação escola–setor produtivo e de adoção de modalidades de ensino, visando a um permanente aprimoramento da formação de técnicos, seja do ponto de vista do conteúdo e da metodologia dos cursos, seja das condições materiais e de pessoal que interferem na sua realização.

Os quadros a seguir apresentam: (i) a projeção de oferta anual de vagas de ingresso nas séries ou semestres iniciais, na educação profissional técnica de nível médio, em cursos existentes e nos cursos a serem implantados nos campi no período 2015-2019, consideradas as diferentes formas de processo seletivo, entre os quais os convênios de intercomplementaridade e outros procedimentos adotados para tornar mais inclusivo o acesso aos cursos oferecidos pela instituição; (ii) o quantitativo da matrícula anual projetada para o período 2015-2019 nos *campi*⁷.

Projeção de oferta anual de vagas de ingresso

Campus Maracanã

⁷ Fonte: DEMET/DIREN, 2015.

CURSOS		2015		2016		2017		2018		2019	
		Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO											
Eixo Tecnológico	Técnico em										
Infraestrutura	Edificações	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80
	Estradas	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-
Ambiente, Saúde e Segurança	Meteorologia	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-
	Segurança do Trabalho	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
Controle e Processos Industriais	Eletrônica	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80
	Eletrotécnica	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80
	Mecânica	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80
Informação e Comunicação	Informática	120	-	120	-	120	-	120	-	120	-
	Telecomunicações	40	80	40	80	40	80	40	80	40	80
Gestão e Negócios	Administração	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
Turismo e Hospitalidade	Turismo e Entretenimento	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-
Subtotal		680	480	680	480	680	480	680	480	680	480
Total		1160		1160		1160		1160		1160	

Campus Nova Iguaçu											
CURSOS		2015		2016		2017		2018		2019	
		Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO											
Eixo Tecnológico	Técnico em										
Ambiente, Saúde e Segurança	Enfermagem	36	-	36	-	36	-	36	-	36	-
Controle e Processos Industriais	Automação Industrial	36	-	36	-	36	-	36	-	36	-
Informação e Comunicação	Informática	36	-	36	-	36	-	36	-	36	-
	Telecomunicações	36	-	36	-	36	-	36	-	36	-
Total		144	-	144	-	144	-	144	-	144	-

Campus Maria da Graça											
CURSOS		2015		2016		2017		2018		2019	
		Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO											
Eixo Tecnológico	Técnico em										
Ambiente, Saúde e Segurança	Segurança do Trabalho	30	-	30	-	30	-	30	-	30	-

Controle e Processos Industriais	Automação Industrial	30	-	30	-	30	-	30	-	30	-
	Manutenção Automotiva	30	-	30	-	30	-	30	-	30	-
Total		90	-	90	-	90	-	90	-	90	-

Campus Petrópolis

CURSOS		2015		2016		2017		2018		2019	
		Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO											
Eixo Tecnológico	Técnico em										
Informação e Comunicação	Telecomunicações	36	-	36	-	36	-	36	-	36	-
Total		36	-	36	-	36	-	36	-	36	-

Campus Nova Friburgo

CURSOS		2015		2016		2017		2018		2019	
		Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO											
Eixo Tecnológico	Técnico em										
Informação e Comunicação	Informática	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-
Total		40	-	40	-	40	-	40	-	40	-

Campus Itaguaí

CURSOS		2015		2016		2017		2018		2019	
		Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO											
Eixo Tecnológico	Técnico em										
Infraestrutura	Portos	-	80	-	80	-	80	-	80	-	80
Controle e Processos Industriais	Mecânica	80	-	80	-	80	-	80	-	80	-
Total		80	80	80	80	80	80	80	80	80	80

Campus Angra dos Reis

CURSOS		2015		2016		2017		2018		2019	
		Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO											
Eixo Tecnológico	Técnico em										
Controle e Processos Industriais	Mecânica	80	-	80	-	80	-	80	-	80	-

Total	80	-	80	-	80	-	80	-	80	-
--------------	-----------	----------	-----------	----------	-----------	----------	-----------	----------	-----------	----------

Campus Valença											
CURSOS		2015		2016		2017		2018		2019	
		Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO											
Eixo Tecnológico	Técnico em										
Produção Alimentícia	Agroindústria	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-
Química	Química	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-
Total		80	-	80	-	80	-	80	-	80	-

Quantitativo da matrícula anual projetada para o período 2015-2019

Campus Maracanã											
CURSOS		2015		2016		2017		2018		2019	
		Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO											
Eixo Tecnológico	Técnico em										
Infraestrutura	Edificações (Concomitante)	200	-	100	-	-	-	-	-	-	-
	Edificações (Subsequente)	-	154	-	154	-	154	-	154	-	154
	Edificações (Integrado)	254	-	334	-	334	-	334	-	334	-
	Estradas (Concomitante)	60	-	30	-	-	-	-	-	-	-
	Estradas (Integrado)	67	-	107	-	147	-	147	-	147	-
Ambiente, Saúde e Segurança	Meteorologia (Concomitante)	40	-	20	-	-	-	-	-	-	-
	Meteorologia (Integrado)	108	-	148	-	148	-	148	-	148	-
	Segurança do Trabalho (Concomitante)	50	-	25	-	-	-	-	-	-	-
	Segurança do Trabalho (Subsequente)	-	100	-	100	-	100	-	100	-	100
	Segurança do Trabalho (Integrado)	142	-	182	-	182	-	182	-	182	-
Controle e Processos Industriais	Eletrônica (Concomitante)	100	-	50	-	-	-	-	-	-	-
	Eletrônica (Subsequente)	-	114	-	114	-	114	-	114	-	114
	Eletrônica (Integrado)	237	-	317	-	317	-	317	-	317	-
	Eletrotécnica (Concomitante)	100	-	50	-	-	-	-	-	-	-
	Eletrotécnica (Subsequente)	-	80	-	80	-	80	-	80	-	80
	Eletrotécnica	242	-	322	-	322	-	322	-	322	-

	(Integrado)										
	Mecânica (Concomitante)	140	-	50	-	-	-	-	-	-	-
	Mecânica (Subsequente)	-	125	-	125	-	125	-	125	-	125
	Mecânica (Integrado)	242	-	322	-	322	-	322	-	322	-
Informação e Comunicação	Informática (Concomitante)	130	-	100	-	70	-	40	-	10	-
	Informática (Subsequente)	80	-	160	-	160	-	160	-	160	-
	Informática (Integrado)	220	-	300	-	300	-	300	-	300	-
	Telecomunicações (Concomitante)	40	-	20	-	-	-	-	-	-	-
	Telecomunicações (Subsequente)	-	56	-	56	-	56	-	56	-	56
	Telecomunicações (Integrado)	141	-	181	-	181	-	181	-	181	-
Gestão e Negócios	Administração (Concomitante)	60	-	30	-	-	-	-	-	-	-
	Administração (Subsequente)	-	61	-	61	-	61	-	61	-	61
	Administração (Integrado)	148	-	188	-	188	-	188	-	188	-
Turismo e Hospitalidade	Turismo e Entretenimento	60	-	30	-	-	-	-	-	-	-
	Turismo (Integrado)	75	-	115	-	155	-	155	-	155	-
Total		2936	690	3181	690	2826	690	2796	690	2766	690

Campus Nova Iguaçu

CURSOS	2015		2016		2017		2018		2019		
	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO											
Eixo Tecnológico											
Ambiente, Saúde e Segurança	Enfermagem (Concomitante)	25	-	10	-	5	-	-	-	-	-
	Enfermagem (Integrado)	111	-	111	-	111	-	111	-	111	-
Controle e Processos Industriais	Eletromecânica (Concomitante)	30	-	15	-	5	-	-	-	-	-
	Automação Industrial (Integrado)	103	-	103	-	103	-	103	-	103	-
Informação e Comunicação	Informática (Concomitante)	30	-	15	-	5	-	-	-	-	-
	Informática (Integrado)	100	-	100	-	100	-	100	-	100	-
	Telecomunicações (Concomitante)	25	-	10	-	5	-	-	-	-	-
	Telecomunicações (Integrado)	107	-	107	-	107	-	107	-	107	-
Total		531	-	471	-	441	-	421	-	421	-

Campus Maria da Graça											
CURSOS		2015		2016		2017		2018		2019	
		Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO											
Eixo Tecnológico	Técnico em										
Ambiente, Saúde e Segurança	Segurança do Trabalho	145	-	105	-	65	-	30	-	10	-
	Segurança do Trabalho (Integrado)	71	-	101	-	131	-	131	-	131	-
Controle e Processos Industriais	Automação Industrial	75	-	40	-	20	-	10	-	5	-
	Automação Industrial (Integrado)	70	-	100	-	130	-	130	-	130	-
	Manutenção Automotiva	65	-	45	-	30	-	15	-	5	-
	Manutenção Automotiva (Integrado)	61	-	91	-	121	-	121	-	121	-
Total		487	-	482	-	497	-	437	-	402	-

Campus Petrópolis											
CURSOS		2015		2016		2017		2018		2019	
		Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO											
Eixo Tecnológico	Técnico em										
Informação e Comunicação	Telecomunicações – Ênfase em TV Digital	43	-	5	-	-	-	-	-	-	-
	Telecomunicações (Integrado)	36	-	72	-	108	-	144	-	144	-
Total		79	-	77	-	108	-	144	-	144	-

Campus Nova Friburgo											
CURSOS		2015		2016		2017		2018		2019	
		Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO											
Eixo Tecnológico	Técnico em										
Informação e Comunicação	Informática	55	-	40	-	25	-	10	-	5	-

	Informática (Integrado)	40	-	80	-	120	-	120	-	120	-
Total		95	-	120	-	145	-	130	-	125	-

Campus Itaguaí											
CURSOS		2015		2016		2017		2018		2019	
		Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO											
Eixo Tecnológico	Técnico em										
Infraestrutura	Portos	-	131	-	131	-	131	-	131	-	131
Controle e Processos Industriais	Mecânica	130	-	90	-	50	-	20	-	5	-
	Mecânica (Integrado)	80	-	160	-	240	-	320	-	320	-
Total		210	131	250	131	290	131	340	131	325	131

Campus Angra dos Reis											
CURSOS		2015		2016		2017		2018		2019	
		Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO											
Eixo Tecnológico	Técnico em										
Controle e Processos Industriais	Mecânica	246	-	246	-	246	-	246	-	246	-
Total		246	-	246	-	246	-	246	-	246	-

Campus Valença											
CURSOS		2015		2016		2017		2018		2019	
		Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO											
Eixo Tecnológico	Técnico em										
Produção Alimentícia	Agroindústria	70	-	45	-	20	-	10	-	-	-
	Alimentos (Integrado)	40	-	80	-	120	-	160	-	160	-
Química	Química (Integrado)	40	-	80	-	120	-	160	-	160	-
Total		150	-	205	-	260	-	330	-	320	-

3.1 Atividades de graduação

No que se refere à graduação, os cursos desse nível de ensino também se submeteram a novas diretrizes e parâmetros curriculares determinados por legislação competente. Assim se procedeu com os cursos superiores de tecnologia, os de licenciatura e de bacharelado.

Norteadas pelo princípio da verticalização do ensino, a instituição desde sempre

assumiu ser possível levar a oferta de cursos de graduação aos seus *campi* fora da sede. Assim o fez em Nova Iguaçu, Petrópolis, Nova Friburgo, Itaguaí, Angra dos Reis e Valença, em resposta ao pleito da população de mesorregiões que não contam ou contam incipientemente com a presença da educação superior pública e gratuita. Há ainda o *campus* Maria da Graça, atuando, até o momento, exclusivamente no ensino técnico de nível médio.

Os quadros a seguir apresentam: (i) a projeção de oferta anual de vagas de ingresso nos semestres iniciais de graduação, em cursos existentes e a serem implantados nos *campi* no período 2015-2019, consideradas as diferentes formas de processo seletivo e outros procedimentos adotados para tornar mais inclusivo o acesso aos cursos oferecidos; (ii) o quantitativo da matrícula anual projetada para o período 2015-2019 nos *campi*.

Projeção de oferta anual de vagas de ingresso											
Campus Maracanã											
CURSOS		2015		2016		2017		2018		2019	
		Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.
SUPERIORES DE TECNOLOGIA											
Eixo Tecnológico	Tecnólogo em										
Meio Ambiente e Tecnologia da Saúde	Gestão Ambiental	-	80	-	80	-	-	-	-	-	-
Informática e Telecomunicação	Sistemas para Internet	-	50	-	25	-	-	-	-	-	-
Total		-	130	-	105	-	-	-	-	-	-
BACHARELADO											
Administração		100	-	100	-	100	-	100	-	100	-
Ciência da Computação		50	-	50	-	50	-	50	-	50	-
Engenharia Ambiental		-	-	25	-	50	-	50	-	50	-
Engenharia de Produção		100	-	100	-	100	-	100	-	100	-
Engenharia Elétrica		40	-	40	-	40	-	40	-	40	-
Engenharia Eletrônica		40	-	40	-	40	-	40	-	40	-
Engenharia de Telecomunicações		40	-	40	-	40	-	40	-	40	-
Engenharia Mecânica		100	-	100	-	100	-	100	-	100	-
Engenharia de Controle e Automação		40	-	40	-	40	-	40	-	40	-
Engenharia Civil		80	-	80	-	80	-	80	-	80	-
Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais		30	-	40	-	40	-	40	-	40	-
Total		620	-	655	-	680	-	680	-	680	-

Campus Nova Iguaçu										
CURSOS	2015		2016		2017		2018		2019	
	Integral	Notur.	Integral	Notur.	Integral	Notur.	Integral	Notur.	Integral	Notur.
BACHARELADO										
Engenharia de Produção	-	72	-	72	-	72	-	72	-	72
Engenharia Industrial de Controle e Automação	-	72	-	72	-	72	-	72	-	72
Engenharia Mecânica	72	-	72	-	72	-	72	-	72	-
Total	72	144	72	144	72	144	72	144	72	144

Campus Petrópolis										
CURSOS	2015		2016		2017		2018		2019	
	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.
BACHARELADO										
Engenharia da Computação	50	-	50	-	50	-	50	-	50	-
Turismo	-	80	-	80	-	80	-	80	-	80
Total	50	80	50	80	50	80	50	80	50	80
LICENCIATURA										
Física	-	80	-	80	-	80	-	80	-	80
Total	-	80	-	80	-	80	-	80	-	80

Campus Nova Friburgo												
CURSOS	2015		2016		2017		2018		2019			
	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.		
SUPERIORES DE TECNOLOGIA												
Eixo Tecnológico	Tecnólogo em											
Hospitalidade e Lazer	Gestão de Turismo		-	80	-	80	-	80	-	80	-	80
Total	-	80	-	80	-	80	-	80	-	80		
BACHARELADO												
Sistemas de Informação	-	80	-	80	-	80	-	80	-	80		
Engenharia Elétrica	-	40	-	80	-	80	-	80	-	80		
Total	-	120	-	120	-	120	-	120	-	120		
LICENCIATURA												
Física	-	80	-	80	-	80	-	80	-	80		
Total	-	80	-	80	-	80	-	80	-	80		

Campus Itaguaí										
CURSOS	2015		2016		2017		2018		2019	
	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.
BACHARELADO										
Engenharia Mecânica	-	80	-	80	-	80	-	80	-	80
Engenharia de Produção	80	-	80	-	80	-	80	-	80	-
Administração	-	-	80	-	80	-	80	-	80	-
Total	80	80	160	80	160	80	160	80	160	80

Campus Angra dos Reis										
CURSOS	2015		2016		2017		2018		2019	
	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.
BACHARELADO										
Engenharia Mecânica	70	-	70	-	70	-	70	-	70	-
Engenharia Elétrica	25	-	50	-	50	-	50	-	50	-
Engenharia Metalúrgica	50	-	50	-	50	-	50	-	50	-
Total	145	-	170	-	170	-	170	-	170	-

Campus Valença										
CURSOS	2015		2016		2017		2018		2019	
	Integ.	Notur.	Integ.	Notur.	Integ.	Notur.	Integ.	Notur.	Integ.	Notur.
BACHARELADO										
Engenharia de Alimentos	50	-	50	-	50	-	50	-	50	-
Administração	-	70	-	70	-	70	-	70	-	70
Total	50	70	50	70	50	70	50	70	50	70

Quantitativo da matrícula anual projetada para o período 2015-2019

Campus Maracanã											
CURSOS		2015		2016		2017		2018		2019	
		Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.
SUPERIORES DE TECNOLOGIA											
Eixo Tecnológico	Tecnólogo em										
Meio Ambiente e Tecnologia da Saúde	Gestão Ambiental	-	153	-	153	-	73	-	-	-	-
Informática e Telecomunicação	Sistemas para Internet	-	146	-	121	-	-	-	-	-	-
Total		-	299	-	174	-	144	-	21	-	-
BACHARELADO											
Administração		368	-	368	-	368	-	368	-	368	-
Ciência da Computação		137	-	162	-	162	-	162	-	162	-
Engenharia Ambiental		-	-	25	-	75	-	125	-	175	-
Engenharia de Produção		420	-	420	-	420	-	420	-	420	-
Engenharia Elétrica		183	-	183	-	183	-	183	-	183	-
Engenharia Eletrônica		158	-	158	-	158	-	158	-	158	-
Engenharia de Telecomunicações		156	-	156	-	156	-	156	-	156	-
Engenharia Mecânica		482	-	482	-	482	-	482	-	482	-
Engenharia de Controle e Automação		162	-	162	-	162	-	162	-	162	-
Engenharia Civil		422	-	422	-	422	-	422	-	422	-
Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais		50	-	90	-	130	-	130	-	130	-
Total		2538	-	2628	-	2718	-	2768	-	2818	-

Campus Nova Iguaçu											
CURSOS		2015		2016		2017		2018		2019	
		Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.
BACHARELADO											
Engenharia de Produção		-	360	-	360	-	360	-	360	-	360
Engenharia Industrial de Controle e Automação		-	360	-	360	-	360	-	360	-	360
Engenharia Mecânica		-	144	-	216	-	288	-	360	-	360
Total		-	864	-	936	-	1008	-	1080	-	1080

Campus Petrópolis											
CURSOS		2015		2016		2017		2018		2019	
		Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.
SUPERIORES DE TECNOLOGIA											
Eixo Tecnológico	Tecnólogo em										
Hospitalidade e Lazer	Gestão do Turismo	-	84	-	31	-	6	-	-	-	-
Total		-	84	-	31	-	6	-	-	-	-
BACHARELADO											
Engenharia da Computação		97	-	147	-	197	-	247	-	247	-
Turismo		-	71	-	181	-	291	-	401	-	440
Total		97	71	147	181	197	291	247	401	247	440
LICENCIATURA											
Física		-	107	-	107	-	107	-	107	-	107
Total		-	107	-	107	-	107	-	107	-	107

Campus Nova Friburgo											
CURSOS		2015		2016		2017		2018		2019	
		Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.
SUPERIORES DE TECNOLOGIA											
Eixo Tecnológico	Tecnólogo em										
Hospitalidade e Lazer	Gestão de Turismo	-	94	-	94	-	94	-	94	-	94
Total		-	94	-	94	-	94	-	94	-	94
BACHARELADO											
Sistemas de Informação		-	137	-	217	-	297	-	297	-	297
Engenharia Elétrica		-	40	-	120	-	200	-	280	-	360
Total		-	177	-	337	-	497	-	577	-	657
LICENCIATURA											
Física		-	81	-	81	-	81	-	81	-	81
Total		-	81	-	81	-	81	-	81	-	81

Campus Itaguaí											
CURSOS		2015		2016		2017		2018		2019	
		Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.
BACHARELADO											
Engenharia Mecânica		-	298	-	298	-	298	-	298	-	298
Engenharia de Produção		40	-	120	-	200	-	280	-	360	-
Administração		-	-	80	-	160	-	240	-	320	-
Total		40	298	200	298	360	298	520	298	680	298

Campus Angra dos Reis										
CURSOS	2015		2016		2017		2018		2019	
	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.
BACHARELADO										
Engenharia Mecânica	146	-	216	-	286	-	321	-	321	-
Engenharia Elétrica	25	-	75	-	125	-	175	-	225	-
Engenharia Metalúrgica	50	-	100	-	150	-	200	-	250	-
Total	221	-	391	-	561	-	696	-	796	-

Campus Valença										
CURSOS	2015		2016		2017		2018		2019	
	Integ.	Notur.	Integ.	Notur.	Integ.	Notur.	Integ.	Notur.	Integ.	Notur.
BACHARELADO										
Engenharia de Alimentos	95	-	145	-	195	-	245	-	245	-
Administração	-	70	-	140	-	210	-	280	-	350
Total	95	70	145	140	195	210	245	280	245	350

3.2 Atividades de pós-graduação

Em se tratando do ensino de pós-graduação, sua implantação e consolidação no Cefet/RJ guarda estreita relação com o desenvolvimento da pesquisa. Data de 1992 o primeiro Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu*, com o curso de mestrado em Tecnologia. Teve início, assim, a construção de um referencial teórico que apoiaria não só a proposta do programa em Tecnologia, mas também a atuação da pesquisa e da pós-graduação. Esse primeiro programa, que deu origem a outros da instituição, teve o seu nome alterado para Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção e Sistemas (PPPRO) em 2015.

O quadro a seguir apresenta os programas de pós-graduação *stricto sensu* da instituição. O Cefet/RJ possui oito programas de pós-graduação *stricto sensu*, que oferecem um total de nove cursos, sendo cinco mestrados acadêmicos, dois mestrados profissionais e quatro doutorados.

Programas de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>					
Programa	Cursos	Início	Áreas de concentração	Área básica	Número de titulados até dez. de 2014
Engenharia de Produção e Sistemas (PPPRO)*	Mestrado Acadêmico	1992	Tecnologia, Gestão e Inovação	Engenharia de Produção	359
Ensino de Ciências e Matemática (PPECM)	Mestrado Profissional	2003	<ul style="list-style-type: none"> • Novas Tecnologias no Ensino de Física • Novas Tecnologias no Ensino de Matemática 	Ensino de Ciências e Matemática	88
Engenharia Mecânica e Tecnologia de Materiais (PEMM)	Mestrado Acadêmico	2008	Mecânica dos Sólidos e Materiais	Engenharia Mecânica	40
Engenharia Elétrica (PPEEL)	Mestrado Acadêmico	2009	Sistemas Eletrônicos Industriais	Engenharia Elétrica	14
Ciência, Tecnologia e Educação (PPCTE)	Mestrado Acadêmico	2010	Ciência, Tecnologia e Educação	Ensino de Ciências e Matemática	30
	Doutorado	2013			-
Relações Étnico-raciais (PPRER)	Mestrado Acadêmico	2011	Relações Étnico-raciais	Sociais e Humanidades	34
Instrumentação e Óptica Aplicada (PPGIO)**	Doutorado	2015	Instrumentação e Fotônica	Engenharia Elétrica	-
Filosofia e Ensino (PPFEN)**	Mestrado Profissional	2015	Filosofia e Ensino de Filosofia	Filosofia	-

Fonte: DIPPG, 2015.

* Em 2015, o Programa de Pós-graduação em Tecnologia (PPTEC) mudou de nome para Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção e Sistemas (PPPRO).

** Início das atividades em março de 2015.

Em dezembro de 2014, o Cefet/RJ oferecia quatro cursos de pós-graduação *lato sensu*, sendo três presenciais e um na modalidade a distância, todos gratuitos:

- Letramento(s) e Práticas Educacionais: curso presencial;
- Ensino de Línguas Estrangeiras: curso presencial;
- Ensino de Filosofia com Ênfase na Docência: curso presencial;
- Educação Tecnológica: curso na modalidade a distância.

O Cefet/RJ participou do edital da Universidade Aberta do Brasil (UAB), com vistas a engajar-se nessa iniciativa de política pública que visa à democratização, expansão e interiorização da oferta de ensino superior público e gratuito no país, assim como ao desenvolvimento de projetos de pesquisa e de metodologias inovadoras de ensino, preferencialmente para a área de formação inicial e continuada de professores da educação básica. Essa participação resultou na aprovação de um curso de pós-graduação *lato sensu* em Educação Tecnológica, na modalidade a distância, iniciado em 2008. Hoje o curso conta com oito polos

espalhados pelo estado do Rio de Janeiro: Campo Grande, Miguel Pereira, Niterói, Nova Friburgo, Paracambi, Resende, São Gonçalo e Três Rios.

Os quadros a seguir apresentam, para os cursos de pós-graduação existentes e a serem implantados no período 2015-2019: (i) a projeção do número de cursos de pós-graduação; (ii) a projeção de oferta anual de vagas de ingresso; (iii) o quantitativo da matrícula anual projetada para o mesmo período.

Projeção anual do número de cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> para o período 2015-2019					
CURSOS	2015	2016	2017	2018	2019
PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU					
Mestrado	6	7	7	8	9
Doutorado	2	4	4	5	5
Total	8	11	11	13	14

Fonte: DIPPG, 2015.

Projeção anual do número de cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> para o período 2015-2019					
CURSOS	2015	2016	2017	2018	2019
PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU					
Presencial	5	6	7	8	9
EAD*	1	1	1	1	1
Total	6	7	8	9	10

Fonte: DIPPG, 2015.

* Através da UAB/CEDERJ.

Projeção de oferta anual de vagas de ingresso nos cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> para o período 2015-2019					
CURSOS	2015	2016	2017	2018	2019
PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU					
Mestrado	120	140	140	160	181
Doutorado	20	40	40	50	50
Total	140	180	180	210	231

Fonte: DIPPG, 2015.

Projeção de oferta anual de vagas de ingresso nos cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> para o período 2015-2019					
CURSOS	2015	2016	2017	2018	2019
PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU					
Presencial	60	30	75	45	81
EAD*	0	240	0	240	0
Total	60	270	75	285	81

Fonte: DIPPG, 2015.

*Através da UAB/CEDERJ.

Quantitativo da matrícula anual nos cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> para o período 2015-2019					
CURSOS	2015	2016	2017	2018	2019
PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU					
Mestrado	170	200	210	230	264
Doutorado	31	61	79	112	138
Total	201	261	289	342	402

Fonte: DIPPG, 2015.

*Através da UAB/CEDERJ.

Quantitativo da matrícula anual nos cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> para o período 2015-2019					
CURSOS	2015	2016	2017	2018	2019
3.2.1.1 PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU					
Presencial	72	78	100	105	128
EAD*	234	240	144	240	144
Total	306	318	244	345	272

Fonte: DIPPG, 2015.

3.3 Atividades de pesquisa

No período 2010-2014, registrou-se um aumento importante do número de grupos de pesquisa e projetos desenvolvidos, reflexo do amadurecimento e crescimento da pesquisa na instituição.

Nº de docentes e discentes envolvidos nos grupos de pesquisa cadastrados no CNPq	
Grupos cadastrados	30
Docentes envolvidos	145
Discentes envolvidos	255

Fonte: DIPPG/COPET, dez. 2014.

Nº de docentes e discentes envolvidos nos projetos de pesquisa	
Projetos de pesquisa	214
Docentes envolvidos	199
Discentes envolvidos	642

Fonte: DIPPG/COPET, dez. 2014.

Nº de bolsas por tipo e órgão financiador		
Tipo de bolsa Órgão financiador	Iniciação Científica – Graduação	Iniciação Científica – Ensino Médio
CNPq	33	20
Cefet/RJ	50	40
TOTAL	83	60

Fonte: DIPPG/COPET, dez. 2014.

Para o desenvolvimento dessas atividades, os grupos contam com laboratórios de pesquisa, especificamente dedicados, verificando-se, também, nesse aspecto, a progressão de investimentos. Em 2014, o Centro de Custos da DIPPG alcançou 12% do orçamento do Cefet/RJ aplicado em investimento. Grande parte desses recursos foi utilizada para ampliar e modernizar a infraestrutura demandada pelos grupos de pesquisa, mediante editais internos baseados em indicadores de qualidade e produtividade. Tais recursos somam-se àqueles captados pelos pesquisadores da instituição junto aos órgãos de fomento como Finep, CNPq, FAPERJ e Capes. Os resultados da pesquisa desenvolvida são disseminados na produção intelectual publicada em diversos veículos, entre os quais, periódicos internacionais de alto impacto.

A instituição entende a importância da internacionalização das suas atividades de pesquisa. Durante o período 2010-2014, foram desenvolvidos esforços nesse sentido, resultando no estabelecimento de parcerias e convênios com instituições estrangeiras e na aprovação de projetos de pesquisa em órgãos de fomento que viabilizaram a presença de pesquisadores visitantes estrangeiros na instituição. Também foram desenvolvidos esforços para viabilizar a seleção de pesquisadores de pós-doutorado estrangeiros para atuarem junto aos programas de pós-graduação do Cefet/RJ.

Grupos de Pesquisa do Cefet/RJ cadastrados no Diretório de Grupos do CNPq	
Nome do grupo	Área predominante
Algoritmos, Complexidade e Modelagem Computacional	Ciência da Computação
Automação	Engenharia Elétrica
Ciência de Dados	Ciência da Computação
Compósitos e Adesivos	Engenharia Mecânica
CTS e Educação	Educação
Desenvolvimento e Normalização da Produção	Engenharia de Produção
Dispositivos e Sistemas Ópticos	Engenharia Elétrica
EMMA – Estudos em Modelagem Matemática	Matemática
Filosofia e Ensino	Filosofia
Física Experimental e Aplicada	Física
GAIC – Grupo de Automação, Instrumentação e Controle	Engenharia Elétrica
GEOS – Gestão e Engenharia de Operações e Sistemas	Engenharia de Produção
Gestão da Tecnologia	Engenharia de Produção
Gestão do Conhecimento e da Inovação Tecnológica	Engenharia de Produção
História e Filosofia da Ciência no Ensino	Educação
Informática na Educação	Ciência da Computação

Integridade Estrutural	Engenharia Mecânica
Interações Fundamentais	Física
Grupos de Pesquisa do Cefet/RJ cadastrados no Diretório de Grupos do CNPq	
Nome do grupo	Área predominante
Laboratório de Aprendizagem	Engenharia de Produção
Matemática Aplicada à Física e à Engenharia	Matemática
Mecatrônica	Engenharia Elétrica
Meio Ambiente e Eficiência Energética	Engenharia de Produção
Mineração de Dados	Ciência da Computação
Novas tecnologias aplicadas ao ensino de Ciências e Matemática	Educação
Racismo e Estudos da Linguagem	Letras
Sistemas e Estruturas Inteligentes	Engenharia Mecânica
Teoria e Técnicas de Eletrônica	Engenharia Elétrica
Transmissão Digital e Comunicações Eletrônicas	Engenharia Elétrica
Ultrassom	Engenharia de Materiais e Metalúrgica
Usinagem e Conformação Termomecânica	Engenharia Mecânica

Fonte: DIPPG/COPET, dez. 2014.

Os alunos dos cursos de graduação e dos cursos técnicos de nível médio têm o seu primeiro contato formal com as atividades de pesquisa ao participarem do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica para o Ensino Médio (PIBIC-EM), respectivamente, com bolsas financiadas pelo CNPq e pelo próprio Cefet/RJ. O ingresso nesses programas se dá mediante edital de seleção, e o acompanhamento e a avaliação dos programas são realizados por um Comitê Interno e Externo, conforme regras estabelecidas pelo órgão de fomento. Os resultados dos projetos de Iniciação Científica são apresentados pelos alunos nos Seminários de Iniciação Científica e Tecnológica do Cefet/RJ, evento anual promovido pela instituição.

Os quadros a seguir apresentam, para o período 2015-2019: (i) a projeção do número de grupos de pesquisa; (ii) a projeção do número de docentes membros dos grupos de pesquisa; (iii) a projeção do número de discentes participando do PIBIC e PIBIC-EM.

Projeção anual do número de grupos de pesquisa para o período 2015-2019					
GRUPOS	2015	2016	2017	2018	2019
	32	35	38	42	46
Projeção anual do número de docentes envolvidos nos grupos de pesquisa para o período 2015-2019					
DOCENTES	2015	2016	2017	2018	2019

	160	170	190	210	230
--	-----	-----	-----	-----	-----

Fonte: DIPPG, 2015.

3.4 Atividades de extensão

De modo geral, as ações de extensão englobam programas, projetos, cursos (de atualização, qualificação profissional, aperfeiçoamento, educação continuada etc.), eventos (realização de congressos, seminários, ciclos de debates, exposições, feiras, eventos esportivos, campanhas, apresentações artísticas), prestação de serviços, produção e publicação (de material impresso e multimídia) e outros produtos acadêmicos, voltados a áreas temáticas definidas como Comunicação, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, Trabalho, Direitos Humanos, Justiça e Cultura.

A partir da nucleação de projetos e ações de extensão conforme as respectivas áreas temáticas e de atuação em uma mesma linha programática, busca-se o apoio de programas de fomento, especialmente o Programa de Bolsas de Extensão, e integram-se os projetos e programas de extensão ao plano pedagógico dos cursos de graduação e técnicos, em um processo de complementaridade curricular. São exemplos disso: o Programa Turma Cidadã, a Cefet Jr. Consultoria, a ENACTUS Cefet/RJ, as atividades da Semana de Extensão e da Feira de Estágio e Emprego, a IETEC – Incubadora de Empresas Tecnológicas – e a ITESS – Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários Sustentáveis –, os quais serão sucintamente descritos a seguir.

3.4.1.1 Cefet Jr. Consultoria

Definida como uma associação civil sem fins lucrativos, com fins educacionais, formada exclusivamente por alunos do ensino superior do Cefet/RJ que realizam projetos e prestam serviços em suas áreas, principalmente para micro e pequenas empresas.

3.4.1.2 ENACTUS Cefet/RJ

Formada desde 2002, voluntariamente, por estudantes e professores da graduação, proporciona a oportunidade de desenvolver o trabalho em equipe, a liderança e as habilidades de comunicação, praticando e ensinando os princípios da livre iniciativa. Nos projetos socioempresariais, são aplicados conceitos de negócios que melhorem a qualidade e o padrão de vida de uma comunidade em necessidade, fazendo-a atingir o sucesso profissional e a sustentabilidade.

Vinculada à ENACTUS WORLD, organização internacional sem fins lucrativos que trabalha com líderes empresariais e profissionais do ensino superior. Presente em mais de 1.500 universidades, em 39 países, e com mais de 42.000 estudantes participando efetivamente do programa, mobilizando estudantes universitários a fazer a diferença em suas comunidades, desenvolvendo, assim, as habilidades necessárias para se tornarem líderes empresariais socialmente responsáveis.

3.4.1.3 Programa Turma Cidadã

O objetivo do Programa Turma Cidadã é implantar uma cultura de responsabilidade social, pessoal e ambiental na comunidade do Cefet/RJ, com ações internas e externas, de dimensão nacional e internacional. A ideia central se baseia na conscientização dos

estudantes e professores da instituição, com diversos projetos, como um curso de capacitação para o serviço voluntário com eventos de cidadania e voluntariado.

3.4.1.4 Semana de Extensão

Evento anual da extensão no Cefet/RJ, coordenado pelo Departamento de Extensão e Assuntos Comunitários (DEAC) e realizado simultaneamente em todos os *campi*, tem como objetivo principal expor e apresentar os resultados desenvolvidos através dos programas, projetos, estudos e pesquisas, divulgando para a sociedade em geral as ações extensionistas da instituição e de seus parceiros. Integra-se também ao evento um ciclo multidisciplinar, com a realização de palestras, minicursos e debates, nos quais são franqueadas a presença e a participação do público interno e externo.

3.4.1.5 Feira de Estágio e Emprego

Evento anual realizado e coordenado pela Divisão de Integração Empresarial (DIEMP), com a presença de empresas nacionais e multinacionais e seus profissionais técnicos e de recursos humanos, que palestram sobre as tendências de mercado imediatas, expondo as conseqüentes exigências profissionais e as possibilidades concretas de inserção em determinado ramo de atividade. Dentro do evento, são realizados, com a presença dos docentes do Cefet/RJ, ciclos de debates que permitem a atualização dos conteúdos acadêmicos ministrados.

3.4.1.6 IETEC – Incubadora de Empresas Tecnológicas

É um mecanismo de extensão do Cefet/RJ destinado a apoiar empreendimentos nascentes inovadores, de base tecnológica, que apoiem os empreendedores e projetos necessitados de um desenvolvimento tecnológico, de formação empreendedora e de estruturação gerencial. Constitui, assim, um meio inovador que gera condições para aumentar as chances de sobrevivência, crescimento e consolidação de microempresas inovadoras.

3.4.1.7 ITESS – Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários Sustentáveis

A Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários Sustentáveis é mais uma espécie de mecanismo de extensão com o objetivo de promover a incubação. Seu diferencial é a ênfase atribuída aos princípios da economia solidária, de grupos populares e/ou empreendimentos sociais econômicos solidários, podendo contemplar outras formas de empreendimentos compatíveis com a economia solidária, oriundos das regiões do entorno dos *campi* do Cefet/RJ. Além disso, atua como espaço de estudos, pesquisas e desenvolvimento de tecnologias voltadas para a organização do trabalho, com foco na autogestão.

3.4.1.8 Atividades de estágio

O Cefet/RJ, atendendo a Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, que define o estágio como um ato educativo escolar supervisionado, realiza dentro da competência da sua Diretoria de Extensão (DIREX), todas as atividades relacionadas ao estágio obrigatório e não obrigatório, por meio da Divisão de Integração Empresarial (DIEMP). Sendo uma atividade curricular de fundamental importância para a formação de todos os níveis de ensino e desenvolvida no ambiente de trabalho, visa à preparação do aluno para o mundo produtivo.

O estágio faz parte do projeto pedagógico dos cursos regulares, compondo o itinerário formativo do estudante. Ou seja, em todos os cursos de formação técnica de nível médio, integrados e subsequentes, há a obrigatoriedade de completar o número de horas em prática profissional que compõem a matriz curricular de cada curso específico. Apesar de ser uma prática obrigatória, representa também uma importante fase da formação do aluno, tendo em vista ser uma atividade de complementação ao processo pedagógico – suas atividades compatíveis com seu desenvolvimento educacional.

A interação do discente com os demais profissionais em um ambiente de trabalho real traz inúmeras possibilidades, incluindo a iniciação de sua atuação no campo do trabalho. Fatores primordiais para a formação do discente, como a importância do trabalho em equipe, responsabilidade de uma atuação profissional correta e ética e as dimensões de sua atuação crítica, completam a formação deste aluno para a sociedade e para o trabalho.

São partes integrantes da relação do estágio: a) o estudante; b) a parte concedente; c) a instituição de ensino. Estes, dentro de suas competências, são signatários do Convênio para Concessão de Estágio e do Termo de Compromisso de Estágio. A instituição conta também com a possibilidade de intervenção de agentes de integração, na figura de “auxiliar”, na parceria com as empresas concedentes de oportunidades de estágio.

Nesse contexto, o Cefet/RJ mantém parcerias com as empresas conveniadas que oferecem regularmente oportunidades de estágio supervisionado, programas de *trainee* e empregos para egressos da instituição.

Com o objetivo de expandir e de desenvolver as atividades do estágio e do relacionamento empresarial, estão sendo estruturados núcleos descentralizados nos *campi* da instituição, com a capacitação de servidores que, dentro da proposta estabelecida, atuarão também na prospecção de novas **parcerias com empresas da região**.

3.5 Atividades de educação a distância

No sistema *multicampi* do Cefet/RJ coexistem programas na modalidade de educação a distância junto aos cursos regulares presenciais de educação profissional técnica de nível médio, graduação, pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu* e de extensão. Dentre as ações previstas, a interiorização das atividades acadêmicas vem sendo potencializada mediante novos recursos e modalidades, como a educação a distância, buscando desenvolver formas de atendimento educacional que, além de superar limites de espaço e tempo, promovam acesso à comunicação e informação, e alcancem desafios de aprendizagem na contemporaneidade.

A educação a distância, na instituição, tem ainda papel importante no âmbito das atividades de capacitação docente para a implementação das diretrizes curriculares definidas nos projetos dos cursos, observando, coerentemente, concepções e práticas pedagógicas neles referendadas. Nesses programas de formação continuada, espera-se que os professores ampliem seus quadros de referências conceituais e metodológicas e utilizem esses recursos para a aprendizagem de seus alunos. Nesse sentido, dentro dos limites permitidos pela legislação, o conteúdo parcial das disciplinas pode ser desenvolvido com a mediação de recursos da educação a distância.

Dentre as ações a serem garantidas está o investimento em infraestrutura

tecnológica para suporte ao crescimento de cursos na modalidade de educação a distância. Este crescimento deve ser acompanhado na esfera qualitativa, com a produção de materiais e tecnologias inovadores a fim de incrementar os ambientes de aprendizagem dos cursos em andamento e dos que serão implementados.

Sendo a educação a distância uma modalidade incorporada há pouco mais de uma década como política pública de governo, constitui-se, ainda, um potencial campo de investigação, demandando estudos e pesquisas que balizem a eficiência dessa iniciativa e sua expansão crescente. Daí a importância de a instituição assumir, como um de seus compromissos, o incentivo à produção de conhecimento nessa área, principalmente no que diz respeito à criação de novos objetos de aprendizagem; metodologias próprias da aprendizagem em rede e produção de recursos didáticos, bem como monografias, dissertações e teses.

O marco histórico da educação a distância no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca do Rio de Janeiro (Cefet/RJ) deu-se em 1996, com o curso a distância de especialização em Didática Aplicada à Educação Tecnológica, financiado pela então Secretaria de Ensino Médio e Tecnológico (SEMTEC), atual Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC).

O curso originou-se da constatação de que professores da rede técnica, majoritariamente engenheiros, dominavam os conteúdos de suas disciplinas, mas não a didática de ensino. Daí a necessidade de desenvolver um curso a distância de modo a alcançar toda rede dos Cefets, escolas técnicas e agrotécnicas, com o objetivo de formar professores para uma prática docente coerente com os princípios didáticos da aprendizagem. O curso foi avaliado com êxito na formação dos alunos e foi recomendada sua expansão, entretanto, ocorreu descontinuidade na política pública decorrente de mudança de governo.

Essa trajetória foi retomada em 2005, com o surgimento da política pública denominada Universidade Aberta do Brasil (UAB), quando, então, o Cefet/RJ se inseriu no rol das universidades públicas que aderiram à proposta. As universidades federais foram mobilizadas a participar desse programa, proposto pelo Ministério da Educação e pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino (Andifes). Esse programa se consolida no Fórum das Estatais pela Educação, com o objetivo de ofertar cursos e programas de educação superior a distância, em parceria com as universidades públicas, por meio de consórcios com municípios e estados da Federação.

Nesse cenário, favorável à educação a distância, o Cefet/RJ, em 2006, passa a integrar o Consórcio Cederj (Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro⁸). Para tanto, o Cefet/RJ se comprometeu a ampliar os cursos de educação superior a todo o estado do Rio de Janeiro, ofertando cursos de graduação por meio da modalidade formativa que associa tecnologias da educação a distância às atividades de ensino-aprendizagem presenciais. O primeiro a ser ofertado foi o curso de especialização em Educação Tecnológica, em parceria com o Consórcio Cederj.

⁸ O Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro (Cederj) é um consórcio formado por universidades públicas do estado do Rio de Janeiro – Uerj, UENF, UNIRIO, UFRJ, UFF, UFRRJ, Cefet/RJ – em parceria com a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Fundação Cecierj, com o objetivo de oferecer cursos de graduação a distância, na modalidade semipresencial para todo o estado (Disponível em: <<http://noticias.cefet-rj.br/2011/03/29/cefet-rj-integra-o-consorcio-cederj/>>. Acesso em: 24 jun. 2011).

Com a Universidade Aberta do Brasil (UAB), a instituição se interioriza no estado do Rio de Janeiro, levando educação de qualidade, sobretudo para professores de educação básica, que vislumbram nesse curso uma ascensão na carreira profissional nos mais diversos níveis.

Ainda no âmbito da EAD, em 2012, passou-se a ofertar o curso superior de tecnologia em Gestão de Turismo, que também vem sendo desenvolvido em parceria com o Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro (Cederj). Da mesma forma, vale citar o curso de Engenharia de Produção a distância, desenvolvido em convênio com a Universidade Federal Fluminense (UFF) e o Cefet/RJ, no âmbito do Consórcio Cederj, que passa a ser ofertado em 2015.

Ainda no âmbito das políticas públicas, o Ministério da Educação, em 2007, por meio de articulação da Secretaria de Educação a Distância e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, lançou o Edital 01/2007/SEED/SETEC/MEC, dispondo sobre o Programa Escola Técnica Aberta do Brasil. O e-Tec Brasil, no Cefet/RJ, representou expansão da educação profissionalizante.

Apresenta-se, a seguir, uma projeção da oferta de vagas dos cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação a distância para os anos de vigência do PDI 2015-2019.

Projeção de oferta anual de vagas					
Área profissional	2015	2016	2017	2018	2019
CURSO TÉCNICO EAD					
Administração	450	200	200	200	200
Automação	50	-	-	-	-
Informática	200	100	100	100	100
Mecânica	50	-	-	-	-
Meio Ambiente	400	-	-	-	-
Segurança do Trabalho	900	150	150	150	150
Telecomunicações	400	100	100	100	100
Total	2450	550	550	550	550

CURSOS DE GRADUAÇÃO EAD					
Gestão de Turismo	500	500	500	500	500
Engenharia de Produção	350	400	400	400	400
Total	850	900	900	900	900

CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EAD					
Educação Tecnológica (UAB)	150	280	150	280	150

Fonte: Coord. UAB, Coord. e-TEC, Coord. Tecnol. Gestão Turismo EAD e Coord. de Eng. Produção EAD.

Quantitativo da matrícula anual projetada para o período 2015-2019					
Área profissional	2015	2016	2017	2018	2019
CURSO TÉCNICO EAD					
Administração	-	200	400	400	400
Automação	-	-	-	-	-
Informática	217	100	200	200	200
Mecânica	-				
Meio Ambiente	-				
Segurança do Trabalho	1237	150	300	300	300
Telecomunicações	356	100	200	200	200
Total	1810	550	1100	1100	1100

CURSOS DE GRADUAÇÃO EAD					
Gestão de Turismo	1006	1006	1006	1006	1006
Engenharia de Produção	350	750	1150	1550	1950
Total	1356	1756	2156	2556	2956

CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EAD					
Educação Tecnológica (UAB)	428	430	430	430	430

Fonte: Coord. UAB, Coord. e-TEC, Coord. Tecnol. Gestão Turismo EAD e Coord. de Eng. Produção EAD.

4 CORPO DOCENTE

4.1 Composição e evolução do corpo docente

O Cefet/RJ, em seu quadro de pessoal permanente, conta com servidores docentes e técnico-administrativos com classificação de cargos e empregos comum às demais instituições federais de ensino vinculadas ao Ministério da Educação.

Em se tratando dos docentes, o quadro era constituído pelos integrantes das carreiras de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e do Magistério Superior, ambas com os seguintes regimes de trabalho: tempo parcial, tempo integral e dedicação exclusiva. Com o advento da Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, fica estruturado, a partir de 1º de março de 2013, o Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, composto pelas carreiras de Magistério Superior e de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, estruturando-se, assim, um novo plano de carreira e cargos. Em 2014, foi publicado o Decreto nº 8.260, de 29 de maio de 2014, que dispõe sobre o banco de professor-equivalente do ensino básico, técnico e tecnológico e sobre o quadro de lotação dos cargos dos níveis de classificação “C”, “D” e “E”, integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação.

Como se depreende, no período que correspondeu ao PDI 2010-2014, aconteceram importantes mudanças referentes à legislação que disciplina a carreira dos servidores docentes, pois a criação do “banco” propicia um promissor instrumento de

gestão de pessoal, já que faculta ao Cefet/RJ, independentemente de prévia autorização dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Educação, realizar concurso público e prover cargos de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, o que viabiliza a renovação e expansão do quadro da carreira EBTT. Já a carreira de Magistério Superior, nesta instituição, não foi agraciada com os benefícios que acarretam a disponibilização do banco de equivalência.

Ao final do ano de 2009, a instituição, tanto no *campus* Maracanã, quanto nos demais *campi*, contava com um número de docentes integrantes das carreiras de Magistério Superior e Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico das IFES insuficiente para responder a todos os compromissos institucionais, principalmente se levado em conta o processo de expansão/interiorização projetado na consolidação dos novos *campi*. Não apenas o quantitativo de docentes, mas também o de servidores técnico-administrativos, apresentava essa defasagem.

Nesse sentido, as políticas de organização e gestão de pessoal que conduziram o desenvolvimento institucional no período de vigência do PDI 2010-2014 voltaram-se à constituição de um quadro de recursos humanos que, em termos de quantitativo e perfil docente e técnico-administrativo, pudesse responder pertinentemente à diretriz de ampliação, aperfeiçoamento e sustentabilidade das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão consubstanciadas no projeto pedagógico de universidade tecnológica pretendida.

Assim, em dezembro de 2014, era este o quantitativo global de servidores do quadro permanente institucional:

Docentes por titulação e carreira							
Titulação	Carreira	Mag. Superior		Mag. EBTT		TOTAL	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
Doutorado		70	60,86	163	25,04	233	30,47
Mestrado		34	29,57	365	57,07	399	52,90
Especialização/Aperfeiçoamento		5	4,35	79	12,29	84	11,09
Graduação		6	5,22	36	5,60	42	5,54
TOTAL		115	100	643	100	758	100

Fonte: DRH/DIMOV, dez./2014.

Docentes por regime de trabalho							
Regime de trabalho	Carreira	Mag. Superior		Mag. EBTT		TOTAL	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
Dedicação exclusiva		103	89,57	574	89,27	677	89,31
40 horas (tempo integral)		5	4,34	21	3,27	26	3,43
20 horas (tempo parcial)		7	6,09	48	7,46	55	7,26
TOTAL		115	100	643	100	758	100

Fonte: DRH/DIMOV, dez./2014.

Docentes por <i>campus</i> de lotação e carreira							
Campus de lotação	Carreira	Mag. Superior		Mag. EBTT		TOTAL	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
Campus Maracanã		99	86,09	360	55,99	459	60,54
Campus Nova Iguaçu		15	13,04	77	11,97	92	12,14
Campus Maria da Graça		1	0,87	38	5,90	39	5,15
Campus Petrópolis		-	-	41	6,38	41	5,41
Campus Nova Friburgo		-	-	34	5,29	34	4,49
Campus Itaguaí		-	-	45	7	45	5,94
Campus Angra dos Reis		-	-	27	4,20	27	3,56
Campus Valença		-	-	21	3,27	21	2,77
TOTAL		115	100	643	100	758	100

Fonte: DRH/DIMOV, dez./2014.

Do ponto de vista quantitativo, isso implicou o preenchimento de vagas existentes e a conquista de novas vagas, bem como autorização de concurso público e provimento de cargos pelos ministérios da Educação e do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Do ponto de vista qualitativo, no caso dos docentes, deverão ser definidos critérios que, a despeito da carreira, considerem as exigências de titulação e regime de trabalho correspondentes às instituições universitárias. Reafirmam-se, aqui, os referenciais de verticalização de ensino e de integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão, segundo os quais docentes da carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico atuam, também, nos cursos de educação superior, assim como docentes da carreira de Magistério Superior são convidados a ministrar disciplinas nos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, e todos podem desenvolver atividades de pesquisa e de extensão.

Situação de vagas docentes por <i>campus</i> de lotação e carreira: dezembro de 2014		
Carreira	Quantitativo de vagas	
	Vagas ocupadas	Vagas disponíveis
Magistério EBTT	643	160
Magistério Superior	115	9*
TOTAL	758	169

Fonte: DRH/DIMOV, 2015.

* Atualmente, não possuímos autonomia para o preenchimento das vagas para o Magistério Superior, visto não ser contemplado no banco de equivalência da instituição.

4.2 Critérios de seleção e contratação

4.2.1 Levantamento das necessidades

O procedimento para seleção e contratação de docentes tem sua origem nos colegiados, isto é, cada Departamento Acadêmico, Coordenação de Curso Técnico ou Coordenação de Disciplina realiza um levantamento de suas necessidades, estabelecendo o perfil (formação) mínimo a ser exigido para a ocupação de cada vaga e indicando os docentes que comporão a banca examinadora.

Esse levantamento é repassado ao Departamento de Ensino correspondente, que, em reunião do Conselho de Dirigentes, após análise criteriosa sobre as reais necessidades e

as prioridades, elabora o quadro das vagas que serão ofertadas, obedecendo à disponibilidade de vagas existente.

4.2.2 Elaboração do edital

O quadro de vagas elaborado no Conselho de Dirigentes é, então, encaminhado pelo diretor-geral à Coordenação de Concursos (CCONC), que se encarrega de elaborar o edital do concurso.

Esse edital é elaborado em função das normas que regerão o certame, mas obedecendo aos diplomas legais que abrangem o assunto, tais como: a Constituição Federal, a Lei nº 8.112/1990 e suas alterações, a Lei nº 9.784/1999, o Decreto Presidencial nº 6.593/1998, o Decreto Presidencial nº 6.593/1998, o Decreto Presidencial nº 6.944/2009 e a Lei nº 12.772/2012.

4.2.3 Realização do concurso

Em função da natureza da vaga a ser ofertada, a Coordenação de Concursos pode dar início a um Processo Seletivo Simplificado ou a um Concurso Público conforme as considerações estabelecidas por lei e pelo regimento interno

4.3 Procedimentos para substituição de professores do quadro

A Lei nº 8.745, publicada no Diário Oficial da União de 10 de dezembro de 1993, prevê em seu art. 2º, § 1º, inciso II, incluído pela Lei nº 12.425/2011, que a contratação de professor substituto poderá ocorrer para suprir a falta de professor efetivo em razão de afastamento ou licença, na forma do regulamento.

Nesse sentido, foi publicado, no Diário Oficial da União de 30 de maio de 2014, o Decreto nº 8.260, que dispõe sobre o banco de professor-equivalente do ensino básico, técnico e tecnológico – BPEq – EBTT para as unidades de ensino básico e técnico vinculadas às universidades federais e para o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet/MG), Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ) e Colégio Pedro II.

A criação do banco tem por objetivo fornecer mecanismos necessários para efetuar a reposição das vacâncias de forma automática, semelhantemente ao que foi concedido às universidades federais, mediante os Decretos nº 7.485/2011 e 7.232/2010, e aos Institutos Federais, por meio do Decreto nº 7.312/2010. Este banco não ocorre com o Magistério Superior o que fragiliza as ações de consolidação de novos cursos e de cursos de excelência por seus profissionais já em via de aposentadoria.

Em conformidade com o art. 4º do Decreto nº 8.260/2014, o banco de professor-equivalente será calculado utilizando como referência para cada professor-equivalente o professor do ensino básico, técnico e tecnológico, classe DI, nível 1, com regime de trabalho de quarenta horas semanais e retribuição por titulação no nível de mestrado, que corresponderá ao fator um inteiro.

Em síntese, nos moldes dos incisos II a V do mesmo art. 4º, o banco em questão será calculado a partir da multiplicação da quantidade de professores em cada regime de trabalho, tanto os docentes efetivos como os contratados, pelos fatores constantes do quadro a seguir:

Cargo/Contrato	Carga horária/ Regime de trabalho	Fator de equivalência
Professor do EBTT efetivo	Dedicação Exclusiva	1,59
Professor do EBTT efetivo	40 horas	1,00
Professor do EBTT efetivo	20 horas	0,67
Professor substituto e visitante	40 horas	1,00
Professor substituto e visitante	20 horas	0,67

4.4 Política de Capacitação do Pessoal Docente

O órgão colegiado com competência para assessorar o CODIR na formulação e no acompanhamento da execução da Política de Pessoal Docente do Cefet/RJ é a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), cujos membros são eleitos por seus pares, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.772/2012 e a Lei nº 12.863/2013.

Vinculada à Direção-Geral, a CPPD é constituída por um Comitê Central, sediado no *campus* Maracanã, e por Núcleos Permanentes de Pessoal Docente (NPPDs) localizados nos demais *campi* (Resolução nº 24/2013).

O Comitê Central é formado por três representantes da Carreira de Magistério Superior (MS) e três do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT). Já os NPPDs são compostos por apenas um representante de cada carreira (MS e EBTT), quando existir mais de uma.

Constituem atribuições da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), estabelecidas na Lei nº 12.772/2012 (art. 26, §1º):

- o dimensionamento da alocação de vagas docentes nas unidades;
- a contratação e admissão de professores efetivos e substitutos;
- a alteração do regime de trabalho docente;
- a avaliação do desempenho para fins de progressão e promoção funcional;
- a solicitação de afastamento de docentes para aperfeiçoamento, especialização, mestrado, doutorado ou pós-doutorado;
- a liberação de professores para programas de cooperação com outras instituições, universitárias ou não.

O Plano de Capacitação dos Docentes está em tramitação na Comissão porém ainda não foi aprovado e existe a intenção de implementá-lo no próximo quadriênio

5 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

5.1 Composição e evolução do corpo técnico-administrativo

O corpo técnico-administrativo do Cefet/RJ é composto pelos servidores de nível básico, médio e superior, permanentes, que têm sob sua responsabilidade a execução das atividades técnicas e de apoio administrativo necessárias ao bom funcionamento da instituição.

O Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação é estabelecido pela Lei nº 11.091/2005, sendo dividido em cinco níveis de classificação: A, B, C, D e E. Esses níveis são conjuntos de cargos de mesma hierarquia, classificados a partir do requisito de escolaridade, nível de responsabilidade, conhecimentos, habilidades específicas, formação especializada, experiência, risco e esforço físico para o desempenho de suas atribuições. O quadro de pessoal da instituição conta atualmente com as classes C, D e E, cada uma dessas classes divide-se ainda em quatro níveis de capacitação (I, II, III e IV).

O ingresso nos cargos técnico-administrativos ocorrerá no padrão inicial do primeiro nível de capacitação do respectivo nível de classificação por concurso público de provas, sendo observada rigorosamente a escolaridade exigida para cada nível de classificação, conforme estabelecido em lei.

O desenvolvimento do servidor na carreira dar-se-á pela mudança de nível de capacitação (Progressão por Capacitação) ou padrão de vencimento (Progressão por Mérito Profissional), conforme estabelecido em lei.

O Cefet/RJ conta, em seu quadro de servidores técnico-administrativos, com 578 (quinhentos e setenta e oito) servidores distribuídos nos diversos níveis da carreira, conforme apresentado no quadro abaixo.

Técnico-administrativos por nível de classificação e escolaridade real – Dezembro/2014										
Nível de classificação	Escolaridade concluída							Ensino fundam. incomp.	TOTAL	
	Doutorado	Mestrado	Especial.	Graduação	Ensino médio técnico	Ensino médio	Ensino fundam.		Nº	%
A	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
B	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0%
C	0	0	18	10	7	22	14	30	101	18%
D	0	24	83	56	41	58	3	1	266	46%
E	4	48	88	69	1	0	0	0	210	36%
TOTAL	4	72	189	135	49	80	17	32	578	100%
%	1%	12%	33%	23%	8%	14%	3%	6%		

Fonte: DRH/DIMOV, dez./2014.

Entre o período de 2009 e 2014, a instituição apresentou aumento de 22% das vagas ocupadas, obtendo uma ampliação significativa do corpo de servidores técnico-administrativos, como mostra o quadro a seguir:

Situação do quadro de vagas de técnico-administrativos no Cefet/RJ: Dezembro/2014		
Nível de classificação	Quantitativo de vagas	
	Vagas ocupadas	Vagas disponíveis
A	0	0
B	1	1
C	101	120

D	266	322
E	210	243
TOTAL	578	686

Fonte: DRH/DIMOV, dez./2014.

Com essa nova realidade de quantitativo de servidores, em face da expansão da instituição, o Cefet/RJ entende que é de suma importância implantar políticas de gestão de pessoas, visando à qualificação e à capacitação de pessoal, qualidade de vida, segurança, saúde, além de apresentar um quadro de pessoal que esteja quantitativamente adequado.

Em relação à titulação, o Cefet/RJ conta com um corpo de técnico-administrativos bem qualificado, com 69% de seus servidores com ensino superior e 46% com titulação de pós-graduação, distribuídos entre especialização, mestrado e doutorado.

5.2 Critérios de seleção e contratação

Os requisitos utilizados na seleção dos servidores são estabelecidos a partir da legislação que regulamenta o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. É definido por meio dessa legislação que o processo seletivo ocorra por meio de concurso público.

Em 2014, com a previsão da entrada dos aprovados no concurso do edital nº 11/2014, o Departamento de Recursos Humanos elaborou o “Manual de Integração e Acolhimento” a ser entregue para os servidores que estavam sendo admitidos na instituição, bem como criou a “Seção de Admissão de Pessoal”, com a finalidade de controlar as convocações e admissões dos servidores docentes e técnico-administrativos dos editais vigentes.

O Cefet/RJ, também em 2014, iniciou um projeto-piloto no *campus* Maracanã com o objetivo de realizar a lotação dos servidores de maneira mais adequada. Esse trabalho, denominado “Projeto de acolhimento e alocação de novos servidores”, é conduzido pelo Departamento de Recursos Humanos (DRH), por uma equipe multidisciplinar da Divisão de Capacitação (DICAP).

O trabalho consistiu na alocação dos novos servidores levando em consideração uma conciliação entre a necessidade da instituição e o perfil profissional de cada servidor. Nesse primeiro momento, esse processo foi realizado com os cargos para os quais havia mais de uma possibilidade de setor de destino; sendo assim, alguns não foram contemplados.

É importante ressaltar que esse projeto-piloto foi aplicado no *campus* Maracanã, mas há pretensão de ampliação de tal ação para também atender aos outros *campi*.

5.3 Políticas de capacitação de Técnico-Administrativo

O governo federal, por meio do Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal para a Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, que vem sendo implementada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), por meio da Secretaria de Gestão Pública (SEGEP), nos órgãos que compõem o SIPEC devendo ser, portanto, um dos eixos orientadores do trabalho de capacitação a ser implementado. Tem por objetivos melhorar a

efetividade e a qualidade dos serviços prestados e promover o desenvolvimento permanente dos servidores técnico-administrativos, possibilitando sua formação continuada, de forma a superar os desafios impostos e atender aos novos perfis profissionais demandados pelo setor público.

Além dessas referências importantes, consideramos ainda os pressupostos estabelecidos na legislação específica para a elaboração de planos de desenvolvimento dos integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação (PCCTAE), Lei nº 11.091/2005, bem como a Portaria nº 27/2014 do Ministério da Educação (MEC).

A Divisão de Capacitação e Desenvolvimento (DICAP) DO Departamento de Recursos Humanos é responsável pela política de desenvolvimento de pessoal que está pautada na natureza dinâmica do fazer da instituição, no desenvolvimento permanente do quadro de pessoal, na garantia da qualidade dos processos de trabalho e, também, na participação dos servidores. Para garantir o objetivo de desenvolver e qualificar os servidores técnico-administrativos em educação, as estratégias utilizadas são:

- programas de capacitação que contribuam para o aperfeiçoamento dos servidores;
- convênios com outras instituições para a oferta de cursos de educação formal que visem à qualificação do servidor;
- participação de servidores em eventos externos de capacitação (seminários, congressos, reuniões técnicas, cursos, entre outros).

6 CORPO DISCENTE

6.1 Formas de acesso

6.1.1 Educação profissional técnica de nível médio

O processo seletivo é realizado pelo próprio Cefet/RJ, através de concurso público que se divide em duas fases.

A primeira fase, de caráter eliminatório e classificatório, constitui-se de uma prova objetiva com questões, distribuídas pelas disciplinas do ensino fundamental, com questões de Língua Portuguesa, de Matemática, de Ciências (Física, Química e Biologia) e de Estudos Sociais (História e Geografia).

Nessa primeira fase, habilitam-se a passar para a próxima um número de candidatos igual ao dobro do número de vagas oferecidas.

A segunda fase, igualmente de caráter classificatório e eliminatório, constitui-se de uma prova discursiva, composta de uma Redação e de questões de Matemática.

Tanto na passagem da primeira para a segunda fase, como no resultado final, a Lei nº 12.711 (Lei das Cotas) é aplicada.

A seguir, apresentam-se os dados do processo seletivo de 2014:

<i>Campus</i>	Cursos oferecidos	Período	Turno	Vagas	Vagas
Angra Dos Reis	Mecânica	1º Sem.	Tarde	40	80
		2º Sem.	Tarde	40	
Itaguaí	Mecânica	Anual	Manhã	40	80
		Anual	Tarde	40	
Maracanã	Administração	Anual	Manhã	32	32
	Edificações	Anual	Manhã	32	64
		Anual	Tarde	32	
	Eletrônica	Anual	Manhã	32	64
		Anual	Tarde	32	
	Eletrotécnica	Anual	Manhã	32	64
		Anual	Tarde	32	
	Estradas	Anual	Manhã	32	32
	Informática	Anual	Manhã	32	64
		Anual	Tarde	32	
	Mecânica	Anual	Manhã	32	64
		Anual	Tarde	32	
	Meteorologia	Anual	Manhã	32	32
	Segurança do Trabalho	Anual	Tarde	32	32
Telecomunicações	Anual	Tarde	32	32	
	Anual	Tarde	32		
Maria da Graça	Automação Industrial	Anual	Manhã	30	30
	Manutenção Automotiva	Anual	Tarde	30	30
	Segurança do Trabalho	Anual	Manhã	30	30
Nova Friburgo	Informática	Anual	Integral	40	40
Nova Iguaçu	Automação Industrial	Anual	Integral	36	36
	Enfermagem	Anual	Integral	36	36
	Informática	Anual	Integral	36	36
	Telecomunicações	Anual	Integral	36	36
Petrópolis	Telecomunicações	Anual	Tarde	36	36
Valença	Agroindústria	Anual	Manhã	40	40
	Química	Anual	Manhã	40	40

Fonte: CECONC, 2015.

6.1.2 Educação profissional técnica de nível médio subsequente ao ensino médio

Além dos cursos supracitados, são oferecidos pelo Cefet/RJ cursos de ensino técnico de nível médio para alunos que já tenham concluído o ensino médio e desejem uma formação técnica. Nesse caso, o processo seletivo se dá através de concurso público que se constitui de uma prova objetiva com questões distribuídas pelos programas de Língua Portuguesa e Matemática ministrados no ensino médio.

O quadro abaixo informa as vagas oferecidas no processo seletivo de 2014:

Campus	Cursos oferecidos	Período	Turno	Vagas	Total
Itaguaí	Portos	1º Sem.	Noite	40	80
		2º Sem.	NOITE	40	
Maracanã	Administração	Anual	Noite	40	40
	Edificações	1º Sem.	NOITE	40	80
		2º Sem.	NOITE	40	
	Eletrônica	1º Sem.	NOITE	40	80
		2º Sem.	NOITE	40	
	Eletrotécnica	1º Sem.	MANHÃ	40	80
		2º Sem.	TARDE	40	
	Informática	1º Sem.	TARDE	40	80
		2º Sem.	TARDE	40	
	Mecânica	1º Sem.	NOITE	40	80
		2º Sem.	NOITE	40	
	Segurança do Trabalho	Anual	Noite	40	40
Telecomunicações	1º Sem.	NOITE	40	80	
	2º Sem.	NOITE	40		

Fonte: CECONC, 2015.

6.1.3 Cursos de graduação

O processo seletivo é realizado por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) da Secretaria de Educação Superior/MEC, utilizando exclusivamente as notas obtidas pelos candidatos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Foram oferecidas, no processo seletivo de 2014, as seguintes vagas:

Campus	Cursos oferecidos	Período	Turno	Vagas	Total
Angra Dos Reis	Engenharia Mecânica	1º Sem.	M	35	70
		2º Sem.	M	35	
	Engenharia Metalúrgica	1º Sem.	M/T	25	50
		2º Sem.	M/T	25	
Itaguaí	Mecânica	1º Sem.	N	40	80
		2º Sem.	N	40	
Maracanã	Administração	1º Sem.	T	50	100
		2º Sem.	T	50	
	Ciência da Computação	1º Sem.	T	25	50
		2º Sem.	T	25	
	Engenharia Civil	1º Sem.	T	40	80
		2º Sem.	T	40	
	Engenharia de Controle e Automação	1º Sem.	T	20	40
		2º Sem.	T	20	
	Engenharia Elétrica	1º Sem.	T	20	40
		2º Sem.	T	20	
	Engenharia Eletrônica	1º Sem.	T	20	40
		2º Sem.	T	20	
	Engenharia Mecânica	1º Sem.	M	50	100
		2º Sem.	M	50	
Engenharia de Produção	1º Sem.	M	50	100	

	Engenharia de Telecomunicações	2º Sem.	M	50	40
		1º Sem.	T	20	
	Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais	2º Sem.	T	20	40
		Anual	M/T	40	
	Superior de tecnologia em Gestão Ambiental	1º Sem.	N	40	80
		2º Sem.	N	40	
Superior de tecnologia em Sistemas para Internet	1º Sem.	N	40	80	
	2º Sem.	N	40		
Nova Friburgo	Licenciatura em Física	1º Sem.	N	40	80
		2º Sem.	N	40	
	Sistemas de Informação	1º Sem.	N	40	80
		2º Sem.	N	40	
	Superior de tecnologia em Gestão De Turismo	1º Sem.	N	40	80
		2º Sem.	N	40	
Nova Iguaçu	Engenharia de Controle e automação	1º Sem.	N	36	72
		2º Sem.	N	36	
	Engenharia Mecânica	1º Sem.	N	36	72
		2º Sem.	N	36	
	Engenharia de Produção	1º Sem.	N	36	72
		2º Sem.	N	36	
Petrópolis	Engenharia de Computação	1º Sem.	M	25	50
		2º Sem.	M	25	
	Licenciatura em Física	1º Sem.	N	40	80
		2º Sem.	N	40	
	Turismo	1º Sem.	N	40	80
		2º Sem.	N	40	
Valença	Administração	1º Sem.	N	35	70
		2º Sem.	N	35	
	Engenharia de Alimentos	1º Sem.	M/T	25	50
		2º Sem.	M/T	25	

6.1.4 Cursos de pós-graduação

O ingresso nos cursos de pós-graduação da instituição, *stricto e lato sensu*, se dá através de processo seletivo estabelecido em editais públicos aprovados no Conselho de Pesquisa e Pós-graduação.

O quadro apresentado a seguir informa o número de vagas oferecidas nos processos seletivos de 2014 para os programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Programa de pós-graduação	Mestrado	Doutorado	Sub-Total
Eng. de Produção e Sistemas – PPPRO (PPTec até 2014)	15	0	15
Ensino de Ciências e Matemática – PPECM	0	0	0
Eng. Mecânica e Tecnologia de Materiais – PPEMM	37	0	37
Eng. Elétrica – PPEEL	29	0	29

Ciência, Tecnologia e Educação – PPCTE	20	16	36
Relações Étnico-Raciais – PPRER	30	0	30
TOTAL	131	16	147

O quadro apresentado a seguir informa o número de vagas oferecidas nos processos seletivos de 2014 para os cursos de pós-graduação *lato sensu*.

Curso de pós-graduação	Presencial	EAD	Sub-Total
Ensino de Filosofia com Ênfase na Prática Docente	25	0	25
Educação Tecnológica – da UAB	0	319	319
TOTAL	25	319	344

6.1.5 Educação a distância

O acesso aos cursos de educação a distância oferecidos pelo Cefet/RJ é estabelecido por meio de editais, onde são apresentadas também as exigências requeridas para cada curso.

O ingresso aos cursos de graduação a distância oferecidos pelo Cefet/RJ por meio do Consórcio Cederj é realizado

- por meio do Vestibular Cederj, que acontece duas vezes por ano;
- usando a nota obtida no último Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) realizado. Para isso, no ato da inscrição, o candidato deve expressar a sua vontade informando o número da sua inscrição no Enem. Antes da data marcada para a prova, é divulgado o resultado dos aprovados pelo Enem. Aqueles que não forem classificados automaticamente poderão fazer a prova.

O processo seletivo para os cursos técnicos a distância oferecidos pelo Cefet/RJ é realizado por meio de sorteio aberto ao público.

O acesso ao curso de pós-graduação *lato sensu* de especialização em Educação Tecnológica na modalidade a distância oferecido pelo Cefet/RJ ocorre através de processo seletivo que compreende duas etapas: análise da validade dos documentos – de caráter eliminatório – e análise do *curriculum vitae* comprovado e do memorial/redação – de caráter eliminatório e classificatório. A seleção dos candidatos será realizada por uma Comissão de Seleção designada para tal fim e constituída de servidores pertencentes ao quadro permanente do Cefet/RJ.

É importante ressaltar que os candidatos deverão obedecer aos critérios mínimos estabelecidos nos editais para concorrer às vagas pretendidas.

6.2 Estímulos à permanência

Com o objetivo de colaborar com a permanência do aluno do Cefet/RJ nos diversos cursos de ensino técnico de nível médio em que se encontram regularmente matriculados, buscando diminuir os índices de desistência e de evasão escolar, têm sido desenvolvidas ações em parceria com os coordenadores e com os respectivos professores.

Algumas dessas ações direcionam-se, especialmente, aos alunos do 1º ano e outras a todos os alunos do ensino técnico. Ambas visam oferecer um suporte acadêmico e pedagógico no desenvolvimento dos processos de aprendizagem do aluno.

Concretamente, são oferecidas, aos alunos, aulas de apoio. Além disso, há um programa de monitorias em diversas disciplinas, tanto nas do propedêutico quanto nas do técnico, para auxiliar os alunos na compreensão e no aprofundamento dos conteúdos curriculares.

A todos os alunos do ensino técnico de nível médio são oferecidas, também, oportunidades de atendimento pessoal pelos professores das diversas disciplinas, assim como pelos coordenadores, para esclarecer dúvidas e, se for o caso, receber uma indicação mais personalizada sobre a metodologia de estudo mais adequada à disciplina em questão.

Em se tratando da graduação, pode-se dizer que a existência de programas como o Programa de Monitoria, o Programa Jovens Talentos para a Ciência e o Programa Ciência sem Fronteiras atuam como estímulo à permanência do aluno do ensino superior e consequente diminuição da evasão e retenção. O corpo docente dispõe de carga horária para atendimento aos alunos fora da sala de aula, o que vem a contribuir nesse sentido. Encontra-se em planejamento a criação da Comissão de Acompanhamento Desempenho Discente (CADD), com o intuito de orientar e auxiliar alunos de graduação com dificuldades acadêmicas.

6.3 Programas de apoio pedagógico e financeiro

Todos os *campi* do Sistema Cefet/RJ possuem um setor de apoio pedagógico composto por técnicos educacionais e pedagogos. No *campus* Maracanã, esse setor, denominado DIAPE, conta com a presença também de psicólogos. O setor pedagógico, entre outras atividades, atua na orientação e supervisão pedagógica dos cursos técnicos. A Direção de Ensino conta com uma equipe pedagógica constituída por técnicos educacionais para suporte aos projetos pedagógicos dos cursos do Centro Federal.

A DIREN é responsável pelo **Programa de Monitoria**, que oferece bolsas do próprio Cefet/RJ para alunos do ensino técnico de nível médio e do ensino superior de todos os *campi*. Também está sob a responsabilidade da Diretoria de Ensino o **Programa Jovens Talentos para a Ciência**, com bolsas da Capes, e o **Programa Ciência sem Fronteiras**, com bolsas da Capes e do CNPq, ambos voltados para a graduação.

6.3.1 Programa de Assistência Estudantil do Cefet/RJ

O Programa de Assistência Estudantil do Cefet/RJ tem como fundamento a promoção do acesso e da permanência dos alunos da instituição que estejam em condição de vulnerabilidade social e/ou econômica, contribuindo para a sua formação acadêmica. Para que um aluno possa se manter, deve dispor de recursos financeiros mensais mínimos para custeio de traslado, alimentação, compra de alguns livros, reprodução de apostilas, notas de aula e materiais didáticos complementares. Nesse sentido, o Cefet/RJ desenvolve políticas de assistência estudantil, tanto para estudantes da graduação quanto para o ensino profissional técnico de nível médio. O Centro Federal disponibiliza recursos próprios e oriundos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), com vistas a diminuir os índices de evasão escolar, e investe na contratação e capacitação de profissionais com o objetivo de implantar um eficiente acompanhamento sociopedagógico.

Considerando os alunos que se enquadram na situação mencionada, a política de atendimento do Cefet/RJ está fundamentada em três programas que contemplam bolsas de permanência, a saber:

a) Programa de Auxílio-Alimentação (PAA), destinado a atender os estudantes que não dispõem de recursos financeiros suficientes para alimentação durante sua permanência na instituição;

b) Programa de Auxílio ao Estudante com Deficiência (PAEDE), destinado a facilitar a acessibilidade, permanência e formação de qualidade aos estudantes com necessidades específicas;

c) Programa de Auxílio Emergencial (PAEm), destinado a minimizar as dificuldades socioeconômicas emergenciais que comprometem a permanência do estudante na instituição.

6.3.2 Programa de Bolsas de Extensão (PBEXT)

O Programa de Bolsa de Extensão (PBEXT) do Cefet/RJ, que se destina a estudantes da educação superior e do ensino profissional técnico de nível médio, nas modalidades integrada e subsequente do Cefet/RJ, tem como objetivo o desenvolvimento de atividades de extensão com a ampliação e o fortalecimento da interação da instituição com as comunidades interna e externa. É gerido pela Diretoria de Extensão (DIREX) e pelo Departamento de Extensão e Assuntos Comunitários (DEAC).

Os bolsistas selecionados são vinculados a programas e/ou projetos com objetivos específicos e prazos determinados, visando a um resultado de mútuo interesse para a sociedade e a comunidade acadêmica. Eles são submetidos a uma Comissão de Avaliação, indicada pelo Conselho de Extensão (CONEX), que atua nas condições expostas em editais anuais.

Com a crescente demanda e interesse da comunidade interna na apresentação de projetos de extensão, impõe-se um desafio neste período, o de uma maior participação em editais externos de órgãos de fomento que contribuam com a consolidação da política extensionista no Cefet/RJ.

6.3.3 Programa de Monitoria

O Programa de Monitoria do Cefet/RJ é uma ação, coordenada pela Diretoria de Ensino, que tem como objetivos:

- despertar no aluno o interesse pela carreira docente;
- estimular a interação e a cooperação entre os corpos docente e discente;
- intensificar valores fundamentais à formação acadêmica, como responsabilidade e comprometimento;
- promover um aperfeiçoamento do processo de ensino e aprendizagem.

Como consequência, o Programa de Monitoria torna-se um instrumento estratégico importante para a permanência estudantil e para a formação acadêmica de qualidade.

As bolsas são distribuídas proporcionalmente conforme o número de alunos matriculados por curso, assim todos os cursos de todos os *campi* são contemplados.

Em 2015, o Programa de Monitoria do Cefet/RJ disponibilizou 220 bolsas, sendo 130 no valor de R\$ 250,00 cada para o ensino técnico de nível médio e 90 no valor de R\$ 350,00 cada para o ensino superior. Como a demanda institucional por monitores é maior do que a oferta de bolsas, há também a possibilidade de monitoria voluntária, com alunos desenvolvendo atividades sem uma contraprestação pecuniária.

6.3.4 Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)

A Diretoria de Pesquisa e Pós-graduação (DIPPG) possui programas de bolsas para alunos dos diversos níveis de ensino: médio e superior. Os programas contam com recursos próprios da instituição e de órgãos de fomento.

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), nas modalidades para a graduação e para o ensino técnico de nível médio, é vital para a institucionalização da pesquisa no Centro Federal, pois permite integrar alunos de graduação e do ensino técnico de nível médio às atividades de pesquisa desenvolvidas no Cefet/RJ. Assim, em 2014, o PIBIC conta com um total de 143 bolsas: 53 do CNPq e 90 do Cefet/RJ. Existe a participação de docentes orientadores lotados em diferentes departamentos acadêmicos, o que fortalece a integração entre os dois níveis de ensino já observada nos grupos de pesquisa e nos programas e cursos de pós-graduação.

6.3.5 Programa Jovens Talentos para a Ciência

O Programa Jovens Talentos para a Ciência foi criado em fevereiro de 2012, por uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC), através da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). O programa visa estimular e preparar os estudantes recém-ingressos na instituição no desenvolvimento de habilidades relacionadas à pesquisa científica e participação em programas como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) da Capes, Programa Ciência sem Fronteiras, Programa de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq) ou outros de iniciativa da instituição.

6.3.6 Programa Ciência sem Fronteiras

O Programa Ciência sem Fronteiras foi instituído por meio do Decreto da Presidência da República, de nº 7.642, de 13 de dezembro de 2011. O programa em questão busca promover a consolidação, a expansão e a internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. A iniciativa é fruto de esforço conjunto dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC), por meio de suas respectivas instituições de fomento – CNPq e Capes –, e Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico do MEC.

6.4 Organizações estudantis

6.4.1 Grêmios

Grêmios estudantis constituem instituições sem fins lucrativos, articuladas independentemente de partidos políticos, formadas por alunos regularmente matriculados e frequentes nos cursos médio e técnico (sejam esses presenciais ou a distância) de determinada entidade educacional.

Conforme institui a Lei nº 7.398/85 (Lei do Grêmio Livre), no *caput* do seu artigo 1º,

Aos estudantes de estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus fica assegurada a organização de Estudantes como entidades autônomas representativas dos interesses dos estudantes secundaristas com finalidades educacionais, culturais, cívicas esportivas e sociais.

Assim sendo, foi autorizada a formação de grêmios estudantis no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca.

Os grêmios estabelecidos nos diversos *campi* do Cefet/RJ, dentre os quais, Maracanã, Nova Iguaçu, Maria da Graça e Angra dos Reis, têm por finalidade melhorar a qualidade de vida e da educação dos alunos sem qualquer distinção de raça, credo político ou religioso, orientação sexual ou quaisquer outras formas de discriminação, estimulando o interesse de todos na construção de soluções para os problemas da escola, contribuindo para formar, assim, cidadãos conscientes, participativos e multiplicadores desses valores.

No cumprimento de suas finalidades, é permitido aos grêmios organizar ações na área social, cultural, esportiva, educacional e política não partidária, realizando eventos, cursos, debates, palestras, campeonatos, concursos e outras atividades. Para tal, são firmados contratos e convênios diretos e indiretos com entidades públicas e privadas ou do terceiro setor.

6.4.2 Diretório Central dos Estudantes

O Diretório Central dos Estudantes do Cefet/RJ, designado DCE Cefet/RJ, é o órgão de representação máxima dos estudantes de graduação e pós-graduação do Centro Federal de Ensino Tecnológico Celso Suckow da Fonseca.

Na qualidade de entidade representativa dos estudantes, o DCE pode articular os direitos dos estudantes junto à Administração, lutar pelas pautas de seu interesse a nível municipal, estadual e federal, bem como organizar eventos acadêmicos e sociais, dentre outras ações.

O DCE Cefet/RJ integra a rede do movimento estudantil nacional, que é composto por CAs, DAs, DCEs, União Estadual de Estudantes e União Nacional de Estudantes. Constitui uma associação civil sem fins lucrativos, sem filiação partidária, livre e independente de órgãos públicos e/ou governamentais, de duração indeterminada, com sede na Avenida Maracanã, 229, na cidade do Rio de Janeiro.

6.5 Acompanhamento dos egressos

A Diretoria de Gestão Estratégica (DIGES), juntamente com a Diretoria de Extensão (DIREX) está elaborando um plano de acompanhamento de egressos. O plano compreenderá a administração de banco de dados, o acompanhamento das empresas empregadoras dos egressos e a realização de um encontro anual.

7 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

7.1 Estrutura organizacional e instâncias de decisão

A estrutura organizacional reflete a forma como são estabelecidas as relações entre os níveis hierárquicos e as diferentes atividades executadas de uma instituição. No caso

do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ), o Estatuto⁹ vigente define como princípios norteadores de sua organização: i) a manutenção da unidade de administração e patrimônio; ii) a flexibilidade de ensino, pesquisa e extensão ajustável às condições circunstanciais da vida socioeconômica da comunidade; iii) a estrutura orgânica que lhe permita manter-se fiel aos princípios fundamentais de planejamento, coordenação, descentralização pela delegação de competência e o indispensável controle; iv) o desenvolvimento de educação continuada, integrando nível médio e superior, através da oferta de cursos, projetos e programas no âmbito de ensino, pesquisa e extensão.

Portanto, entende-se que a estrutura deve ratificar o caráter flexível e sistêmico pretendido pela instituição, refletindo a composição das instâncias de decisões administrativas e suas diferentes relações, e, mais do que isso, demonstrar a maneira pela qual o Centro Federal se articula para responder às necessidades acadêmicas, institucionais e da sociedade perante os desafios diante dele colocados.

Atualmente, a estrutura organizacional básica do Cefet/RJ apresenta a seguinte composição:

Órgão colegiado: Conselho Diretor

Órgãos executivos:

- Direção-Geral:
 - Vice-Direção-Geral
 - Assessorias Especiais
 - Gabinete
- Diretorias sistêmicas:
 - Diretoria de Administração e Planejamento
 - Diretoria de Ensino
 - Diretoria de Pesquisa e Pós-graduação
 - Diretoria de Extensão
 - Diretoria de Gestão Estratégica

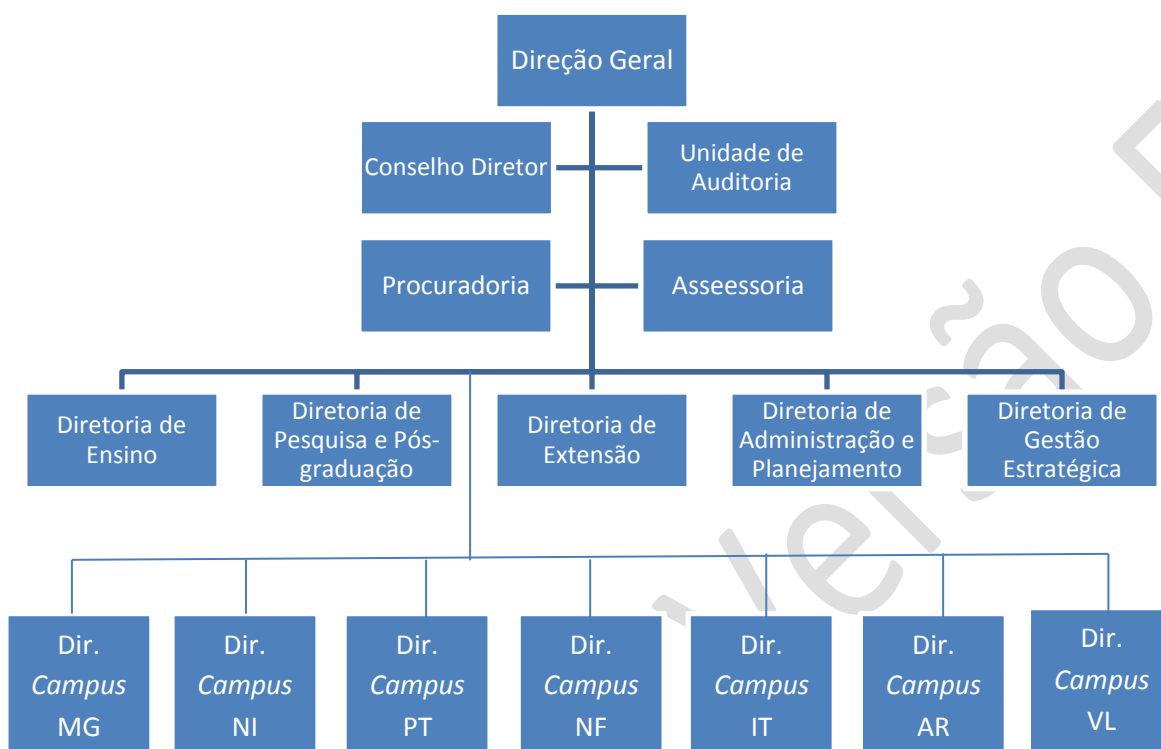
Órgão de Controle: Auditoria Interna

- Diretorias dos *campi*

A figura abaixo apresenta o organograma funcional simplificado da instituição. Ao final do documento, o Anexo I detalha o organograma do Centro Federal até o nível de Divisões e Coordenadorias, não contemplando os níveis de Setores ou Seções etc.

⁹ Aprovado na Portaria nº 3.796, de 1º de novembro de 2005.

Organograma Funcional



Segue, ainda, uma tabela¹⁰ com o intuito de informar as principais competências das citadas áreas ou subunidades estratégicas, bem como seus titulares responsáveis vigentes.

Órgão Colegiado			
Área estratégica	Competências	Titular	Cargo
Conselho Diretor	Deliberar sobre assuntos de interesse do Centro Federal, tais como: a política geral apresentada pela Direção-Geral nos âmbitos administrativo, econômico-financeiro e de ensino, pesquisa e extensão por meio de resoluções; a submissão ao Ministério da Educação de proposta de alteração de Estatuto ou Regimento Geral; o orçamento anual; a prestação de contas; os bens patrimoniais; o balanço físico anual; as contribuições e emolumentos internos; a deflagração do processo de escolha, pela comunidade, de nome a ser indicado ao Ministério da Educação para o cargo de diretor-geral; os processos de eleições internas; a criação	Carlos Henrique Figueiredo Alves	Presidente / Diretor-Geral

¹⁰ Dados referentes a 2014 e sujeitos a alterações ao longo do período de vigência do PDI.

	de novos cursos; a autorização de contratação, concessão onerosa ou parcerias em eventuais áreas rurais e infraestrutura, dentre outros, produzindo resoluções institucionais.		
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--

Órgãos Executivos¹¹			
Área estratégica	Competências	Titular	Cargo
Direção-Geral	Responsável pela direção administrativa e pelas políticas internas e externas do Centro Federal.	Carlos Henrique Figueiredo Alves	Diretor-geral
Diretoria de Ensino	Coordenar, planejar, avaliar e controlar as atividades de apoio e desenvolvimento do ensino em consonância com as Diretorias de Pesquisa e Pós-graduação e Extensão, visto ser uma área fim da instituição.	Gisele Maria Ribeiro Vieira	Diretora de Ensino
Diretoria de Pesquisa e Pós-graduação	Coordenar, planejar, avaliar e controlar as atividades de apoio e desenvolvimento da pesquisa e do ensino de pós-graduação, em consonância com as Diretorias de Ensino e Extensão, , visto ser uma área fim da instituição.	Pedro Manuel Calas Lopes Pacheco	Diretor de Pesquisa e Pós-graduação
Diretoria de Administração e Planejamento	Prover e executar as atividades relacionadas à administração de pessoal e, ainda, ao planejamento orçamentário e execução financeira e contábil do órgão.	Inessa Laura Salomão*	Diretor de Administração e Planejamento
Diretoria de Extensão	Coordenar, planejar, avaliar e controlar as atividades de apoio e desenvolvimento relativas às ações de extensão da instituição, em consonância com as Diretorias de Ensino e de Pesquisa e Pós-graduação, visto ser uma área fim da instituição.	Maria Alice Caggiano de Lima	Diretora de Extensão
Diretoria de Gestão Estratégica	Coordenar a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional, bem como acompanhar a execução dos planos e projetos, e ainda fornecer as informações relativas ao desempenho do Centro Federal.	Úrsula Gomes Rosa Maruyama*	Diretor de Gestão Estratégica
Campi	Buscar a promoção das ações de ensino, pesquisa e extensão no âmbito dos <i>campi</i> .	Tiago Siman Machado	Diretor do <i>campus</i> Angra dos Reis
		Luiz Diniz Corrêa	Diretor do <i>campus</i> Itaguaí
		Luiz Cláudio Ribeiro Rodrigues	Diretor do <i>campus</i> Maria da Graça

¹¹ Alguns cargos de direção, indicados por * apresentam os servidores que ocuparam o cargo de direção no momento de aprovação e liberação deste PDI (dados atualizados), não representando necessariamente o período inicial de vigência do mesmo.

		Bianca de França Tempone Felga de Moraes*	Diretora do <i>campus</i> Nova Friburgo
		Luane da Costa Pinto Lins Fragoso*	Diretor do <i>campus</i> Nova Iguaçu
		Frederico Ferreira de Oliveira	Diretor do <i>campus</i> Petrópolis
		Fabiano Alves de Oliveira	Diretor do <i>campus</i> Valença

Órgão de Controle			
Área estratégica	Competências	Titular	Cargo
Auditoria Interna	Verificar o desempenho da gestão institucional visando comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos, emitindo pareceres prévios relativos à prestação de contas anual da instituição, bem como de tomada de contas especiais.	Luciana Sales Marques	Auditora Chefe

Assessoria Jurídica	
1.1.1.1 Área estratégica	Competências
Procuradoria	A Procuradoria Federal, junto ao Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ), no Rio de Janeiro, é um órgão vinculado à Procuradoria Geral Federal – Advocacia Geral da União e presta assessoria e consultoria sobre assuntos inerentes às atividades da instituição, além de atuar na representação judicial e extrajudicial do Centro.

Em nível sistêmico, compõem instâncias de decisão colegiada:

- Conselho Diretor;
- Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE);
- Conselho de Ensino (CONEN);
- Conselho de Pesquisa e Pós-graduação (COPEP);
- Conselho de Extensão (CONEX);

Por fim, cabe salientar que cada *campus* apresenta um Conselho responsável pelas decisões operacionais locais.

7.2 Órgãos colegiados: competência e composição

Esta seção destina-se a fornecer, de maneira sucinta, informações relativas à atuação, competência e composição dos órgãos colegiados supracitados. Em outras palavras, abordará a estrutura de governança do Cefet/RJ.

O Conselho Diretor (CODIR) constitui órgão deliberativo e consultivo da administração superior do Cefet/RJ. Ao CODIR compete, entre outras atribuições definidas no Estatuto do Centro Federal, estabelecer uma política geral deste, deliberando sobre planos administrativo, econômico-financeiro e de ensino, pesquisa e extensão, por meio de resoluções. Ademais, o Conselho configura instância máxima recursal da instituição.

Integrado por dez membros, todos nomeados pelo ministro de Estado da Educação, tem como presidente o diretor-geral e, ademais, representação dos docentes do ensino básico, técnico e tecnológico e do magistério superior, dos servidores técnico-administrativos, dos discentes e do Ministério da Educação, da Federação da Indústria, da Federação do Comércio, da Federação da Agricultura, Pecuária e Pesca, e dos ex-alunos.

Abaixo dele, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) é um órgão colegiado autônomo, ao qual compete deliberar e normatizar no que concerne a essas atividades acadêmicas do Centro, cabendo-lhe, entre outras atribuições, elaborar e encaminhar a Política Institucional de Ensino, Pesquisa e Extensão, ouvidas as propostas dos respectivos conselhos especializados, para homologação do Conselho Diretor. O CEPE também funciona como câmara recursal dos conselhos temáticos existentes (Ensino, Pesquisa e Pós-graduação e Extensão).

Integram o CEPE: o diretor-geral, que o preside; os diretores sistêmicos; os diretores dos *campi*; representantes do Conselho de Ensino, do Conselho de Pesquisa e Pós-graduação e do Conselho de Extensão, eleitos por seus pares, e representantes discentes desses Conselhos; representantes dos docentes e dos técnico-administrativos, eleitos pela comunidade interna.

Compondo os conselhos especializados, abaixo do CEPE, há o Conselho de Ensino (CONEN), o Conselho de Pesquisa e Pós-graduação (COPEP) e o Conselho de Extensão (CONEX).

O Conselho de Ensino (CONEN) é o órgão consultivo e deliberativo da Direção de Ensino para a definição das diretrizes da política educacional para o ensino de graduação e técnico de nível médio. O Conselho de Pesquisa e Pós-graduação (COPEP) constitui o órgão consultivo, deliberativo e normativo para o ensino de pós-graduação em assuntos de natureza acadêmica e de pesquisa. Ao Conselho de Extensão (CONEX), órgão sistêmico, normativo, deliberativo e consultivo dos Conselhos de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) e do Conselho Diretor (CODIR), cabe estabelecer políticas de desenvolvimento das atividades de extensão do Sistema Cefet/RJ.

Em cada *campus*, compõem instâncias de decisão colegiada as Coordenações de Curso, os Departamentos Acadêmicos e as Coordenadorias de Programas de Pós-graduação. A esses colegiados compete a coordenação didática de cada curso – de ensino médio e educação profissional técnica de nível médio, de graduação e de pós-graduação –, cabendo-lhes, entre outras atribuições: orientar e coordenar as atividades do curso, propondo aos competentes departamentos a indicação ou substituição de docentes; elaborar o currículo do curso, com indicação de ementas, créditos e pré-requisitos das atividades acadêmicas curriculares que o compõem, e referendar os programas dessas atividades; decidir questões relacionadas à matrícula, dispensa e inclusão de atividades acadêmicas curriculares, transferência, continuidade de estudos,

obtenção de novo título e outras formas de ingresso, bem como das representações e recursos contra matéria didática, obedecida a legislação pertinente; coordenar e executar os procedimentos de avaliação do curso.

7.3 Órgãos de apoio às atividades acadêmicas

Os órgãos de apoio às atividades acadêmicas do Cefet/RJ são unidades de natureza técnica, voltadas ao desenvolvimento de serviços especiais, com estrutura administrativa própria, podendo colaborar em programas de ensino, pesquisa, e extensão dando suporte às atividades acadêmicas regulares. São eles:

- Sistema de Bibliotecas;
- Departamento de Tecnologia da Informação (DTINF);
- Divisão de Mídias Educacionais (DIMED);
- Assessoria de Convênios e Relações Internacionais (ASCRI);
- Divisão de Apoio Pedagógico (DIAPE);
- Setor Gráfico.

8 INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS

8.1 Infraestrutura física

As ações relacionadas à infraestrutura física do Cefet/RJ, a saber, projetos que abrangem a ampliação e melhoria das instalações prediais dos *campi* que o compõem, bem como das condições de transporte em serviço, da segurança patrimonial, da limpeza e dos serviços de apoio – nos quais se incluem, por exemplo, mudanças nos ambientes externos – são coordenadas, planejadas e executadas pela Prefeitura.

Subordinada à Direção-Geral (DIREG), situa-se no *campus* Maracanã, onde atua diretamente. Além disso, administra as demandas dos outros *campi*. Dentre as atribuições pertinentes à Prefeitura, podemos citar gestão:

- do uso rotineiro dos espaços de uso comum, bem como estacionamentos e pátios;
- do pessoal terceirizado das atividades de limpeza e conservação interna e externa;
- do transporte em veículos oficiais para atividades de serviços diversos, além do abastecimento e conservação da frota;
- do serviço de vigilância e recepção de portarias;
- dos cadastramentos das áreas físicas da infraestrutura;
- da elaboração de projetos, especificações, orçamentos e cronogramas para obras nos *campi* do Cefet/RJ;
- da execução dos serviços e pequenas obras de manutenção predial;
- da fiscalização de obras em todos os *campi* do Cefet/RJ.

A Prefeitura possui uma Gerência de Engenharia, que se encarrega de coletar as demandas dos outros *campi* para atendimento. Além disso, os *campi* possuem uma

Subprefeitura para administração própria e um entreposto de manutenção, para atender aos pequenos casos de soluções mais simples. Diante das novas contratações de técnicos no exercício de 2014, a Prefeitura do Cefet/RJ está adequada para atender à demanda dos próximos quatro anos. À interiorização dos *campi*, com apoio do poder político local e de empresas públicas e privadas interessadas no desenvolvimento das mesorregiões em que atuam, tem correspondido um grande crescimento da infraestrutura física da instituição. Em termos quantitativos de *campi* e de áreas destinadas às atividades-fim e atividades-meio, pode-se computar uma grande expansão, com aumento significativo da capacidade instalada do Cefet/RJ.

Comparando-se a situação existente em dezembro de 2004 e em dezembro de 2014, tem-se o seguinte quadro:

<i>Campus</i>	Área do terreno(m ²)		Área construída	
	2004	2014	2004	2014
Maracanã (*)	34.352	34.352	48.736	38.046
Maria da Graça	7.213	7.213	15.913	15.913
Nova Iguaçu	68.700	68.700	7.367	9.144
Petrópolis	-	2.238	-	4.972
Nova Friburgo	-	27.791	-	2.996
Itaguaí	-	8.174	-	3.579
Angra dos Reis	-	12.476	-	2.204
Valença	-	3.852	-	2.533

Fonte: DIREG/PREFEITURA, dez./2014.

(*) Incluído o *campus* General Canabarro e excluindo áreas construídas como quadras, pista de atletismo, piscina, estacionamentos e áreas pavimentadas.

Nos últimos anos, o Cefet/RJ, tal como qualquer outra instituição prestadora de serviço público, passou a focar seu trabalho em dois importantíssimos paradigmas: o da sustentabilidade e o da acessibilidade. Esses conceitos nortearam uma série de demandas de serviços e de projetos.

A Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, mais conhecida como Lei da Acessibilidade, busca estabelecer em seu artigo 1º, as normas gerais e os critérios básicos para promover a acessibilidade de todas as pessoas com deficiência, indiferente de qual seja (visual, locomotora, auditiva etc.), ou que apresentam mobilidade reduzida, através da eliminação dos obstáculos e barreiras existentes nas vias públicas, na reforma e construção de edificações, no mobiliário urbano e ainda nos meios de comunicação e transporte. Essa demanda culminou na contratação de um grande projeto, com empresa especializada para fazer a adequação necessária a todos os espaços de todos os *campi*, para permitir a acessibilidade plena, atendendo ao Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004, que substancializou a norma ABNT-NBR 9.050 de 2004.

A questão da sustentabilidade tem sido tratada mais especificamente no edital de novos projetos e obras. Todas as novas construções e acréscimos já estão sendo exigidas em conformidade com o Decreto nº 7.217 de 2010 e demais legislações específicas visando à economia de água, à eficiência energética, à subtração de resíduos, à utilização de conforto ambiental com o menor impacto possível ao meio ambiente.

Dessa forma, foram anotadas as seguintes demandas de obras que deverão ser

realizadas nos próximos quatro anos.

Obras previstas no período de 2015 – 2019

Campus Maracanã			
Especificações / Localização	Objetivo / Destinação	Área (m²)	Previsão
Construção de nova subestação de entrada e modernização da subestação do Bloco C	Manutenção e conservação do patrimônio da instituição	-	Maio de 2015
Construção de quadras poliesportivas cobertas, arquibancadas e vestiários	Área destinada ao corpo discente, docente e técnico-administrativo	1.360,56m ²	-
Construção do Bloco F – 7 pavimentos, sendo dispostos em 23 salas de aula, laboratórios e coordenações	Área destinada ao corpo discente e docente	2.096,50m ²	-
Construção do Bloco G – 4 pavimentos, sendo dispostos em bandeirão, biblioteca, sala de estudos e arquivo	Área destinada ao corpo discente e docente	2.368,95m ²	-
Execução das adaptações aos espaços físicos visando ao atendimento à Norma ABNT nº 9.050, referente à acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos	Atendimento à legislação específica	-	-
Instalação de <i>brise-soleil</i> na fachada do Bloco E	Maior conforto térmico	900 m ²	Em andamento
Instalação de nova subestação nos Blocos F e G e modernização da subestação do Bloco C	Manutenção e conservação do patrimônio da instituição	-	-
Modernização da fachada do Bloco A	Manutenção e conservação do patrimônio da instituição	240 m ²	Em andamento
Pintura do Bloco A	Manutenção e conservação do patrimônio da instituição	4.400 m ²	Em andamento
Pintura do Bloco B	Manutenção e conservação do patrimônio da instituição	860 m ²	Em andamento
Pintura do Bloco C	Manutenção e conservação do patrimônio da instituição	420 m ²	Em andamento
Pintura do Bloco D	Manutenção e conservação do patrimônio da instituição	416 m ²	Em andamento
Pintura do Bloco E	Manutenção e conservação do patrimônio da instituição	8.520 m ²	Em andamento
Pintura do Bloco H	Manutenção e conservação do patrimônio da instituição	400 m ²	Em andamento
Pintura do Bloco I	Manutenção e conservação do patrimônio da instituição	350 m ²	Em andamento
Pintura do Bloco L	Manutenção e conservação do patrimônio da instituição	1.400 m ²	Em andamento
Pintura interna dos Pavilhões 1 ao 6	Manutenção e conservação do patrimônio da instituição	1.472 m ²	Em andamento
Recuperação de fachadas	Manutenção e conservação do patrimônio da instituição	2.710 m ²	Em andamento
Reforma de salas de aula e auditórios do 5º pavimento do Bloco	Área destinada ao corpo discente, docente e técnico-	476 m ²	Em andamento

E com readaptação para sala de estudos da Diretoria de Pesquisa e Pós-graduação (DIPPG)	administrativo		
Reforma de salas de aula e salas administrativas dos Blocos C e I	Área destinada ao corpo discente, docente e técnico-administrativo	853 m ²	Em andamento
Reforma dos sanitários do Bloco C – 2º pavimento	Área destinada ao corpo discente, docente e técnico-administrativo	49 m ²	Em andamento
Reforma dos sanitários do Bloco E	Manutenção e conservação do patrimônio da instituição	231 m ²	Em andamento
Reforma e adequação de 9 salas de aula do Bloco D – 2º andar	Área destinada ao corpo discente, docente e técnico-administrativo	546 m ²	Em andamento
Substituição de elevadores e plataformas, sendo 3 elevadores no Bloco E, 1 elevador no Bloco A, 1 elevador no Bloco L, 1 plataforma no Bloco H e 1 plataforma no <i>Campus III</i>	Manutenção e conservação do patrimônio da instituição	-	-
Substituição de toldo do Bloco C	Manutenção e conservação do patrimônio da instituição	162 m ²	Em andamento
Substituição do piso do Bloco A	Manutenção e conservação do patrimônio da instituição	450 m ²	Em andamento
Substituição do telhado do Bloco A	Manutenção e conservação do patrimônio da instituição	1.060 m ²	Em andamento

Campus Angra dos Reis

Especificações / Localização	Objetivo / Destinação	Área (m²)	Previsão
Execução das adaptações aos espaços físicos visando ao atendimento à Norma ABNT nº 9.050, referente à acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos	Atendimento à legislação específica	-	-

Campus Itaguaí

Especificações / Localização	Objetivo / Destinação	Área (m²)	Previsão
Construção de calçadas	Área destinada ao acesso de usuários		Em andamento
Execução das adaptações aos espaços físicos visando ao atendimento à Norma ABNT nº 9.050, referente à acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos	Atendimento à legislação específica	-	-

Campus Maria da Graça			
Especificações / Localização	Objetivo / Destinação	Área (m²)	Previsão
Construção de biblioteca comunitária		630 m ²	-
Construção de mezanino	Área destinada ao corpo discente, docente e técnico-administrativo	102 m ²	Em andamento
Construção de salas de aula e laboratório	Área destinada ao corpo discente, docente e técnico-administrativo	202 m ²	Em andamento
Execução das adaptações aos espaços físicos visando ao atendimento à Norma ABNT nº 9.050, referente à acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos	Atendimento à legislação específica	-	-

Campus Nova Friburgo			
Especificações / Localização	Objetivo / Destinação	Área (m²)	Previsão
Conclusão dos serviços para salas de aula no 2º pavimento do prédio da biblioteca	Área destinada ao corpo discente, docente e técnico-administrativo	609 m ²	-
Execução das adaptações aos espaços físicos visando ao atendimento à Norma ABNT nº 9.050, referente à acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos	Atendimento à legislação específica	-	-

Campus Nova Iguaçu			
Especificações / Localização	Objetivo / Destinação	Área (m²)	Previsão
Construção de mezanino com salas de reunião, salas de professores e laboratórios de ensino e pesquisa	Área destinada ao corpo discente, docente e técnico-administrativo	170 m ²	Em andamento
Construção de prédio – 4 pavimentos, sendo dispostos em: bandeirão, biblioteca, sala de estudos, arquivo	Área destinada ao corpo discente, docente e técnico-administrativo	3.120 m ²	Março de 2015
Reforma dos sanitários	Área destinada ao corpo discente, docente e técnico-administrativo	330 m ²	Junho de 2015
Execução das adaptações aos espaços físicos visando ao atendimento à Norma ABNT nº 9.050, referente à acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos	Atendimento à legislação específica	-	-

Campus Petrópolis			
Especificações/Localização	Objetivo / Destinação	Área (M²)	Previsão
Execução das adaptações aos espaços físicos visando ao atendimento à Norma ABNT nº 9.050, referente à acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos	Atendimento à legislação específica	-	-

Campus Valença			
Especificações / Localização	Objetivo / Destinação	Área (m²)	Previsão
Construção de prédio destinado a salas de aula e laboratórios com 3 pavimentos	Área destinada ao corpo discente, docente e técnico-administrativo	2.100 m ²	-
Execução das adaptações aos espaços físicos visando ao atendimento à Norma ABNT nº 9.050, referente à acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos	Atendimento à legislação específica	-	-

Por último, apresenta-se, a seguir, o retrato da situação física do Sistema Cefet/RJ, em dezembro de 2014:

Nº de ambientes disponibilizados às atividades acadêmicas e administrativas dos campi								
Ambientes	Campus							
	Maracanã (*)	Maria da Graça	Nova Iguaçu	Petrópolis	Nova Friburgo	Itaguaí	Angra dos Reis	Valença
Salas de aula	102	22	15	18	11	11	12	06
Laboratórios de ensino e oficinas	145	23	33	13	09	21	10	07
Laboratórios de pesquisa	21	-	-	06	-	-	-	-
Salas de Prof./ Coord./ Departam.	98	04	68	10	02	03	04	01
Bibliotecas	01	01	01	01	01	01	01	01
Videotecas	01	01	-	01	-	-	-	-
Auditórios	07	01	01	01	-	01	01	01
Quiosques informatizados	01	-	01	-	-	-	-	01
Salas da Direção	01	01	01	01	03	01	01	-
Secretaria	11	01	01	01	01	01	01	01

Infraestrutura de TIC	15	01	01	01	01	01	01	01
Áreas de atividades administrativas	159	12	07	07	04	05	06	02
Cantinas	01	-	01	-	-	-	01	-
Refeitórios	01	01	-	-	01	-	-	01
Assist. médico-odontológica	03	-	-	-	-	-	-	-
Piscinas	01	-	-	-	-	-	-	-
Quadras cobertas	01	-	-	-	-	-	-	-
Quadras descobertas	03	-	-	-	-	-	01	-
Ginásios poliesportivos	01	01	01	-	-	-	-	-
Campos de futebol	-	-	-	-	-	-	-	-
Pistas de atletismo	01	-	-	-	-	-	-	-
Posto bancário	02	-	-	-	-	-	-	-
Livraria e papelaria	01	-	01	-	-	-	-	-

Fonte: Prefeitura

(*) Incluído o *campus* General Canabarro.

Para se preservar o reconhecido padrão de qualidade dos ambientes dos campi da rede federal de educação, o Cefet/RJ precisará de permanente manutenção da infraestrutura existente, não só pelo fator idade das edificações, mas também pela contínua e elevada taxa de utilização, promovendo obras estruturais de manutenção elétrica e hidráulica, entre outras providências. De outra parte, o avanço científico-tecnológico, com implicações para as atividades de ensino e pesquisa em suas necessidades de utilização de equipamentos e materiais, sempre impôs renovada atenção para a reestruturação de laboratórios e outros ambientes; notadamente, nos últimos anos, para a instalação de redes de suporte a equipamentos de informação e comunicação por meio eletrônico, visando atender, também, aos sistemas gerenciais informatizados, quer acadêmicos, quer administrativos. Todos esses aspectos requerem constantes investimentos e são essenciais para obter-se desenvolvimento.

8.2 Biblioteca

8.2.1 Sistema de Bibliotecas do Cefet/RJ

O Sistema de Bibliotecas do Cefet/RJ foi estabelecido pela Portaria nº 420 de 27 de agosto de 2007 e, atualmente, é composto pela Biblioteca Central, subordinada à Direção-Geral, e pelas bibliotecas dos *campi* de Nova Iguaçu, Maria da Graça, Petrópolis, Nova Friburgo, Itaguaí, Angra dos Reis e Valença, vinculadas às respectivas Gerências Acadêmicas.

Atendendo ao público interno (alunos, docentes e técnico-administrativos) e às comunidades nas quais estão inseridas, atualmente conta com um acervo de mais de 55.000 exemplares de livros, monografias, folhetos, dissertações, teses, obras de referência, CD-ROMs, DVDs, periódicos, normas, mapas, relatórios de estágio e obras em braille.

8.2.2 Atualização e ampliação do acervo

O Sistema mantém uma política de aquisição permanente, por meio de compras e doações, visando à atualização constante do acervo, levando em conta as recomendações do Ministério da Educação (MEC) para os currículos dos cursos oferecidos e buscando garantir a correlação pedagógica entre o acervo e os programas dos cursos.

Pretende-se, nos próximos cinco anos, dar continuidade ao processo de atualização e expansão do acervo, tendo como base os seguintes critérios:

- cursos superiores e técnicos novos: adquirir toda a bibliografia básica e complementar constante nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC);
- cursos já consolidados: adquirir todas as novas bibliografias básicas e complementares necessárias à atualização dos PPC.

Cabe, aqui, salientar que cada *campus* possui recursos estabelecidos internamente para aquisição do acervo bibliográfico, sendo determinados anualmente.

Evolução do acervo bibliográfico no período de 2010-2014				
2010	2011	2012	2013	2014
32.991	39.211	44.879	51.839	55.204

*Valores referentes ao total de exemplares.

Evolução do acervo bibliográfico no período de 2010-2014 por <i>campus</i>										
Campus	2010		2011		2012		2013		2014	
	Títulos	Exemplares	Títulos	Exemplares	Títulos	Exemplares	Títulos	Exemplares	Títulos	Exemplares
Angra dos Reis	-	-	11	15	134	162	315	585	368	716
Biblioteca Central (Maracanã)	8.809	17.179	9.438	18.859	10.185	20.527	11.042	23.485	11.377	26.375
Itaguaí	-	-	-	-	102	518	18	74	113	592
Maria da Graça	338	870	430	979	582	1.147	673	1.488	680	1.523
Nova Friburgo	438	1.960	529	2.197	929	3.655	1.127	4.985	1.331	5.883
Nova Iguaçu	1.729	5.315	2.294	7.323	2.599	8.692	3.030	10.470	3.274	12.191
Petrópolis	454	1.347	943	3.282	1.270	4.241	1.506	4.882	1.691	5.788
Valença	-	-	-	-	85	168	145	285	224	673

* Os *campi* Itaguaí, Angra dos Reis e Valença tiveram sua criação em 2011 (Angra dos Reis) e 2012 (Itaguaí e Valença). O *campus* de Valença foi criado em 2010, porém a biblioteca só começou a funcionar em 2012.

8.2.3 Infraestrutura física

Biblioteca	Área
Angra dos Reis	144,71 m ²
Biblioteca Central (Maracanã)	857,17 m ²
Itaguaí	90,00 m ²
Maria da Graça	91,00 m ²

Nova Friburgo	160,00 m ²
Nova Iguaçu	149,00 m ²
Petrópolis	285,2 m ²
Valença	97,80 m ²

8.2.4 Horário de funcionamento

<i>Campi</i>	Segunda a sexta	Sábados
Angra dos Reis	8h – 19h	
Biblioteca Central (Maracanã)	9h – 21h	-
Itaguaí	9h – 19h	
Maria da Graça	8h – 17h	
Nova Friburgo	9h – 21h	
Nova Iguaçu	9h – 21h	
Petrópolis	10h – 21h	
Valença	9h – 12h / 13h – 21h	

8.2.5 Pessoal técnico-administrativo

<i>Campus</i>	Bibliotecários	Auxiliar em administração	Assistente em administração	Técnico em Assuntos Educacionais
Angra dos Reis	2		1	
Biblioteca Central (Maracanã)	7	2	1	
Itaguaí	2	-	1	
Maria da Graça	2		2	1
Nova Friburgo	2		2	
Nova Iguaçu	2		2	
Petrópolis	2		1	
Valença	2	-	-	

8.2.6 Serviços oferecidos

Dentre os serviços oferecidos pelas bibliotecas, estão: empréstimo domiciliar, empréstimo especial, empréstimo entre as bibliotecas dos *campi* do Cefet/RJ e de outras instituições, elaboração de ficha catalográfica (trabalhos acadêmicos e materiais produzidos pela instituição), acesso ao catálogo *on-line* e ao portal de periódicos da Capes, entre outros.

8.2.7 Metas para vigência do PDI 2015-2019

O Sistema de Bibliotecas do Cefet/RJ tem como principais metas:

- consolidar o Sistema de Bibliotecas do Cefet/RJ;
- buscar melhorias a fim de atender às demandas dos usuários quanto às necessidades de espaço físico;
- desenvolver o *site* do Sistema de Bibliotecas no portal do Cefet/RJ;
- estabelecer critérios para a aquisição e a disponibilização de *e-books* e base de dados digitais, visando ampliar o acesso à informação;
- buscar condições para o aprimoramento ou implementação dos serviços de acesso ao portal de periódicos Capes;
- implementar o Repositório Institucional de Trabalhos Acadêmicos (BDTD/Repositório acadêmico);
- disponibilizar a reserva de livros e renovação *on-line* em todas as bibliotecas da rede;
- ampliação de assinatura de periódicos científicos, estimulando a expansão da pesquisa dentro da instituição;
- ampliação de ações educativas e culturais com os usuários a fim de consolidar o papel das bibliotecas como centro de informação e disseminação de conhecimento e cultura;
- estimular o uso das redes sociais para ampliar a interação entre os usuários e as bibliotecas;
- garantir a capacitação contínua das equipes das bibliotecas da rede.

8.3 Laboratórios

8.3.1 Campus Maracanã

8.3.1.1 Departamento de Ensino Médio e Técnico

Laboratório	Correlação Pedagógica	Área Total (m ²)	Capacidade do Laboratório
Montagem 1	· Ensino técnico de nível médio integrado e subsequente em Eletrônica	20	15 alunos
Montagem 2		20	12 alunos
Circuito Impresso		30	12 alunos
Medidas 1		25	16 alunos
Medidas 2		25	18 alunos
Medidas 3		25	18 alunos
Telecom		22	12 alunos
TV e Mídias		25	18 alunos

Sistemas Digitais – Digital		25	12 alunos
Sistemas Digitais – Microeletrônica		25	12 alunos
Sistemas Digitais – Hardware		38	32 alunos
Máquinas Elétricas (1.1 – Pavilhão 6)	· Ensino técnico de nível médio integrado e subsequente em Elétrica Espaço compartilhado com o curso de Engenharia Elétrica	55	12 alunos
Máquinas Elétricas (1.2 – Pavilhão 6)	· Ensino técnico de nível médio integrado e subsequente em Elétrica	55	12 alunos
Medidas Elétricas (1.3 – Pavilhão 6)		55	21 alunos
Máquinas de Alta Tensão (1.4/1.5 – Pavilhão 6)		110	21 alunos
Eletrônica de Potência (1.6 – Pavilhão 6)		55	10 alunos
Instalações Elétricas (1.7 – Pavilhão 6)		55	21 alunos
Instalações Elétricas (1.8 – Pavilhão 6)		121	15 alunos
Acionamentos Elétricos (1.9 – Pavilhão 6)		121	15 alunos
Eletrônica (2.3 – Pavilhão 6)		45	12 alunos
Simulação (2.4 – Pavilhão 6)		45	20 alunos
Simulação (2.5 – Pavilhão 6)		45	20 alunos
Acionamentos Elétricos (2.6 – Pavilhão 6)		45	18 alunos
Ajustagem Pavilhão 4		· Ensino técnico de nível médio integrado e subsequente em Mecânica	138,60
Automação da Usinagem Pavilhão 5 – sala 105	104		12 alunos
Automação Industrial Pavilhão 5 – sala 103	54,08		12 alunos
Desenho (CAD) Pavilhão 5 – sala M2	67,36		12 alunos
Laboratório	Correlação Pedagógica		Área
		Total (m²)	
Ensaio de Materiais Pavilhão 5 – sala 104		108,16	12 alunos
Fresagem Pavilhão 5 – salas 106, 107 e 110		170,36	12 alunos
Fundição Pavilhão 5 – sala 113		119,56	12 alunos
Instalações Elétricas Pavilhão 5 – salas 108 e 109		85,36	12 alunos
Manutenção Mecânica Pavilhão 5		107,62	12 alunos
Máquinas Especiais de		68,90	12 alunos

Usinagem Pavilhão 5 – sala 114			
Máquinas Térmicas e Refrigeração Pavilhão 5 – sala M3		41,60	10 alunos
Metalografia Pavilhão 5 – sala 112		42,68	12 alunos
Metrologia Pavilhão 3		624	12 alunos
Retífica Pavilhão 5 – sala 111		42,68	12 alunos
Sistemas Fluido-Mecânicos Pavilhão 5 – M4		41,60	12 alunos
Soldagem Pavilhão 4		359,50	12 alunos
Torneamento Pavilhão 4		116,53	12 alunos
Tratamentos Térmicos Pavilhão 5 – sala 112		42,68	12 alunos
Laboratório de Instrumentos Meteorológicos (Bloco A/COMETE/Torre)	Ensino técnico de nível médio em Meteorologia	45	40 alunos
Laboratório de Computação (Bloco A/COMETE/Torre)		35	30 alunos
Laboratório de Análise Sinótica (Bloco A/COMETE/Torre)		30	30 alunos
Laboratório de Análise e Previsão do Tempo (Bloco A/COMETE/Torre)		45	45 alunos
Laboratório de Observação Meteorológica (Estação Meteorológica de Superfície e Altitude) (Bloco A/COMETE/Torre)		100	50 alunos
Laboratório de Turismo (sala 5, Bloco A)	· Ensino técnico de nível médio em Guia de Turismo Regional Espaço compartilhado com os cursos de: · Gestão de Turismo	4	8 alunos*
Laboratório	Correlação Pedagógica	Área	Capacidade do Laboratório
		Total (m²)	
Laboratório de Cultura, Linguagem e Patrimônio Latino-americanos (sala 302, Bloco D)	· Ensino técnico de nível médio em Guia de Turismo Regional Espaço compartilhado com os cursos de: · Gestão de Turismo (TGT) · Línguas Estrangeiras Aplicadas às Relações Internacionais (LEANI) · Programa de Pós-graduação em Relações Étnico-raciais (PPRER)	36	40 alunos
Laboratório de Segurança do	· Ensino técnico de nível médio	25	10 alunos

Trabalho – EPI (sala 103, Bloco I)	em Segurança do Trabalho		
Laboratório de Segurança do Trabalho – Riscos Ambientais e Primeiros Socorros (sala 104, Bloco I)		25	10 alunos
Laboratório de Segurança do Trabalho – Incêndio (sala 101, Bloco J)		20	10 alunos
Laboratório de Segurança do Trabalho – Espaço Confinado (Jardim, Bloco I)		10	02 alunos
Laboratório de Fibra Óptica H200	· Ensino técnico de nível médio integrado em Telecomunicações	55	12 alunos
Laboratório de Redes H201		55	20 alunos
Laboratório de Informática H203		38	24 alunos
Laboratório de Técnicas Digitais H204		25	12 alunos
Laboratório de Telefonia H205		55	32 alunos
Laboratório de Eletricidade H206		25	12 alunos
Montagem 205A		9	8 alunos
Laboratório de Antenas e Transmissão H208		25	12 alunos
Laboratório de Informática 1 Pavilhão 1 – Térreo	· Ensino técnico de nível médio integrado e subsequente em Informática Espaço compartilhado com os cursos de: · Bacharelado Ciência da Computação	75	21 alunos*
Laboratório de Informática 2 Pavilhão 1 – Térreo		75	21 alunos*
Laboratório de Informática 3 Pavilhão 1 – Térreo		75	19 alunos*
Laboratório de Informática 4 Pavilhão 1 – Térreo		75	19 alunos*
Laboratório de Redes Pavilhão 1 – 2º piso, Lab 5		65	16 alunos
Laboratório de Informática 6 Pavilhão 1 – 2º piso		65	17 alunos
Laboratório de Pesquisa Pavilhão 1 – Térreo (Lab 7)		65	20 alunos
Laboratório		Correlação Pedagógica	Área Total (m²)
· Tecnologia das Construções de Edifícios (Pavilhão 2 – Térreo)**		516,48	105 alunos**
Laboratório de Esquadrias (Pavilhão 2 – Térreo)	· Ensino técnico de nível médio integrado e subsequente em Edificações · Engenharia Civil	81	15 alunos
Laboratório de Formas (Pavilhão 2 – Térreo)		81	15 alunos
Laboratório de Alvenarias e Revestimentos (Pavilhão 2 – Térreo)		106,74	20 alunos
Laboratório de Instalações Hidráulicas (Pavilhão 2 – Térreo)		131,41	25 alunos
Laboratório de Instalações		87,61	15 alunos

Elétricas (Pavilhão 2 – Térreo)			
Laboratório de Pintura (Pavilhão 2 – Térreo)		55,3	15 alunos
Laboratório de Materiais de Construção (Pavilhão 2 – Térreo)	<ul style="list-style-type: none"> · Ensino técnico de nível médio integrado e subsequente em Edificações · Ensino técnico de nível médio integrado e em Estradas · Engenharia Civil 	98,52	30 alunos
Laboratório de Mecânica dos Solos (Pavilhão 2 – Térreo)		95,93	20 alunos
Laboratório de Ligantes Asfálticos (Pavilhão 2 – Térreo)	<ul style="list-style-type: none"> · Ocupado pela Zettawatt (fruto de parceria com empresa incubada no Cefet/RJ) para desenvolvimento de novas tecnologias 	86,34	15 alunos
Laboratório de Informática 1 (Pavilhão 2 – Sala P224)	<ul style="list-style-type: none"> · Ensino técnico de nível médio integrado e subsequente em Edificações · Ensino técnico de nível médio integrado e em Estradas 	50,37	36 alunos*
Laboratório de Informática 2 (Pavilhão 2 – Sala P225)		58,25	40 alunos*

Fonte: DEMET, 2015.

* Dois alunos por equipamento.

8.3.1.2 Departamento de Ensino Superior

Laboratório	Correlação Pedagógica	Área Total (m ²)	Capacidade do Laboratório
Laboratórios de Informática da Engenharia de Produção:			
· Laboratório de Informática (E313)	<ul style="list-style-type: none"> · Engenharia de Produção · Administração Industrial 	80	36 alunos
· Laboratório de Informática (L24)	<ul style="list-style-type: none"> · Engenharia de Produção 	25	18 alunos
Laboratório de Computação (sala 306, Bloco E)	<ul style="list-style-type: none"> · Engenharia Civil · Engenharia de Controle e Automação · Engenharia Eletrônica · Engenharia Mecânica · Engenharia de Produção · Engenharia de Telecomunicações 	52,2	40 alunos*
Laboratório de Informática 1		75	21 alunos*

Pavilhão 1 – Térreo	· Ciência da Computação		
Laboratório de Informática 2 Pavilhão 1 – Térreo	Espaço compartilhado com os cursos de:	75	21 alunos*
Laboratório de Informática 3 Pavilhão 1 – Térreo		75	19 alunos*
Laboratório de Informática 4 Pavilhão 1 – Térreo		75	19 alunos*
Laboratório de Redes Pavilhão 1 – 2º piso, Lab 5		65	16 alunos
Laboratório de Informática 6 Pavilhão 1 – 2º piso		65	17 alunos
Laboratório de Pesquisa Pavilhão 1 – Térreo (Lab 7)		65	20 alunos
Laboratório de Eletrônica A (E211)	· Engenharia Eletrônica · Engenharia Elétrica · Engenharia de Telecomunicações	36	24 alunos
Laboratório de Eletrônica B (E212)	· Engenharia de Controle e Automação	42	24 alunos
Laboratório de Projeto Final (E213)		42	12 alunos
Laboratório de Sistemas Embarcados (E214)		42	20 alunos
Laboratórios de Química (A320): - Química		60	25 alunos
Laboratórios de Computação (LabComp)(E306): - Computação - Cálculo Numérico	· Engenharia de Controle e Automação · Engenharia Eletrônica · Engenharia Mecânica · Engenharia de Produção Engenharia de Telecomunicações	52,2	40 alunos
Laboratórios de Física (E311): - Mecânica Básica		56	20 alunos (5 bancadas para 4 alunos cada)
- Física Térmica - Ondas - Eletricidade Básica			
Laboratório de Materiais (Pavilhão 3, salas 7, 8, 9, 10 e 11): - Projeto Final I e II - Materiais de Construção Mecânica	· Engenharia Mecânica	100	10 alunos

Laboratórios de Metrologia Dimensional: (Pavilhão 3, salas 4 e 5): - Metrologia		24	Sala 4: 20 alunos Sala 5: 20 alunos
Laboratório de Metalografia e Tratamentos Térmicos (LABTT)(Pavilhão 5 – sala 112): - Metalografia e Tratamentos Térmicos I - Metalografia e Tratamentos Térmicos II		128	10 alunos
Laboratório de Torneamento (LABTM)(Pavilhão 4 – sala 117): - Máquinas Operatrizes - Processos de Fabricação I		116,53	10 alunos
Laboratório de Ajustagem (LABAI)(Pavilhão 4 – sala 119): - Máquinas Operatrizes - Processos de Fabricação I		138,6	10 alunos
Laboratório de Fresagem (LABFE)(Pavilhão 5, salas 106, 107 e 110): - Máquinas Operatrizes - Processos de Fabricação I		104,2	10 alunos
Laboratório de Retífica (LABRE)(Pavilhão 5, sala 111): - Máquinas Operatrizes - Processos de Fabricação I		42,68	10 alunos
Laboratório de Processo de Soldagem (LASOL)(Bloco D, térreo, Lab1): - Projeto Final I e II - Metalografia e Tratamentos Térmicos II - Processo de Fabricação II		40	10 alunos
Laboratório de Mecânica dos Fluidos(LAMEF)(Bloco D, térreo, Lab5):		40	15 alunos

- Mecânica dos Fluidos			
Laboratório de Eletricidade Industrial (LAEI)(Pavilhão 5, salas 108 e 109):		85,36	20 alunos
- Eletricidade aplicada			
Laboratório de Transferência de Calor (LABTC)(Bloco D, térreo, Lab6):		40	20 alunos
- Transferência de calor			
Laboratório de Usinagem (LABUS)(Bloco D, térreo, Lab3):			
- Projeto de Ferramentas		40	10 alunos
- Apoio logístico aos projetos finais da graduação e pós-graduação			
Laboratório de Meteorologia (LABME)(Bloco A, 3º andar, Torre):		60	40 alunos
- Sistemas Térmicos			
Laboratório de Sistemas Fluidomecânicos (LABSF)(Pavilhão 5, sala m4):		42,68	15 alunos
- Sistemas Fluidomecânicos			
Laboratório de Automação em Usinagem (LABAU)(Pavilhão 5, sala 105):		90	12 alunos
- Automação Industrial (optativa)			
Laboratório de Refrigeração e Motores de Combustão Interna (LAREM)(Pavilhão 5, sala m3):		42,68	15 alunos
- Motores de Combustão Interna (optativa)			
Laboratório de Computação Avançada (LACAV)(Bloco E, 3º andar, sala E314A):		32	24 alunos
- Projeto Final I e II			

- Elementos Finitos (optativa)			
Laboratório de CAM (LACAM)(Bloco E, 3º andar, sala E316B):			
- Projeto Final I e II		24	8 alunos
Laboratório de Análise de Tensões e Instrumentação (LAETI)(Bloco E, 3º andar, sala E310A):			
- Projeto Final I e II		27	4 grupos de até 6 alunos
- Instrumentação (optativa)			
Laboratório de Análise do Acoplamento Termomecânico de Materiais (LACTM)(Bloco D, Térreo, Lab4):			
- Projeto Final I e II		40	4 grupos de até 5 alunos
Laboratório de Compósitos e Adesivos (LADES)(Bloco D, Térreo, Lab7):			
- Projeto Final I e II		40	10 alunos
- Compósitos e Adesivos (optativa)			
Laboratório de Sistema de Energia (DEMET, Pavilhão 6, Lab. 1.1)	· Engenharia Elétrica · Ensino técnico de nível médio integrado e subsequente em Eletrotécnica	55	12 alunos
Laboratório de Máquinas Elétricas (DEMET, Pavilhão 6, Lab. 1.2)		55	12 alunos
Laboratório de Medidas de Energia (DEMET, Pavilhão 6 Lab. 1.3)		55	12 alunos
Laboratório de Alta Tensão (DEMET, Pavilhão 6, Lab. 1.4./1.5)		110	20 alunos
Laboratório de Eletrônica de Potência (DEMET, Pavilhão 6, Lab. 1.6)		55	12 alunos
Laboratório de Instalações Elétricas (DEMET, Pavilhão 6, Lab. 1.7)		55	12 alunos
Laboratório de Instalações Elétricas II (DEMET, Pavilhão 6, Lab. 1.8)		121	20 alunos
Laboratório de Acionamentos Elétricos		121	20 alunos

(DEMET, Pavilhão 6, Lab. 1.9)			
Laboratório de Simulações (DEMET, Pavilhão 6, Sala 2.4)		20	10 alunos
CAD E 310 B		26	12 alunos
CAT E 312 A	· Engenharia de Controle e Automação	27	11 alunos
PES E 314	· Engenharia Eletrônica · Engenharia Mecânica	27	10 alunos
LACAV E 316 B	· Engenharia de Produção · Engenharia de Telecomunicações	20	6 alunos
PROTOTIPAGEM E 312 B		26	3 alunos
LAETI E 310 A	· Projeto Final I e II (COLAN)	24	2 alunos

Fonte: DEPES, 2015.

* Dois alunos por equipamento.

8.3.1.3 Diretoria de Pesquisa e Pós-graduação (DIPPG)

Laboratório	Correlação Pedagógica	Área Total (m ²)	Capacidade do Laboratório
Laboratório de Difusão de Ciência e Tecnologia (LADIF)	· Programas de Pós-graduação: Ciência, Tecnologia e Educação (PPCTE) · Programa de Ensino de Ciências e Matemática (PPECM)	26	10 alunos
Laboratório de Fotônica (LAFOT)	· Programa de Pós-graduação em Engenharia Elétrica (PPEEL) · Programa de Pós-graduação em Instrumentação e Óptica Aplicada (PPGIO)	86	10 alunos
Laboratório de Pesquisa e Desenvolvimento de Modelos	· Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção e Sistemas (PPPRO)	52	20 alunos
Laboratório de <i>Software</i>	· Programa de Pós-graduação em Eng. de Produção e Sistemas (PPPRO) · Programa de Pós-graduação em Ciência, Tecnologia e Educação (PPCTE) · Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Matemática (PPECM)	52	12 alunos
Laboratório de História da Ciência (LHC)	· Programa de Pós-graduação em Ciência, Tecnologia e Educação (PPCTE) · Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Matemática (PPECM) · Programa de Pós-graduação em Relações Étnico-raciais (PPRER)	26	10 alunos
Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB)	· Programa de Pós-graduação em Relações Étnico-raciais (PPRER)	30	15 alunos
Laboratório de Computação de Alto Desempenho (<i>Campus Angra dos Reis</i>)	· Grupo de Pesquisa em Empreendedorismo, Energia, Meio Ambiente e Tecnologia (GEEMAT)	10	4 alunos
Laboratório de Física	· Programa de Pós-graduação:	56	13 alunos

Experimental e Aplicada – Grupo de pesquisa (FEA)	Instrumentação e Óptica Aplicada (PPGIO) · Programa de Pós-graduação em Engenharia Elétrica (PPEEL)		
Laboratório de Processamento de Sinais (LAPSI)	· Programa de Pós-graduação em Instrumentação e Óptica Aplicada (PPGIO) · Programa de Pós-graduação em Engenharia Elétrica (PPEEL)	90	15 alunos
Laboratório de Controle e Automação (LACEA)	· Programa de Pós-graduação em Engenharia Elétrica (PPEEL)	89	10 alunos
Laboratório de Materiais (LAMAT)	· Programa de Pós-graduação em Engenharia Mecânica e Tecnologia de Materiais (PPEMM)	144	15 alunos
Laboratório de Soldagem (LASOL)	· Programa de Pós-graduação em Engenharia Mecânica e Tecnologia de Materiais (PPEMM)	39	6 alunos
Laboratório de Compósitos e Adesivos (LADES)	· Programa de Pós-graduação em Engenharia Mecânica e Tecnologia de Materiais (PPEMM)	39	6 alunos
Laboratório	Correlação Pedagógica	Área Total (m²)	Capacidade do Laboratório
Laboratório do Comportamento Termomecânico de Materiais (LACTM)	· Programa de Pós-graduação em Engenharia Mecânica e Tecnologia de Materiais (PPEMM)	39	6 alunos
Laboratório de Instrumentação e Ultrassom (LINUS)	· Programa de Pós-graduação em Eng. Mecânica e Tecnologia de Materiais (PPEMM) · Programa de Pós-graduação em Engenharia Elétrica (PPEEL)	39	6 alunos
Laboratório de Pesquisa em Usinagem (LABUS)	· Programa de Pós-graduação em Engenharia Mecânica e Tecnologia de Materiais (PPEMM)	39	6 alunos
Laboratório do Computação Avançada (LACAV)	· Programa de Pós-graduação em Engenharia Mecânica e Tecnologia de Materiais (PPEMM)	20	10 alunos

Fonte: DIPPG, 2015.

8.3.2 *Campus Angra dos Reis*

Atualmente, o *campus* Angra dos Reis possui dez laboratórios destinados ao atendimento dos cursos de graduação em Engenharia Mecânica, Metalúrgica e Elétrica e do curso técnico em Mecânica. Planejados para fins didáticos, os laboratórios permitem uma integração entre os cursos, além de favorecerem a interdisciplinaridade.

Laboratório	Correlação Pedagógica	Área Total (m ²)	Capacidade do Laboratório
Laboratório de Elétrica e Automação (E-10)	Ensino técnico de nível médio em Mecânica Engenharia Mecânica	51,77	20 alunos
Laboratório de Física (E-8)	Engenharia Mecânica Engenharia Metalúrgica	51,77	20 alunos
Laboratório de Informática (D-10)	Ensino técnico de nível médio em Mecânica Engenharia Mecânica Engenharia Metalúrgica	54	22 alunos
Laboratório de Metalografia e Tratamentos Térmicos (D-4)	Ensino técnico de nível médio em Mecânica Engenharia Mecânica Engenharia Metalúrgica	54	25 alunos
Laboratório de Metrologia (E-9)	Ensino técnico de nível médio em Mecânica Engenharia Mecânica	51,77	25 alunos
Laboratório de Pneumática, Hidráulica e Lubrificação (E-12)	Ensino técnico de nível médio em Mecânica Engenharia Mecânica	51,77	25 alunos
Laboratório de Processos Térmicos e Motores (E-2)	Ensino técnico de nível médio em Mecânica Engenharia Mecânica	51,77	25 alunos
Laboratório de Química (D-5)	Engenharia Mecânica Engenharia Metalúrgica	54	15 alunos
Laboratório de Soldagem (E-1)	Ensino técnico de nível médio em Mecânica Engenharia Mecânica Engenharia Metalúrgica	51,77	25 alunos
Laboratório de Usinagem (B)	Ensino técnico de nível médio em Mecânica Engenharia Mecânica Engenharia Metalúrgica	128,1	25 alunos

Fonte: *Campus Angra dos Reis*, 2015.

8.3.3 *Campus Itaguaí*

Laboratório	Correlação Pedagógica	Área Total (m ²)	Capacidade do Laboratório
Desenho		57,18	20 alunos
Eletroeletrônica I		57,18	20 alunos
Eletroeletrônica II		40,06	20 alunos
Física		40,06	20 alunos
Hidráulica e Pneumática		40,06	20 alunos
Informática I	Engenharia Mecânica	57,18	20 alunos

Informática II	· Engenharia de Produção · Ensino técnico de nível médio integrado em Mecânica · Ensino técnico de nível médio em Portos	40,06	20 alunos
Informática III		40,06	20 alunos
Metrologia		40,06	20 alunos
Química		97,24	16 alunos
Segurança do Trabalho		40,06	20 alunos
Tratamentos Térmicos		40,06	20 alunos
Usinagem I		57,18	20 alunos
Ensaio de Materiais		40,06	20 alunos
Mecânica		40,06	20 alunos
Microscopia	· Engenharia Mecânica	12,39	20 alunos
Sistemas Térmicos		40,06	20 alunos
Soldagem		57,18	20 alunos
Usinagem II		40,06	20 alunos
Operações Portuárias I	· Engenharia Mecânica · Engenharia de Produção · Ensino técnico de nível médio em Portos	40,06	20 alunos
Operações Portuárias II		40,06	20 alunos

Fonte: *Campus Itaguaí*, 2015.

8.3.4 *Campus Maria da Graça*

O *campus* Maria da Graça, atualmente, conta com 21 laboratórios. Segue, abaixo, a relação de laboratórios por curso.

Laboratório	Correlação Pedagógica	Área Total (m ²)	Capacidade do Laboratório
3 Laboratórios de Software	· Ensino técnico de nível médio em Automação Industrial	78	40 alunos
Laboratório de Hidráulica e Pneumática		78	20 alunos
Laboratório de Redes Industriais		78	20 alunos
Laboratório de Eletroeletrônica		78	20 alunos
Laboratório de Microcontroladores e CLP		78	20 alunos
CPD		78	20 alunos
Laboratório de Hidráulica e Pneumática	· Ensino técnico de nível médio em	85	30 alunos

Laboratório de Metrologia	Manutenção Automotiva	32	20 alunos
Laboratório de Desenho Técnico		60	24 alunos
Laboratório de Injeção Eletrônica		40	25 alunos
Laboratório de Eletroeletrônica		71	20 alunos
Laboratório de Sistema de Suspensão e Direção		60	25 alunos
Laboratório de Sistemas de Transmissão		35	25 alunos
Laboratório de Motores de Combustão Interna		35	25 alunos
Laboratório de Tratamento de Superfície		225	30 alunos
Laboratório de Projetos Automobilísticos		134	30 alunos
Laboratório de Informática		65	25 alunos
Laboratório de Desenho Assistido por Computador		52	22 alunos
Laboratório de Incêndio e EPI	· Ensino técnico de nível médio em Segurança do Trabalho	40	40 alunos

Fonte: *Campus Maria da Graça*, 2015.

8.3.5 Campus Nova Friburgo

Laboratório	Correlação Pedagógica	Área Total (m ²)	Capacidade do Laboratório
Laboratório de Informática 1	<ul style="list-style-type: none"> · Sistemas de Informação · Ensino técnico de nível médio em Informática · Ensino médio integrado 	42,57	25 alunos
Laboratório de Informática 2		39,20	20 alunos
Laboratório de Informática 3		39,20	20 alunos
Laboratório de Informática 4	<ul style="list-style-type: none"> · Sistemas de Informação · Ensino técnico de nível médio em Informática · Ensino médio integrado · Engenharia Elétrica 	42,57	10 alunos
Laboratório de Turismo	· Gestão de Turismo	39,20	10 alunos
Laboratório de Física 1 e Física 2 (Mecânica, Fluidos e Termodinâmica)	<ul style="list-style-type: none"> · Licenciatura em Física · Engenharia Elétrica 	39,20	10 alunos
Laboratório de Física 3 e Física 4 (Eletromagnetismo e		42,57	10 alunos

Física Moderna)			
Laboratórios de Educação da Física	· Licenciatura em Física	42,10	10 alunos

Fonte: *Campus Nova Friburgo*, 2015.

8.3.6 *Campus Nova Iguaçu*

Laboratório	Correlação Pedagógica	Área Total (m ²)	Capacidade do Laboratório
2 Laboratórios de Idiomas	<ul style="list-style-type: none"> · Ensino médio · Ensino técnico de nível médio em Informática · Ensino técnico de nível médio em Automação Industrial · Ensino técnico de nível médio em Telecomunicações · Ensino técnico de nível médio em Enfermagem 	28	25 alunos/laboratório
Usinagem	<ul style="list-style-type: none"> · Eng. de Cont. e Automação · Engenharia Mecânica · Engenharia de Produção 	164,80	20 alunos
CAE / CAD /CAM	<ul style="list-style-type: none"> · Eng. de Cont. e Automação · Engenharia Mecânica 	63,82	40 alunos
Soldagem	<ul style="list-style-type: none"> · Eng. de Cont. e Automação · Engenharia Mecânica · Engenharia de Produção 	81,62	20 alunos
Metrologia	<ul style="list-style-type: none"> · Eng. de Cont. e Automação · Engenharia Mecânica · Engenharia de Produção 	63,82	30 alunos
Automação industrial	<ul style="list-style-type: none"> · Eng. de Cont. e Automação · Engenharia Mecânica · Ensino técnico de nível médio em Automação Industrial 	63,82	30 alunos
Redes	<ul style="list-style-type: none"> · Ensino técnico de nível médio em Informática · Ensino técnico de nível médio em Telecomunicações · Eng. de Cont. e Automação · Engenharia Mecânica 	81,62	20 alunos

Fenômenos de Transporte	<ul style="list-style-type: none"> · Eng. de Cont. e Automação · Engenharia Mecânica 	40,81	20 alunos
Hidráulica e Pneumática	<ul style="list-style-type: none"> · Eng. de Cont. e Automação · Engenharia Mecânica 	40,81	20 alunos
Processamento de sinais	<ul style="list-style-type: none"> · Eng. de Cont. e Automação · Engenharia Mecânica · Ensino técnico de nível médio em Informática · Ensino técnico de nível médio em Telecomunicações 	49	18 alunos
Robótica	<ul style="list-style-type: none"> · Eng. de Cont. e Automação · Engenharia Mecânica 	81,62	20 alunos
Hardware – Sala C307	<ul style="list-style-type: none"> · Ensino técnico de nível médio em Informática · Ensino a distância (Segurança do Trabalho, Informática, Telecomunicações, Meio Ambiente, Mecânica, Automação) · Graduação – alunos PIBIC 	56	20 comput./20 alunos 5 bancadas /20 alunos
Software I – Sala C201	<ul style="list-style-type: none"> · Ensino técnico de nível médio em Informática · Ensino técnico de nível médio em Automação Industrial · Ensino técnico de nível médio em Mecânica · Ensino médio · Ensino a distância (Segurança do Trabalho, Informática, Telecomunicações, Meio Ambiente, Mecânica, Automação) · Eng. de Cont. e Automação · Engenharia Mecânica · Engenharia de Produção 	56	40 comput./40 alunos
Laboratório	Correlação Pedagógica	Área	Capacidade do Laboratório
		Total (m²)	
Software II – Sala C301	<ul style="list-style-type: none"> · Ensino técnico de nível médio em Informática · Ensino técnico de nível médio em 	56	40 comput./40 alunos

	<ul style="list-style-type: none"> Automação Industrial · Ensino técnico de nível médio em Mecânica · Ensino médio · Ensino a distância (Segurança do Trabalho, Informática, Telecomunicações, Meio Ambiente, Mecânica, Automação) · Eng. de Cont. e Automação · Engenharia Mecânica · Engenharia de Produção 		
Software III – Sala C303	<ul style="list-style-type: none"> · Ensino técnico de nível médio em Informática · Ensino técnico de nível médio em Automação Industrial · Ensino técnico de nível médio em Mecânica · Ensino médio · Ensino a distância (Segurança do Trabalho, Informática, Telecomunicações, Meio Ambiente, Mecânica, Automação) · Eng. de Cont. e Automação · Engenharia Mecânica · Engenharia de Produção 	56	40 comput./40 alunos
Engenharia de Produção (Elos)	<ul style="list-style-type: none"> · Engenharia de Produção 	49	10 alunos
Engenharia de Produção (NETS)	<ul style="list-style-type: none"> · Engenharia de Produção · Graduação – alunos PIBIC/Extensão 	25	5 alunos
Matemática	<ul style="list-style-type: none"> · Ensino médio · Ensino técnico de nível médio em Informática · Ensino técnico de nível médio em Automação Industrial · Ensino técnico de nível médio em Telecomunicações · Ensino técnico de nível médio em Enfermagem 	49	8 alunos
Laboratório de Pesquisa em Ensino de Ciências (LaPEC)	<ul style="list-style-type: none"> · Ensino médio · Ensino técnico de nível médio em Informática · Ensino técnico de nível médio em Automação Industrial 	25	10 alunos

	<ul style="list-style-type: none"> · Ensino técnico de nível médio em Telecomunicações · Ensino técnico de nível médio em Enfermagem 		
Enfermagem	<ul style="list-style-type: none"> · Ensino técnico de nível médio em Enfermagem 	98	50 alunos
Laboratório	Correlação Pedagógica	Área	Capacidade do Laboratório
		Total (m²)	
Química / Biologia	<ul style="list-style-type: none"> · Ensino médio · Ensino técnico de nível médio em Informática · Ensino técnico de nível médio em Automação Industrial · Ensino técnico de nível médio em Telecomunicações · Ensino técnico de nível médio em Enfermagem 	98	18 alunos
Elétrica I	<ul style="list-style-type: none"> · Ensino técnico de nível médio em Automação Industrial · Ensino técnico de nível médio em Eletromecânica · Engenharia de Controle e Automação 	64,98	20 alunos
Elétrica II	<ul style="list-style-type: none"> · Ensino técnico de nível médio em Automação Industrial · Ensino técnico de nível médio em Eletromecânica · Engenharia de Controle e Automação 	64,98	20 alunos
Física I	<ul style="list-style-type: none"> · Ensino médio · Ensino técnico de nível médio em Informática · Ensino técnico de nível médio em Automação Industrial · Ensino técnico de nível médio em Telecomunicações · Ensino técnico de nível médio em Enfermagem · Eng. de Cont. e Automação · Engenharia Mecânica · Engenharia de Produção 	64,98	20

Física II	<ul style="list-style-type: none"> · Ensino médio · Ensino técnico de nível médio em Informática · Ensino técnico de nível médio em Automação Industrial · Ensino técnico de nível médio em Telecomunicações · Ensino técnico de nível médio em Enfermagem · Eng. de Cont. e Automação · Engenharia Mecânica · Engenharia de Produção 	64,98	20
Eletrônica	<ul style="list-style-type: none"> · Eng. de Cont. e Automação · Engenharia Mecânica · Engenharia de Produção · Ensino técnico de nível médio em Telecomunicações 	64,98	18
Telecomunicações	<ul style="list-style-type: none"> · Eng. de Cont. e Automação · Engenharia Mecânica · Ensino técnico de nível médio em Telecomunicações 	64,98	18
Transmissão de Dados	<ul style="list-style-type: none"> · Eng. de Cont. e Automação · Engenharia Mecânica · Ensino técnico de nível médio em Telecomunicações 	64,98	20
Ensaio I	<ul style="list-style-type: none"> · Eng. de Cont. e Automação · Engenharia Mecânica 	64,98	20
Ensaio II	<ul style="list-style-type: none"> · Eng. de Cont. e Automação · Engenharia Mecânica 	64,98	20
Metalografia	<ul style="list-style-type: none"> · Eng. de Cont. e Automação · Engenharia Mecânica 	87,09	20
Desenho	<ul style="list-style-type: none"> · Eng. de Cont. e Automação · Engenharia Mecânica · Engenharia de Produção 	108,51	40

Fonte: *Campus Nova Iguaçu*, 2015.

8.3.7 Campus Petrópolis

O *campus* Petrópolis do Cefet/RJ conta com 14 laboratórios independentes, conforme elencados na tabela a seguir, sendo considerados suficientes para suprir as demandas dos projetos pedagógicos vigentes:

Laboratório	Correlação Pedagógica	Área Total (m ²)	Capacidade do Laboratório
Laboratório de Mecânica	· Ensino técnico de nível médio em Telecomunicações · Licenciatura em Física · Engenharia da Computação	35	20 alunos
Laboratório de Eletromagnetismo		35	20 alunos
Laboratório de Termodinâmica e Química		49	20 alunos
Laboratório de Óptica e Física Moderna		45	20 alunos
Laboratório de Redes		35	25 alunos
Laboratório de <i>Software</i>	· Ensino técnico de nível médio em Telecomunicações · Engenharia da Computação	25	25 alunos
Laboratório de Computação de Alto Desempenho		25	20 alunos
Laboratório de Telecomunicações		25	20 alunos
Laboratório de Multimídia		35	20 alunos
Laboratório de Eletrônica		20	15 alunos
Laboratório de Pesquisa em Ensino de Física	· Licenciatura em Física · Pós-graduação <i>lato sensu</i> em Matemática Computacional Aplicada	50	25 alunos
Laboratório de Física Aplicada	· Licenciatura em Física	32	10 alunos
Laboratório de Turismo	· Bacharelado em Turismo	40	40 alunos
Laboratório de Línguas	· Bacharelado em Turismo · Licenciatura em Física · Engenharia da Computação · Ensino técnico de nível médio em Telecomunicações	25	20 alunos

Fonte: *Campus Petrópolis*, 2015.

Vale ressaltar alguns aprimoramentos significativos promovidos nos anos de 2014 e 2015 a fim de melhor atender aos cursos existentes, tais como:

- novo espaço para os laboratórios de Mecânica, Química, Física Térmica,

Eletromagnetismo, Óptica, Ondulatória e Física Moderna;

- instalação da bancada para os trilhos de ar com tampo de granito no Laboratório de Mecânica;
- instalação de itens de segurança (capela de exaustão de gases e chuveiro e lava-olhos), novas bancadas centrais com tampo de granito e de novos armários no Laboratório de Física Térmica para armazenamento de reagentes e equipamentos.

Ademais, esclarecemos que o Laboratório de Turismo tem como objetivo oferecer aos acadêmicos do bacharelado em Turismo a vivência em planejamento e desenvolvimento de atividades de cunho turístico que empreguem os conteúdos apreendidos nas diferentes unidades curriculares.

Já o Laboratório de Línguas é um espaço visando à integração dos cursos de graduação e técnico integrado ao ensino médio, com o objetivo de oportunizar aos docentes um ambiente com equipamentos capazes de executar projetos de aulas, cursos e demais atividades, como interpretação e tradução de línguas.

8.3.8 Campus Valença

Laboratório	Correlação Pedagógica	Área Total	Capacidade do Laboratório
		(m ²)	
Laboratório de Processamento de Frutas e Hortaliças (101)	· Técnico em Alimentos · Bacharelado em Engenharia de Alimentos	49	25 alunos
Laboratório de Massas e Panificação (101)		49	25 alunos
Laboratório de Microbiologia (103)		49	25 alunos
Laboratório de Análise Sensorial (104)		49	25 alunos
Laboratório de Tecnologia de Laticínios (104)		49	25 alunos
Laboratório de Tecnologia de Carnes (Sala 01) <i>* compartilhado com sala de aula</i>		55,2	30 alunos
Laboratório de Cozinha Experimental (201)		31	25 alunos
Laboratório de Tecnologia de Bebidas	· Técnico em Alimentos · Técnico em Química · Bacharelado em Engenharia de Alimentos	45	25 alunos
Laboratório de Análise Físico-Química (102)		49	25 alunos
Laboratório de Informática (105)	· Técnico em Alimentos · Técnico em Química · Bacharelado em Engenharia de Alimentos · Bacharelado em Administração	55,2	25 alunos

8.4 Recursos tecnológicos e audiovisuais

No tocante a recursos de informação e comunicação, a instituição vem buscando, gradual e sistematicamente, a adequação e melhoria da infraestrutura de

Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), com vistas a responder, inclusive, às demandas da modalidade educação a distância (EAD). Desde 2006, a área tem encaminhado projetos e atividades relacionados à reestruturação da infraestrutura de rede informatizada nos *campi* do Sistema Cefet/RJ, envolvendo *data center*, redes físicas e lógicas e desenvolvimento de sistemas.

A expansão e a redistribuição da rede de dados dos *campi* do Cefet/RJ requerem a instalação, a modernização e a ampliação da rede e dos *backbones*, com o objetivo de suprir as necessidades existentes, atendendo as perspectivas de utilização da rede para os próximos cinco anos, conforme recomenda a Estratégia Geral de Tecnologia da Informação e Comunicações (EGTIC) da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MPOG), garantindo, assim, a continuidade dos serviços de TI por meio de recursos redundantes e rotas alternativas, proporcionando facilidade de gerenciamento, robustez, performance e segurança. Essas medidas visam ainda responder às novas tecnologias, como videoconferência, integração de voz e dados, *Voice over Internet Protocol* (VoIP), telefonia e educação a distância, com qualidade de serviço.

Entre as metas discutidas neste PDI, incluem-se a conclusão da reforma do CPD do *campus* Maracanã, conforme prioridade estabelecida pela Direção Superior, na perspectiva de criação de um *data center* de rede integrada de comunicação de dados e voz. Outro ponto importante é a implantação de todos os módulos do Sistema de Informação para o Ensino (SIE), que visa informatizar inúmeros fluxos de trabalho e integrar diferentes setores da instituição, de modo a otimizar o tempo e aumentar a produtividade dos servidores. Além disso, a base de dados unificada desse sistema facilitará o acesso à informação e, conseqüentemente, a gestão e a tomada de decisão.

Tais esforços foram empreendidos especialmente pelo departamento de TI do Cefet/RJ, cuja função principal é promover recursos de TI – serviços e tecnologia – alinhados às operações e atividades desenvolvidas pelos usuários de acordo com o seu papel e sua dependência de infraestrutura de TI.

Dentre as competências do DTINF, previstas na estrutura regimental em vigor e endossadas no PDTI do Cefet/RJ, compreendem-se:

- o provimento e a gestão da infraestrutura de TIC no âmbito do Cefet/RJ, por meio do apoio operacional e da coordenação do processo de utilização dos recursos de *hardware*, *software*, rede de dados e telecomunicações;
- o planejamento, a coordenação e o controle das atividades relacionadas à Tecnologia da Informação no Cefet/RJ, efetuadas diretamente pelo departamento ou por meio da contratação de serviços de terceiros dentro de padrões, projetos e processos previamente descritos e alinhados estrategicamente com a DIREG/DIRAP;
- a gestão do parque de equipamentos de TIC do Cefet/RJ e o apoio técnico aos *campi* do Cefet/RJ na implantação de sistemas de informação e gestão dos parques de sua competência, inclusive propondo normas de utilização dos recursos computacionais;
- o planejamento, o desenvolvimento, a implantação e a manutenção, com recursos internos ou terceirizados, da plataforma computacional do Cefet/RJ e dos sistemas de informação necessários ao funcionamento da instituição;

- o planejamento, a coordenação, o monitoramento e o controle das redes locais e/ou metropolitanas do Sistema Cefet/RJ.

As próximas seções descrevem de forma resumida a infraestrutura de Tecnologia da Informação (TI), recursos audiovisuais, bem como, os planos de expansão da TI do Cefet/RJ. Essas e outras informações referentes à TI são detalhadas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), que está alinhado com o presente documento.

8.4.1 Data center

8.4.1.1 Infraestrutura física (recursos de *hardware*)

O parque tecnológico da instituição é composto por uma infraestrutura de ultra banda larga de 10 Gbps fornecida pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) através do anel óptico metropolitano (Redecomep). Além disso, contamos com uma infraestrutura de ativos de redes, *appliances* de segurança, Servidores de Dados e de Serviços (DNS) e roteadores para distribuição de rede para todo o Sistema Cefet/RJ, especificamente para o *campus* Maracanã.

O *campus* Maria da Graça será integrado à Redecomep/RNP e usufruirá da mesma infraestrutura de rede. Já os demais *campi* foram integrados no plano de expansão de redes de dados da RNP e todos já utilizam banda superior a 60 Mbps, com previsão de expansão para 200 Mbps até dezembro de 2017. Por questões de padronização, todos os *campi* utilizam ou são orientados a utilizarem as soluções técnicas compatíveis com a existente no *campus* Maracanã.

8.4.1.2 Infraestrutura lógica (*softwares*)

Quanto aos recursos de *software*, contamos com: Sistema Acadêmico (SIE), Sistema de Gestão de Biblioteca (Sophia), Virtualizador (RED HAT RER), Gerenciador de *Backup* (Bacula), Antivírus (Kaspersky) e Licenças de *Firewal* AKER. Rodando em plataforma operacional Linux e Windows Server. Os *softwares* aplicativos disponibilizados pelo DTINF aos usuários são o Pacote Office nas versões 2007, 2010 e 2013. Os sistemas operacionais das estações de trabalho são Windows 7, Windows 8 e Linux.

8.4.1.3 Infraestrutura de rede sem fio

O DTINF implantou, em 2014, uma rede sem fio de longo alcance, que cobre todo o *campus* Maracanã e o General Canabarro e possui quatro níveis de autenticação por nível de usuário (Professor, Administrativo, Aluno e Visitante). O projeto da rede sem fio se estenderá para todos os *campi* do Sistema Cefet/RJ, uma vez que já foi adquirida parte dos equipamentos e o processo de aquisição dos outros está em andamento.

8.4.2 Recursos audiovisuais

A área administrativa do Cefet/RJ possui um sistema de videoconferência instalado e implantado em todos os *campi*, na DIREG e na DIRAP do *campus* Maracanã. A finalidade do sistema de videoconferência é agilizar e organizar encontros eventuais sem que seja necessário o deslocamento dos diretores de *campus* até a sede da instituição, reduzindo, assim, despesas com locomoção e diárias. Atualmente, o sistema de videoconferência é utilizado para atender especificamente a área administrativa, ou seja, não é usado para cunho didático ou exposição de conteúdo em salas de aula ou auditórios.

Existem outros recursos de multimídia utilizados na instituição, como projetores de

mídia, aparelhos de televisão e dispositivos de som. Contudo, para a área administrativa, não existe um planejamento que cubra a substituição ou ampliação desses recursos. Assim, o DTINF/Cefet/RJ faz uso das recomendações do EGTIC da SLTI/MPOG sobre o tempo de vida útil de cinco anos para equipamentos de informática e telecomunicações.

O sinal do sistema de videoconferência do Cefet/RJ é alimentado e distribuído pela rede de dados do Centro Federal, que possui uma porta exclusiva para esse fim.

8.4.3 Plano de Desenvolvimento de Tecnologia da informação (PDTI)

A cada reformulação do PDTI, como recomenda a Estratégia Geral de Tecnologia da Informação e Comunicações (EGTIC), é feito um plano de expansão da TI (trienal). Esse plano é analisado e reavaliado anualmente devido às inovações tecnológicas e devido à plena expansão do Cefet/RJ (aumento de cursos ofertados em todas as modalidades, aumento do número de alunos, aumento do número de servidores e surgimento de novos *campi*).

O PDTI do Centro Federal, atualmente, está direcionado para as seguintes ações:

- Disponibilizar os meios associados à TI para dar suporte ao atendimento das metas de excelência e de expansões descritas no PDI, envolvendo a articulação entre as atividades fim (ensino, pesquisa e extensão) e as atividades meio da Instituição;
- Disponibilizar sistemas de informação para permitir o acompanhamento de uma forma integrada das informações associadas às atividades fim (ensino, pesquisa e extensão), de modo a dar suporte ao planejamento estratégico da Instituição definido no PDI;
- Estimular a adoção de metodologias de desenvolvimento de sistemas, procurando assegurar a padronização, a integração, a disseminação de informações, além da integridade e segurança dos dados;
- Usar a Tecnologia da Informação e Comunicação como ferramenta de auxílio às atividades principais da Instituição para o aumento da qualidade e produtividade dos processos de ensino, pesquisa e extensão.

8.5 Programas de saúde

Atualmente, a Divisão de Atenção à Saúde e Perícia (DASPE) possui uma equipe multiprofissional composta por assistentes sociais, dentistas, enfermeira, médicos, nutricionistas, psicólogo e técnico em assuntos educacionais, que desenvolvem ações programáticas voltadas à prevenção, promoção da saúde e qualidade de vida a fim de favorecer o bem-estar dos servidores do Cefet/RJ.

Implantada recentemente, com o objetivo de proporcionar maior agilidade ao agendamento de perícias, a unidade SIASS/Cefet/RJ *campus* Maracanã, juntamente com sua equipe multiprofissional, caracteriza-se por desenvolver atividades que visam à promoção da saúde, prevenção de doenças, limitação de danos, perícia médica e assistência à saúde por meio da detecção precoce de problemas de saúde identificados nas perícias e exames periódicos, priorizando as questões relacionadas à saúde do servidor.

A DASPE intenciona realizar, além de suas atividades atuais, a organização dos programas de saúde, segurança e qualidade de vida dos servidores; a sensibilização quanto à realização dos exames periódicos a fim de informá-los sobre sua importância na prevenção e detecção precoce de doenças.

Com o intuito de viabilizar a expansão das ações programáticas voltadas à prevenção, promoção e qualidade de vida aos demais *campi*, do Cefet/RJ, há a necessidade de ampliação da atual equipe multifuncional com a contratação de novos profissionais a fim de:

- consolidar a política de saúde integral para os servidores (tanto técnico-administrativos quanto docentes);
- organizar e implantar projetos de saúde e prevenção na escola;
- implantar sistema de gestão da segurança e saúde ocupacional, visando à proteção do servidor e à melhoria na qualidade de vida.

9 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Como instituição integrante da rede de educação superior, o Cefet/RJ participa do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, sendo submetido a três modalidades principais de instrumentos de avaliação, aplicados em diferentes momentos: Avaliação das Instituições de Educação Superior (AVALIES); Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG) e Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade).

A Avaliação das Instituições de Educação Superior se desenvolve em duas etapas principais: a autoavaliação – coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) – e a avaliação externa – realizada por comissões designadas pelo Inep.

9.1 O processo de autoavaliação

Segundo as orientações gerais para o Roteiro da Autoavaliação das Instituições, fornecidas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES (2004, p. 5)¹², a avaliação interna ou autoavaliação tem como principais objetivos:

produzir conhecimentos, pôr em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pela instituição, identificar as causas dos seus problemas e deficiências, aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo, fortalecer

¹²BRASIL. Ministério da Educação. SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. *Orientações gerais para o Roteiro da Autoavaliação das Instituições*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.

as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais, tornar mais efetiva a vinculação da instituição com a comunidade, julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos, além de prestar contas à sociedade.

Assim, a autoavaliação ajuda a identificar as fragilidades e potencialidades da instituição em suas dez dimensões previstas por lei, tornando-se um importante instrumento para tomada de decisões. O relatório produzido a partir de tal instrumento deve conter análises, críticas e sugestões.

A Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065, baseada no Instrumento de Avaliação Institucional Externa (publicado no DOU em 4 de fevereiro de 2014, Portaria nº 92, de 31 de janeiro de 2014), nos estudos dos relatórios de autoavaliação postados no Sistema e-MEC (2011 a 2013) e nos Seminários Regionais sobre Autoavaliação Institucional e Comissões Próprias de Avaliação (CPA) 2013 propõe ajustes no roteiro proposto inicialmente. Segundo essa Nota Técnica (2014, p. 2)¹³:

A autoavaliação, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da IES, deve ser vista como um processo de autoconhecimento conduzido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), mas que envolve todos os atores que atuam na instituição, a fim de analisar as atividades acadêmicas desenvolvidas. É um processo de indução de qualidade da instituição, que deve aproveitar os resultados das avaliações externas e as informações coletadas e organizadas a partir do PDI, transformando-os em conhecimento e possibilitando sua apropriação pelos atores envolvidos. Afinal, as ações de melhoria a serem implementadas pela instituição dependem de sua própria compreensão, de seu autoconhecimento.

Nesta nova versão do relatório, as dez dimensões avaliadas são dispostas em eixos. O relatório de autoavaliação institucional, elaborado pela CPA, contempla as seguintes partes: introdução, metodologia, desenvolvimento, análise dos dados e das informações e ações previstas com base nessa análise. A seção do relatório destinada ao desenvolvimento deverá ser organizada em cinco tópicos, correspondentes aos cinco eixos que contemplam as dez dimensões dispostas no art. 3º da Lei nº 10.861, que institui o SINAES, da seguinte forma

¹³BRASIL. Ministério da Educação. Nota Técnica Inep/DAES/CONAES nº 065. *Roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2014.

Tabela – Eixos de trabalho e dimensões avaliadas

Eixo	Temas e Dimensões
1	Planejamento e Avaliação Dimensão 8: Planejamento e Avaliação
2	Desenvolvimento Institucional Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição
3	Políticas Acadêmicas Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes
4	Políticas de Gestão Dimensão 5: Políticas de Pessoal Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira
	Infraestrutura Física
5	Dimensão 7: Infraestrutura Física

9.1.1 Planejamento

Para promover o processo de autoavaliação institucional, a CPA segue um cronograma de atividades, considerando as diretrizes para a avaliação das instituições de educação superior, as orientações gerais para o Roteiro da Autoavaliação das Instituições fornecidas pela CONAES, e levando em conta a missão e os objetivos da instituição.

A autoavaliação institucional compreende três etapas básicas, algumas das quais podem ser desenvolvidas simultaneamente. São elas: a preparação, o desenvolvimento e a consolidação. A primeira etapa, denominada preparação, abrange o planejamento do projeto e a sensibilização da comunidade. A segunda etapa, correspondente ao desenvolvimento, consiste na concretização das atividades planejadas. A terceira e última etapa refere-se à elaboração, divulgação e análise do relatório final. Considerando esse contexto, são previstas as seguintes atividades, conforme a tabela a seguir:

Tabela – Lista de atividades programadas pela CPA

Item	Atividades a serem desenvolvidas
1	Elaboração do planejamento
2	Atualização dos instrumentos de coleta
3	Sensibilização da comunidade
4	Aplicação dos instrumentos de pesquisa
5	Coleta de dados
6	Processamento dos dados
7	Análise dos dados
8	Elaboração e entrega do relatório final ao presidente do Conselho Diretor
9	Divulgação dos resultados à comunidade

O diagnóstico da instituição é obtido a partir da coleta, processamento e análise dos dados. Tais dados, quando coletados e processados, constituem um banco de dados. Depois de analisá-los, a comissão sistematiza os relatórios de cada dimensão, objetivando produzir o **relatório final**, que é enviado ao Inep/CONAES e tem uma cópia impressa entregue ao presidente do Conselho Diretor da instituição para análise e auxílio nas tomadas de decisão. Os resultados são, em seguida, apresentados aos Conselhos pertinentes e publicados no *site* da instituição. Além disso, são distribuídas diversas cópias eletrônicas, por meio de CDs, aos membros do Conselho de Ensino (CONEN) e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), para uma melhor sensibilização, compreensão da importância do processo e das principais informações obtidas.

9.1.2 Metodologia e instrumentos

A metodologia proposta buscou articular as diretrizes para avaliação e as orientações gerais para a implementação do processo autoavaliativo estabelecidas pela CONAES, com a missão do Cefet/RJ, o PDI, a identidade da instituição e a sua cultura de avaliação.

A autoavaliação das dez dimensões previstas pela Lei nº 10.861/04 foi realizada utilizando-se vários procedimentos metodológicos, dentre os quais se destacam: reuniões sistemáticas, pesquisa documental, elaboração de questionários, entrevistas, assim como outros procedimentos utilizados nos estudos especiais.

Os questionários aplicados abrangem as dez dimensões previstas. Tais instrumentos foram elaborados de forma diferenciada, considerando todos os atores do processo: discentes, docentes e técnico-administrativos. Os questionários são disponibilizados *on-line*, com o auxílio do Departamento de Tecnologia da Informação (DTINF).

Na elaboração dos questionários, na medida do possível, procurou-se priorizar a objetividade, evitando a produção de questionários longos. Os dados colhidos são dispostos em tabelas do Excel e processados pelo DTINF. Esse processamento incluiu a

disposição dos dados em forma de gráficos, considerando a instituição como um todo (sede e *campi* com ensino superior). Assim, qualquer disposição que exija uma filtragem mais específica, por *campus* ou por curso, por exemplo, deve ser feita à parte. Assim, a partir do banco de dados gerado, podem ser produzidos também os dados por *campus*, por curso e por departamento/coordenação para uma análise mais profunda da instituição, embora a análise desse relatório esteja voltada para a instituição como um todo.

A etapa referente à sensibilização ocorre em paralelo com outras atividades. Entre os instrumentos aplicados estão *e-mails*, chamadas no *site* da instituição, sensibilização de alguns Conselhos para apoio ao processo etc. Além das ações de sensibilização planejadas e realizadas pela CPA, cada membro da comissão age como um multiplicador, procurando sensibilizar o maior número possível de participantes do processo. A CPA conta com o apoio dos diretores, chefes de departamentos e coordenadores para a divulgação do questionário formulado e com diversos setores, no que se refere a documentações, dados necessários e visitas para entrevistas, quando necessário. Sabe-se que o conjunto de informações obtido, após exame e interpretação, permite compor uma visão diagnóstica das dez dimensões analisadas, contribuindo, dessa maneira, para a melhoria da qualidade e o fortalecimento institucional. Assim, é solicitado que cada um seja um multiplicador, repassando aos seus pares, professores, alunos e técnico-administrativos conhecidos toda a importância do processo e da participação efetiva da comunidade.

Além dos pontos supracitados, está sendo implementada a utilização da plataforma Moodle para comunicação entre os membros da CPA, inserção de documentos pertinentes e discussões sobre temas ligados à avaliação. Considerando que o grupo compreende membros de diferentes *campi* e que a distância física entre estes muitas vezes dificulta a presença de todos ao mesmo tempo, este veículo de comunicação poderá facilitar a comunicação entre os membros do grupo. O Moodle é uma plataforma de aprendizagem a distância baseada em *software* livre. A sigla corresponde a “Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment” (ambiente modular de aprendizagem dinâmica orientada a objetos). O Moodle é também um sistema de gestão do ensino e aprendizagem (conhecido por sua sigla em inglês, LMS – Learning Management System). Constitui-se em um sistema de administração de atividades educacionais destinado à criação de comunidades *on-line*, em ambientes virtuais voltados para a aprendizagem colaborativa. Permite também, de forma simplificada, que um estudante ou um professor se integre, estudando ou lecionando, num curso *on-line* à sua escolha.

Para acessar a plataforma, deve-se digitar: <http://cefet.cead.uff.br/moodle/>. Em seguida, entra-se com o nome de usuário e senha. O sistema permite que todos do grupo criem um perfil.

9.1.3 População

Considerando que todas as diretrizes e orientações da CONAES estão voltadas para a autoavaliação de instituições de educação superior, decidiu-se focar a avaliação interna do Cefet/RJ no ensino superior. Logicamente, dadas as características de verticalização do ensino do Centro, que apresenta, além do ensino superior, ensino médio e técnico, muitas vezes é necessário relacionar tal avaliação com o restante da instituição. Não se pode esquecer que há espaços comuns compartilhados por alunos de diversos níveis, sejam eles de lazer, laboratórios, biblioteca, entre outros. É isso que torna o Cefet/RJ uma entidade peculiar em relação às demais instituições de ensino superior.

A população, ou sujeitos participantes do processo que devem ser observados nesta análise, são todos os que compõem a comunidade acadêmica e atuam, de uma forma ou de outra, no ensino superior. Assim, para simplificar, o termo “comunidade acadêmica” é usado para representar o corpo docente que atua no ensino superior, o corpo discente do ensino superior e o corpo técnico-administrativo do Cefet/RJ. A análise realizada pela comissão envolve todos os *campi* com curso superior, com pelo menos um ano de criação.

9.1.4 Composição da Comissão Própria de Avaliação (CPA)

A Comissão Própria de Avaliação do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ) foi constituída em 2004, considerando o disposto no art. 11 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). A comissão é formada por docentes, discentes, técnico-administrativos e por um membro da sociedade civil. A composição compreende membros da sede, sendo cinco docentes do ensino superior, um discente e um técnico-administrativo, além de membros dos *campi* com ensino superior, sendo um docente do ensino superior, um discente e um técnico-administrativo.

9.2 Outras avaliações

Os cursos ofertados na modalidade EAD, além das avaliações previstas no SINAES, são submetidos a avaliações específicas através do consórcio CEDERJ (graduação) e do programa eTec.

10 ATENDIMENTO A PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva¹⁴ descreve o movimento mundial pela educação inclusiva como sendo uma “ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação” que impeça seu acesso, sua permanência e a conclusão de sua formação. Esse desafio educacional fundamenta-se na concepção da educação como um direito humano fundamental, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (2007, p. 1).

A inclusão de pessoas com necessidades especiais (pessoas com deficiência, superdotados/altas habilidades e com transtornos globais do desenvolvimento) no ensino regular exige mudanças desde a reestruturação física dos ambientes, até adaptações curriculares e metodológicas, que deverão ser articuladas pelos diversos setores acadêmicos. Dessa forma, como parte das políticas públicas inclusivas de educação, foi desenvolvido o Programa TECNEP.

Trata-se de uma ação coordenada pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, cujo objetivo principal é a inserção das Pessoas com Necessidades Especiais (PNE) em cursos de formação inicial e continuada, técnicos,

¹⁴ Documento elaborado por um Grupo de Trabalho composto por integrantes do Ministério da Educação (MEC) em conjunto com a Secretaria de Educação Especial, nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 9 de outubro de 2007.

cursos de tecnologia, licenciaturas, bacharelados e pós-graduações da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, em parceria com os sistemas estaduais e municipais de ensino, integrados ainda com os segmentos comunitários locais.

Visando articular as ações em prol do atendimento qualitativo das PNEs no âmbito interno e externo das instituições federais de educação profissional e tecnológica, foram institucionalizados, por intermédio do Programa TECNEP, os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (Napne).

O Cefet/RJ integra o grupo de instituições educacionais de orientação inclusiva. Assim, sob a Portaria Institucional nº 484, foi instituído o Napne Cefet/RJ em novembro de 2004.

O Napne está, hoje, vinculado à DIREN e conta com uma equipe multidisciplinar que organiza e desenvolve ações e projetos institucionais inclusivos voltados a alunos e servidores, no sentido de:

- oferecer apoio didático-pedagógico aos alunos com necessidades educacionais especiais e seus professores;
- implantar medidas de acessibilidade no *campus* do Cefet/RJ, de forma a permitir o acesso das pessoas com necessidades especiais nos vários espaços acadêmicos;
- promover e debater sobre a inclusão escolar e a educação inclusiva no Cefet/RJ através de ações de ensino, pesquisa e extensão;
- promover a aceitação da diversidade através da cultura da “educação por convivência”;
- trabalhar de forma articulada com as coordenadorias de cursos e disciplinas e com os demais departamentos que demandem ações voltadas para a inclusão de PNE;
- acompanhar as políticas e as ações que garantam o acesso, a permanência e a conclusão com sucesso do processo educativo de qualidade aos alunos com necessidades especiais;
- fomentar a troca de experiências com instituições de ensino e outros setores públicos ou privados, para a discussão da temática educação inclusiva.

A finalidade do Napne é preparar os diferentes setores da instituição para trabalhar com a realidade da inclusão escolar dos alunos com necessidades especiais, buscando a quebra de barreiras físicas, educacionais e atitudinais no Cefet/RJ.

Considerando esse processo como uma ação coletiva, que suscita a observação de diferentes atores em uma diversidade de cenários dentro do ensino, o Napne pretende levar o aluno com necessidade especial a sentir a relação de pertencer, de fato, à escola e à comunidade a participar ativamente de todo esse processo, modificando o espaço de aprendizagem, com a criação de novas lógicas no contexto escolar e nas relações educativas como um todo.

Veja, abaixo, algumas das principais atividades desenvolvidas.

- Articulação e providências para instituir o Napne nos diversos *campi* (Petrópolis, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Valença, Itaguaí, Angra dos Reis, Maria

da Graça). Todos devidamente implantados, através de Portaria Institucional. Essa ação visa contribuir para a política institucional de inclusão.

- Curso de introdução ao DOSVOX (em parceria com o IBC), usando o laboratório da Coordenadoria do curso técnico em Informática
- Tradução para Libras de material didático do curso Agenda 21 desenvolvido na modalidade a distância pela Uerj em parceria com o Cederj. A TV Cefet, através do Napne, desenvolveu o material traduzido para Libras, para atender alunos com deficiência auditiva.
- Aulas nos períodos finais dos cursos de Administração e Engenharia de Produção, tendo como objetivo promover a discussão e a reflexão sobre o tema “inclusão”, com a finalidade de estimular a escolha das temáticas para os TCCs.
- Participação em fóruns específicos de educação inclusiva.
- Reuniões e contatos com instituições parceiras (i.e. INES, IBC, IFRJ), para troca de informações e experiências acerca de novos projetos e novas possibilidades.

11 ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1 Demonstração da sustentabilidade financeira

O governo federal é a principal fonte de financiamento do Cefet/RJ. Seus recursos são distribuídos através da Lei Orçamentária Anual (LOA). Uma pequena parte dos recursos anuais deste Centro advém de receitas próprias, créditos extraordinários que poderão advir de outros órgãos do governo federal e também de emendas parlamentares.

Os recursos oriundos de fonte do governo federal são destinados ao custeio das despesas com pessoal, instalações, bens móveis e imóveis, bem como para os investimentos necessários em obras e são distribuídos conforme critérios estabelecidos pela gestão e aprovados pelo Conselho Diretor (CODIR) através do Plano Operativo Anual (POA).

Como supracitado, a instituição tem buscado captar recursos financeiros de órgãos governamentais e por meio de emendas parlamentares, entre os quais merecem destaque as dotações de recursos obtidas de órgãos públicos, em especial, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior (Capes) e do Programa de Apoio à Pós-graduação (PROAP). A captação desses recursos tem contribuído para o crescimento do orçamento anual, viabilizando, principalmente, o funcionamento dos grupos de pesquisa da instituição.

Outras fontes de arrecadação legalmente previstas contribuem para a sustentabilidade financeira institucional, tais como: doações da União, dos estados, dos municípios ou de qualquer entidade pública ou privada, seja por meio de convênios ou outras formas de colaboração previstas na lei.

11.2 Estratégia de gestão econômico-financeira

Com base na Norma de Serviço nº 02 de 16 de agosto de 2013, aprovada pela Portaria nº 654 de 19 de agosto de 2013, o Cefet/RJ elabora anualmente sua proposta orçamentária, buscando atender o cronograma orçamentário estabelecido pelo MEC e cumprindo os prazos governamentais para elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA).

Esse processo envolve um conjunto articulado de tarefas complexas e um cronograma gerencial e operacional com especificação de etapas, de produtos e da participação dos centros de custos da instituição.

Durante o processo de planejamento financeiro anual, que tem início no ano que antecede sua vigência, os centros de custos recebem planilhas nas quais são registrados projetos previstos para o ano seguinte (PEA – Planejamento Estratégico Anual), que por sua vez se encontram alinhados com as metas estabelecidas no PDI. Essas informações subsidiam o citado PLOA.

Após a aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA), com base nos projetos apresentados pelos centros de custos, há a distribuição interna dos recursos. Nesse momento, há a necessidade de compatibilização do orçamento previsto para os projetos e o valor aprovado na Lei Orçamentária Anual (LOA), em virtude da limitação de recursos. Em sequência, prioriza-se o cumprimento das obrigações dos serviços de execução contínua, essenciais ao funcionamento do Sistema Cefet/RJ, conforme Portaria nº 736 de 20 de outubro de 2012.

Anexo I - Organograma simplificado

CONSELHO DIRETOR (CODIR)										UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA (UAUDI)								
DIREÇÃO-GERAL (DIREG) VICE-DIREÇÃO-GERAL GABINETE (GABIN)										PROCURADORIA JURÍDICA (PROJU)								
										ASSESSORIA DA DIREÇÃO-GERAL								
Prefeitura	GEARE	BIBCE	DICOM	DGRAF	DPROV	ASCRI	CCPD	CCONC										
ÁREA-FIM										ÁREA-MEIO								
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CEPE)																		
CONSELHO DE ENSINO (CONEN)					CONSELHO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (COPEP)			CONSELHO DE EXTENSÃO (CONEX)										
Diretoria de Ensino (DIREN)					Diretoria de Pesquisa e Pós-graduação (DIPPG)			Diretoria de Extensão (DIREX)										
Conselho Departamental (CONDEP)		Conselho do Dep. De Ensino Médio e Técnico (CONDMET)																
Departamento de Desenvolvimento Educacional (DEDED)	Departamento de Educação Superior (DEPES)	Departamento de Ensino Médio e Técnico (DEMET)	Departamento de Administração e Registros Acadêmicos (DERAC)	Departamento de Pesquisa (DEPEQ)	Departamento de Pós-graduação (DEPPG)		COLAT	Departamento de Extensão e Assuntos Comunitários (DEAC)			Departamento de Recursos Humanos (DRH)	Departamento de Planejamento e Finanças (DEPAF)	Gerência de Gestão Contábil	Departamento de Administração (DEPAD)	Departamento de Assuntos Disciplinares (DEADI)	Departamento de Desenvolvimento Institucional (DEDIN)	Departamento de Informática (DTINF)	
Divisão de Mídias Educacionais (DIMED)	Coordenadoria dos Cursos de Graduação (COGRA)	Divisão de Apoio Pedagógico (DIAPE)	Divisão de Registros Acadêmicos (DIRAC)	Coordenadoria de Pesquisa e Estudos Tecnológicos (COPET)	Coordenações dos Programas de Pós-grad. <i>Stricto Sensu</i>	Coordenações dos Cursos de Pós-grad. <i>Lato Sensu</i>	Coordenadoria de Atividades de Extensão (COEXT)	Divisão de Assuntos Administrativos (DIVAD)	Divisão de Integração Empresarial (DIEMP)	Coordenadoria de Apoio Estudantil (COAEST)	Incubadora de Empresas Tecnológicas (IETEC)	Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários Sustentáveis (ITESS)	DICAD DILEN DIPAG DICAP DIMOV DIASP	Divisão de Contabilidade (DCONT)	DILCO DISCO DIVOC DICOD DIMAT	Divisão de Patrimônio (DIPAT)	Divisão de Gestão Estratégica (DIVGE)	DIDMS DINFO DIPTI DITEL
Divisão de Projetos Educacionais (DIPED)	Coordenadoria de Suporte Acadêmico (COSAC)	COAC	Divisão de Administração Acadêmica (DIDAC)	Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT)	Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB)													
Departamentos dos Cursos de Ensino Superior	COAMT	COPED	Coordenadorias dos Cursos Técnicos e dos Laboratórios de Cursos Técnicos															
CAMP: ANGRA DOS REIS, ITAGUAÍ, MARIA DA GRAÇA, NOVA FRIBURGO, NOVA IGUAÇU, PETRÓPOLIS, VALENÇA																		
DIRETORIA DOS CAMP																		

GERÊNCIA ACADÊMICA		GERÊNCIA ADMINISTRATIVA	
---------------------------	--	--------------------------------	--

SIGLAS E HIERARQUIZAÇÃO DE ÓRGÃOS COLEGIADOS

I	CODIR	Conselho Diretor Secretaria do Conselho Diretor
II	CEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
II.1	CONEN	Conselho de Ensino
II.1.1	CONDEP	Conselho Departamental
II.1.2	CONDMET	Conselho do Departamento de Ensino Médio e Técnico
II.2	COPEP	Conselho de Pesquisa e Pós-graduação
II.3	CONEX	Conselho de Extensão

ÓRGÃO DE CONTROLE

UAUDI	Unidade de Auditoria Interna
--------------	-------------------------------------

DIREÇÃO-GERAL

DIREG	Direção-Geral Vice-Direção-Geral Assessoria da Direção-Geral
GABIN	Gabinete Secretaria da Direção-Geral
ASCRI	Assessoria de Convênios e Relações Internacionais
PREFT	Prefeitura
DIAES	Divisão de Administração e Infraestrutura
GEARE	Gerência de Acompanhamento de Projetos de Arquitetura e Engenharia Civil
CCONC	Coordenação de Concursos
DICOM	Divisão de Comunicação Social
DGRAFI	Divisão de Serviços Gráficos
DPROV	Divisão de Programação Visual
BIBCE	Biblioteca Central
CPPD	Comissão Permanente do Pessoal Docente
PROJU	Procuradoria Jurídica

ASSESSORIA ESPECIAL

DIRETORIA DE ENSINO

DIREN	Diretoria de Ensino Secretaria da Diretoria de Ensino
DEDED	Departamento de Desenvolvimento Educacional
DIMED	Divisão de Mídias Educacionais

DIPED	Divisão de Projetos Educacionais
DERAC	Departamento de Administração e Registros Acadêmicos
DIDAC	Divisão de Administração Acadêmica
DIRAC	Divisão de Registros Acadêmicos
DEPES	Departamento de Educação Superior
	Secretaria Administrativa
COSAC	Coordenadoria de Suporte Acadêmico
COGRA	Coordenadoria dos Cursos de Graduação
DEPEA	Departamento de Ensino em Administração
DEELE	Departamento de Engenharia Elétrica
DEMEC	Departamento de Engenharia Mecânica
DEPRO	Departamento de Engenharia de Produção
DEPEC	Departamento de Engenharia Civil
DEELT	Departamento de Engenharia Eletrônica
DECAU	Departamento de Engenharia de Controle e Automação
DETEL	Departamento de Engenharia de Telecomunicações
DINFS	Departamento de Informática do Ensino Superior
DLEAS	Departamento de Línguas Estrangeiras Aplicadas do Ensino Superior
DMATS	Departamento de Matemática do Ensino Superior
DFISS	Departamento de Física do Ensino Superior
DCAPS	Departamento de Ciências Aplicadas do Ensino Superior
DEAMB	Departamento de Engenharia Ambiental
EAD/GTUR	Coordenadoria do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo
DEMET	Departamento de Ensino Médio e Técnico
DIAPE	Divisão de Apoio Pedagógico
COPEP	Coordenadoria Pedagógica
COAMT	Coordenadoria Administrativa
COAC	Coordenadoria Acadêmica
COBIO	Coordenadoria de Biologia
CODES	Coordenadoria de Desenho
COEDA	Coordenadoria de Educação Artística
COEDF	Coordenadoria de Educação Física
COFIL	Coordenadoria de Filosofia
COFIS	Coordenadoria de Física
COGEO	Coordenadoria de Geografia
COHIS	Coordenadoria de História
COLIE	Coordenadoria de Língua Estrangeira
COLIP	Coordenadoria de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira
COMAT	Coordenadoria de Matemática

COQUI	Coordenadoria de Química
COSOC	Coordenadoria de Sociologia
COADM	Coordenadoria de Administração
COCON	Coordenadoria de Área de Construção Civil
COELE	Coordenadoria de Eletrônica
COELT	Coordenadoria de Eletrotécnica
COINF	Coordenadoria de Informática
COMEC	Coordenadoria de Mecânica
COMET	Coordenadoria de Meteorologia
COSEG	Coordenadoria de Segurança do Trabalho
COTEL	Coordenadoria de Telecomunicações
COTUR	Coordenadoria de Turismo e Entretenimento
	Coordenadoria dos Laboratórios de Área de Constr. Civil
	Coordenadoria dos Laboratórios de Eletrônica
	Coordenadoria dos Laboratórios de Eletrotécnica
	Coordenadoria dos Laboratórios de Mecânica
	Coordenadoria dos Laboratórios de Segurança do Trabalho
NAPNE	Núcleo de Atendimento aos Portadores de Necessidades Especiais

DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

DIPPG	Diretoria de Pesquisa e Pós-graduação
DEPEQ	Departamento de Pesquisa
	Secretaria de Pós-graduação
NIT	Núcleo de Inovação Tecnológica
COPET	Coordenadoria de Pesquisa e Estudos Tecnológicos
DEPPG	Departamento de Pós-graduação
PPTEC	Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção e Sistemas
PPECM	Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Matemática
PPEMM	Programa de Pós-graduação em Engenharia Mecânica e Tecnologia de Materiais
PPEEL	Programa de Pós-graduação em Engenharia Elétrica
PPCTE	Programa de Pós-graduação em Ciência, Tecnologia e Educação
PPGIO	Programa de Pós-graduação em Instrumentação e Óptica Aplicada
PPFEN	Programa de Pós-graduação em Filosofia e Ensino
PPRER	Programa de Pós-graduação em Relações Étnico Raciais
NEAB	Núcleo de Estudos Afro-brasileiros
COLAT	Coordenadoria dos Cursos de Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>

DIRETORIA DE EXTENSÃO

DIREX	Diretoria de Extensão
DIVAD	Divisão de Apoio Administrativo
DEAC	Departamento de Extensão e Assuntos Comunitários
COEXT	Coordenadoria de Atividades de Extensão
CAE	Coordenadoria de Apoio Estudantil
DIEMP	Divisão de Integração Empresarial
IETEC	Incubadora de Empresas Tecnológicas
ITESS	Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários Sustentáveis

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

DIRAP	Diretoria de Administração e Planejamento
DRH	Departamento de Recursos Humanos
DICAD	Divisão de Seleção, Cadastro e Desenvolvimento de Recursos Humanos
DILEN	Divisão de Legislação e Normas
DIPAG	Divisão de Pagamento
DICAP	Divisão de Capacitação e Desenvolvimento
DIMOV	Divisão de Movimentação e Lotação
DIASP	Divisão de Atenção à Saúde e Perícia
DEPAF	Departamento de Planejamento e Finanças
GECOF	Gerência de Gestão Contábil e Financeira
DIOFI	Divisão Orçamentária e Financeira
DIPAT	Divisão de Patrimônio
DCONT	Divisão de Contabilidade
DEPAD	Departamento de Administração
DISCO	Divisão de Serviço Continuado
DIVOC	Divisão de Orçamento e Compras
DIMAT	Divisão de Material
DILCO	Divisão de Licitações e Contratos
DICOD	Divisão de Compras Diretas
	Departamento de Desenvolvimento de Normalização Administrativa

DIRETORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

DIGES	Diretoria de Gestão Estratégica
COGES	Coordenadoria de Gestão Estratégica
DEDIN	Departamento de Desenvolvimento Institucional

DEDIT Divisão de Editoração

DTINF	Departamento de Tecnologia da Informação	D I R
DIDMS	Divisão de Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas de Apoio	
DITEL	Divisão de Telecomunicações	
DINFO	Divisão de Infraestrutura da Informação	

ELAÇÃO DOS CAMPI

DIREÇÃO DO CAMPUS NOVA IGUAÇU

Direção do <i>Campus</i>	
Gerência Acadêmica	
DAPAC	Divisão de Apoio Acadêmico
COENCA-NI	Coordenadoria do Curso de Engenharia de Controle e Automação
COENP-NI	Coordenadoria do Curso de Engenharia de Produção
CODIB-NI	Coordenadoria de Disciplinas Básicas do Curso Superior
COEMEC	Coordenadoria do Curso de Engenharia Mecânica
COELM-NI	Coordenadoria do Curso Técnico em Eletromecânica
COENF-NI	Coordenadoria do Curso Técnico em Enfermagem
	Coordenadoria do Curso Técnico em Informática
	Coordenadoria do Curso Técnico em Telecomunicações
COEME-NI	Coordenadoria do Curso de Ensino Médio
Gerência Administrativa	
DIIES	Divisão de Infraestrutura
DIVAF-NI	Divisão Administrativo-Financeira
DIPAL-NI	Divisão de Almoxarifado e Patrimônio

DIREÇÃO DO CAMPUS MARIA DA GRAÇA

Direção do <i>Campus</i>	
Gerência Acadêmica	
Divisão de Administração Acadêmica	
COEME-MG	Coordenadoria do Curso de Ensino Médio
COAUT-MG	Coordenadoria do Curso Técnico em Automobilística
CCTII-MG	Coordenação do Curso Técnico em Automação Industrial
CCTST-MG	Coordenação do Curso Técnico em Segurança do Trabalho
Gerência Administrativa	
Divisão Administrativa	
Divisão de Infraestrutura	
DCO-MG	Divisão de Compras

DIREÇÃO DO CAMPUS PETRÓPOLIS

Direção do <i>Campus</i>	
GERAC-PET	Gerência Acadêmica
DIVAC-PET	Divisão de Administração Acadêmica
COEME-PET	Coordenadoria do Curso de Ensino Médio
COTEL-PET	Coordenadoria do Curso Técnico em Telecomunicações
CCSTT-PET	Coordenadoria do Curso Superior de Técnico em Gestão de Turismo
CCBTU-PET	Coordenadoria do Curso de Bacharelado em Turismo
CCGLF-PET	Coordenadoria do Curso de Licenciatura em Física
COENC-PET	Coordenadoria do Curso de Engenharia de Computação
GERAD-PET	Gerência Administrativa

DIIES-PET	Divisão de Infraestrutura
DIVAD-PET	Divisão Administrativa

DIREÇÃO DO CAMPUS NOVA FRIBURGO

Direção do <i>Campus</i>	
Gerência Acadêmica	
DIVAC-NF	Divisão de Administração Acadêmica
COEME-NF	Coordenadoria do Curso de Ensino Médio
COINF-NF	Coordenadoria do Curso Técnico em Informática
COGET-NF	Coordenadoria do Curso Superior de Tec. em Gestão de Turismo
COLIF-NF	Coordenadoria do Curso de Licenciatura em Física
COCSI-NF	Coordenadoria do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação
CEELE-NF	Coordenadoria de Engenharia Elétrica
Gerência Administrativa	

DIREÇÃO DO CAMPUS VALENÇA

Direção do <i>Campus</i>	
Gerência Acadêmica	
Divisão Acadêmica	
COEME	Coordenadoria do Curso de Ensino Médio
CTAGRO	Coordenadoria do Curso Técnico em Agroindústria
COCTA-VAL	Coordenadoria do Curso Técnico em Alimentos
CCTEC-VAL	Coordenadoria do Curso Técnico em Química
COCEA-VAL	Coordenadoria do Curso de Engenharia de Alimentos
COGRA-VAL	Coordenadoria do Curso de Graduação em Administração

Gerência Administrativa

Divisão Administrativa

DIREÇÃO DO CAMPUS ITAGUAÍ

Direção do <i>Campus</i>	
Gerência Acadêmica	
COEME-IT	Coordenadoria do Curso de Ensino Médio
CEPRO-IT	Coordenadoria de Engenharia de Produção
COEME-ITG	Coordenadoria do Curso de Engenharia Mecânica
COPOR	Coordenadoria do Curso Técnico em Portos
COCTM-ITG	Coordenadoria do Curso Técnico em Mecânica
Gerência Administrativa	

DIREÇÃO DO CAMPUS ANGRA DOS REIS

Direção do <i>Campus</i>	
Gerência Acadêmica	
Divisão Acadêmica	
CEMET-AR	Coordenadoria de Engenharia Metalúrgica
CEELE-AR	Coordenadoria de Engenharia Elétrica
COCEM-AR	Coordenadoria do Curso de Engenharia Mecânica
ANG-MEC	Coordenadoria do Curso Técnico em Mecânica
Gerência Administrativa	
Divisão Administrativa	
Gerência Administrativa	

Anexo II – Oferta de cursos

O desenvolvimento das atividades de ensino do Cefet/RJ – cursos regulares de educação profissional técnica de nível médio, articulada e subsequente ao ensino médio e de graduação – é coordenado, planejado, avaliado e controlado no âmbito da DIREN, em consonância com as diretrizes de desenvolvimento das atividades de pesquisa e pós-graduação e de extensão.

Com a expansão dos *campi*, cresceu a oferta de cursos que, ao final de 2014, apresentava um quadro expressivo com a implantação de novas habilitações técnicas e oportunidades de graduação.

Quantitativo de matrículas em cursos regulares presenciais oferecidos nos <i>campi</i> do Cefet/RJ									
CURSOS		<i>Campi</i>							
		<i>Campus</i> Maracanã (sede)	<i>Campus</i> Nova Iguaçu	<i>Campus</i> Maria da Graça	<i>Campus</i> Petrópolis	<i>Campus</i> Nova Friburgo	<i>Campus</i> Itaguaí	<i>Campus</i> Angra dos Reis	<i>Campus</i> Valença
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO									
Área profissional	Habilitação								
Construção Civil	Edificações	458							
	Edificações (Integrado)	174							
	Estradas	97							
	Estradas (Integrado)	27							
Geomática	Meteorologia	54							
	Meteorologia (Integrado)	68							
Gestão	Administração	133							

	Administração (Integrado)	108							
Indústria	Eletromecânica		51						
	Automação Industrial (Integrado)		67						
	Eletrônica	247							
	Eletrônica (Integrado)	157							
	Eletrotécnica	261							
	Eletrotécnica (Integrado)	162							
	Automação Industrial			93					
	Automação Industrial (Integrado)			40					
	Manutenção Automotiva			91					
	Manutenção Automotiva (Integrado)			31					
	Mecânica	389					174	197	
	Mecânica (Integrado)	162							
	Informática	Informática	146	49			83		
Informática (Integrado)		140	64						
Saúde	Enfermagem		48						
	Enfermagem (Integrado)		75						
	Segurança do	148		185					

	Trabalho								
	Segurança do Trabalho (Integrado)	102		41					
Telecomunicações	Telecomunicações	124	44						
	Telecomunicações (Integrado)	101	71						
	Telecomunicações (TV Digital)				81				
Turismo e Hospitalidade	Turismo e Entretenimento	107							
	Turismo (Integrado)	35							
Produção Alimentícia	Angroindústria								94
	Alimentos (Integrado)								
Química	Química (Integrado)								
Transportes	Portos						131		
Total		3400	469	481	81	83	305	197	94

Quantitativo de matrículas em cursos regulares presenciais oferecidos nos *campi* do Cefet/RJ

CURSOS		Campi							
		Campus Maracanã (sede)	Campus Nova Iguaçu	Campus Maria da Graça	Campus Petrópolis	Campus Nova Friburgo	Campus Itaguaí	Campus Angra dos Reis	Campus Valença
SUPERIORES DE TECNOLOGIA									
Área profissional	Habilitação								
Meio Ambiente e Tecnologia da Saúde	Gestão Ambiental	153							
Informática e Telecomunicação	Sistemas para Internet	146							
Hospitalidade e Lazer	Gestão de Turismo				156	94			
Total		299			156	94			

Quantitativo de matrículas em cursos regulares presenciais oferecidos nos *campi* do Cefet/RJ

CURSOS	<i>Campi</i>							
	<i>Campus</i> Maracanã (sede)	<i>Campus</i> Nova Iguaçu	<i>Campus</i> Maria da Graça	<i>Campus</i> Petrópolis	<i>Campus</i> Nova Friburgo	<i>Campus</i> Itaguaí	<i>Campus</i> Angra dos Reis	<i>Campus</i> Valença
BACHARELADO								
Administração	368							
Engenharia de Produção	420	302						
Engenharia Elétrica	183							
Engenharia Eletrônica	158							
Engenharia de Telecomunicações	156							
Engenharia Mecânica	482	62				258	76	
Engenharia de Controle e Automação	162	316						
Engenharia Civil	422							
Engenharia de Alimentos								45
Engenharia da Computação				47				
Ciência da Computação	87							
Sistemas de Informação					57			
Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais	20							
Total	2458	680		47	57	258	76	45

Quantitativo de matrículas em cursos regulares presenciais oferecidos nos *campi* do Cefet/RJ

CURSOS	<i>Campi</i>							
--------	--------------	--	--	--	--	--	--	--

	<i>Campus Maracanã (sede)</i>	<i>Campus Nova Iguaçu</i>	<i>Campus Maria da Graça</i>	<i>Campus Petrópolis</i>	<i>Campus Nova Friburgo</i>	<i>Campus Itaguaí</i>	<i>Campus Angra dos Reis</i>	<i>Campus Valença</i>
LICENCIATURA								
Física				107	81			
Total				107	81			

Fonte: DIREN, 2015.